

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

41

jul - dez / 2014

ISSN 18078834

**BNB Conjuntura
Econômica**
Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Número 41

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015**

Obra publicada pelo



PRESIDENTE

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Luiz Carlos Everton de Farias
Romildo Carneiro Rolim
Francisco das Chagas Soares
Isaías Matos Dantas

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente
Luciano J. F. Ximenes
Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas
Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas*

Corpo Editorial

Editor-Chefe

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Allisson David de Oliveira Martins

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Júnior

Secretário

Wellington Santos Damasceno

Equipe Técnica

Produto Interno Bruto

Jacqueline Nogueira Cambota

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

Wellington Santos Damasceno

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer

Emprego e Rendimento

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Síntese de Expectativas

Airton Saboya Valente Júnior

Turismo

Laura Lúcia Ramos Freire

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Moeda e crédito

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Preparação e Tabulação de Dados

Hamilton Reis de Oliveira
Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3299.3033
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 41 (julho - dez. 2014). – Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

86 p.

Semestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 41

julho-Dezembro 2014

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

5

Proposta de metodologia para o cálculo da cesta básica regional 5

2. SÍNTESE E EXPECTATIVAS

9

2.1 Síntese 9

2.2 Expectativas 11

3. NÍVEL DE ATIVIDADE

13

3.1 Produto Interno Bruto 13

3.2 Agropecuária 17

3.2.1 Agricultura 17

3.2.2 Pecuária 35

3.2.3 Agronegócio 36

3.2.3.1 Desempenho do Valor Bruto da Produção e do faturamento

..... 36

3.2.3.2 Balança Comercial do Agronegócio 37

3.3 Produção Industrial 43

3.3.1 Produção Industrial do Brasil 43

3.3.2 Produção Industrial do Nordeste..... 45

3.4 Desempenho do Comércio..... 49

3.5 Turismo..... 51

4. EMPREGO E RENDIMENTO

55

Mercado de trabalho 55

5. SETOR EXTERNO

59

Câmbio e Balanço de Pagamentos 59

Síntese 67

Perspectivas para 2015..... 67

6. FINANÇAS PÚBLICAS

69

6.1 Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordeste..	69
6.2 Transferências constitucionais	70
6.3 Arrecadação de ICMS	71
Conclusão	73

7. MOEDA E CRÉDITO

75

7.1 Inflação no Nordeste.....	75
7.2 Cesta básica regional	76
7.3 Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional	78
7.4 Saldo das operações de crédito e depósitos do Sistema Financeiro Nordeste.....	80
7.5 BNB: taxas de juros, saldo dos depósitos e operações de crédito.....	82

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 Proposta de metodologia para o cálculo da cesta básica regional

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas. Técnico do ETENE

Francisco Raimundo Evangelista

Economista. Engenheiro Agrônomo. Doutorado em Economia. Técnico do ETENE

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de nível superior do ETENE

1 Introdução

O Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos - DIEESE realiza a pesquisa da cesta básica em 18 capitais brasileiras. O levantamento acompanha mensalmente a evolução dos preços de treze produtos alimentícios, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Este mesmo cálculo, realizado em várias capitais do País, torna possível compará-los entre si e observar as variações regionais do custo da ração, estabelecida como mínima para um adulto repor suas energias gastas durante um mês de trabalho.

Com este propósito, o Banco do Nordeste do Brasil, por intermédio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, com o apoio DIEESE, apresenta a metodologia de cálculo das cestas regionais e da cesta nacional. Referida cesta permite acompanhar a evolução do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores e comparar o preço da alimentação básica determinada por lei, nas cinco regiões do País, com o salário mínimo vigente. Assim, um dos objetivos do índice da cesta é possibilitar medir variações no poder de compra da população assalariada e com menor capacidade de proteção, ou seja, a população de renda mais baixa. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha o salário mínimo oficial, para adquirir esses bens.

O salário mínimo necessário¹, também divulgado mensalmente, é calculado com base

no custo mensal com alimentação obtido na referida pesquisa. Assim, com o cálculo das cestas regionais e da nacional será possível comparar as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha o salário mínimo oficial. Além disso, tornar-se-á viável fazer comparações entre a evolução das cestas regionais, gerar discussões sobre políticas de equalização de preços dos produtos em determinada região, entre outras possibilidades.

2 Metodologia

Em 30 de abril de 1938 foi regulamentada a Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, pelo Decreto-Lei nº 399. Esse Decreto estabelece que o salário mínimo corresponde à remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, sendo capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (Decreto-Lei nº 399, art. 2º).

Por meio de estudo censitário realizado em várias localidades e considerando informações salariais obtidas junto a empresas das diversas Regiões, as Comissões do Salário Mínimo, criadas antes da instituição do Decreto, estabeleceram os valores mínimos regionais a serem pagos aos trabalhadores. Apresentaram também uma lista dos alimentos componentes da cesta, com suas respectivas quantidades. Essa lista, chamada **Cesta Básica Nacional**, seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região, como especificado na Tabela 1.

1 Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família e que único para todo o país. Usa como base também o Decreto Lei 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional.

Tabela 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Região 4
Carne	6,0 Kg	4,5 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Leite	7,5 L	6,0 L	7,5 L	15,0 L
Feijão	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg
Arroz	3,0 Kg	3,6 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Farinha	1,5 Kg	3,0 Kg	1,5 Kg	1,5 Kg
Batata	6,0 Kg	-	6,0 Kg	6,0 Kg
Legumes (tomate)	9,0 Kg	12,0 Kg	9,0 Kg	9,0 Kg
Pão francês	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Banha (óleo)	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 Kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	750 gr

Fonte: Decreto-Lei No. 399, de 30 de dezembro de 1968.

Notas: (1) Região 1: Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região 2: Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; Região 3: Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (2) Alguns produtos da cesta nacional (a exemplo de leite, banha e manteiga) não correspondem a uma média das 3 regiões.

O custo da cesta básica varia ao longo dos meses em função dos preços dos produtos que a compõem e é divulgado para cada local de coleta. Como atualmente existem 18 escritórios do DIEESE espalhados no território nacional, a base de dados do órgão reúne mensalmente igual número de “cestas básicas”².

Por isso, propõe-se calcular o Índice da Cesta Básica para cada região brasileira: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e um Índice Nacional. Com isto, pode-se avaliar as mudanças de valor das cestas e compará-las entre as regiões, de forma a se entender onde se encontram as maiores pressões nos preços e de que forma impactam no orçamento das famílias dos trabalhadores brasileiros. O Quadro 1 apresenta as cidades em que a pesquisa é realizada pelo DIEESE, abrangendo dezoito capitais brasileiras e as regiões que as representam.

Quadro 1 - Capitais abrangidas pela pesquisa do Dieese

Regiões	Capitais
Norte	Belém e Manaus
Nordeste	Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador
Centro-Oeste	Campo Grande e Goiânia
Sudeste	Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória
Sul	Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre

Fonte: elaboração própria.

Mesmo sabendo-se que cada Região tem particularidades culturais que afetam o consumo, para o cálculo do preço médio de cada produto em uma Região, ponderou-se o preço do produto pela participação da população de cada Estado na população total da Região (formada pelos estados do Nordeste que participam da Pesquisa do Dieese). Assim, na metodologia de obtenção dos pesos regionais, cada uma das capitais da pesquisa representa a população urbana e parte das populações urbanas de outras capitais não cobertas pela pesquisa, e pertencentes à mesma Grande Região. Este coeficiente de proporcionalidade, para a Região Nordeste é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Coeficiente de Proporcionalidade

Região Nordeste - População - Fatores de Ponderação				
Capitais	2011	2012	2013	2014
Fortaleza	0,28015	0,28048	0,27518	0,27507
Aracaju	0,06556	0,06593	0,06628	0,06671
João Pessoa	0,08293	0,08329	0,08299	0,08350
Natal	0,09172	0,09172	0,09209	0,09220
Recife	0,17494	0,17445	0,17249	0,17203
Salvador	0,30470	0,30413	0,31097	0,31048
Total	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000

Fonte: Elaboração própria.

O gasto mensal médio da Região com o produto é obtido multiplicando-se este preço médio do produto pela quantidade definida pelo Decreto-Lei nº 399. O mesmo resultado pode ser encontrado ponderando-se o gasto mensal de cada produto em cada Estado pela participação da população de cada Estado na população total da Região, formada pelas unidades federativas que participam da Pesquisa. Então, a composição do gasto mensal da cesta básica regional GMj será a

² Doravante, quando não houver ambiguidade, será utilizada a expressão “cesta básica” para indicar o seu custo total, uma vez que a sua composição – salvo pequenas adaptações regionais – é constante.

soma dos gastos mensais médios de cada produto:

$$PM_{ij} = \sum Preço_{ij} \times \frac{\text{população } A_j}{\text{população região } j}$$

Onde, i = produto; A = estado e j = região

$$GM_{ij} = \sum PM_{ij} \times Quantidade_{ij}$$

ou,

$$GM_{ij} = \sum G_{ij} \times \frac{\text{população } A_j}{\text{população região } j}$$

Onde G_{ij} = gasto com o produto i na região j e PM_{ij} = preço médio do produto i na região j

$$GM_j = \sum GM_{ij}$$

Tomando como exemplo os dados para janeiro de 2012, obtém-se os valores especificados na Tabela 3.

Observa-se que o preço médio da carne no Nordeste, R\$ 15,13, foi calculado tomando-se os preços da carne em cada capital, ponderando-os pela participação da população de cada capital. O mesmo foi feito para os demais produtos.

De acordo com a Tabela 3, o gasto mensal de cada produto foi calculado pela primeira forma. Na observação da nota 3 daquela Tabela, cita-se que pode-se calcular o gasto mensal pela segunda forma. Cabe observar que as populações utilizadas nas ponderações são as mesmas estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia

Tabela 3 - Cálculo do gasto mensal da Região Nordeste, Janeiro de 2012

	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Fari- nha	Bata- ta	Toma- te	Pão	Café	Bana- na	Açúcar	Óleo	Man- teiga	Gasto Cesta
Quantida- de (1)	4,5 Kg	6 L	4,5 Kg	3,6 Kg	3 Kg	-	12 Kg	6 Kg	300 gr	90 unid	3 Kg	750 gr	750 gr	-
Preço médio (PM) (2)	15,13	2,20	3,88	1,79	1,79	-	2,19	5,62	0,01	0,20	2,12	0,0042	0,0170	-
Gasto mensal (GM) (3)	68,08	13,21	17,46	6,46	6,46	-	26,28	33,72	3,48	17,71	6,36	3,13	12,72	214,89

Fonte: Elaboração própria.

Notas:

(1) A quantidade é obtida de acordo com o Decreto-Lei nº 399.

(2) O Preço médio é calculado de acordo com a fórmula acima, PM_{ij} .

(3) O gasto mensal é calculado de acordo com a primeira fórmula: $PM_{ij} \times$ quantidade. O Gasto mensal pode também ser calculado de acordo com a 2ª fórmula, gasto mensal de cada capital ponderado pelas participações das populações.

e Estatística – IBGE e utilizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU para a partilha do Fundo de Participação dos Municípios – FPM³. Como as estimativas são feitas em primeiro de julho de cada ano, e servirão para a partilha do FPM do ano seguinte, ou seja, a estimativa da população de 2014 servirá para a distribuição do FPM de 2015, a população do ano n servirá para a ponderação de julho do ano n até o mês de junho do ano n+1. Assim, foi utilizada a população de 2011 para a ponderação das cestas do ano de 2012 até junho. De julho de 2012 a junho de 2013 foi utilizada a população de 2012 e assim por diante.

Estabeleceu-se, como base da série, outubro de 2012 (NI = 100), dado que a pesquisa para Campo Grande – última capital a ter a pesquisa implantada – iniciou-se naquele mês. A extensão inicial da base de dados dos

números índices aqui apresentada é de 26 meses, de outubro/2012 a novembro/2014⁴.

O gasto mensal nacional representa a média ponderada das cestas regionais. Aqui se utilizou como fator de ponderação regional a população de todas as capitais da Região, inclusive das capitais regionais que não estão na Pesquisa do Dieese. A intenção é que a cesta de cada Região seja realmente representativa do consumo de toda a Região. As populações utilizadas estão especificadas na Tabela 4.

3 Uma das razões de se usar essas estimativas do IBGE que o TCU trabalha na partilha do FPM, é porque elas passam por uma crítica dos municípios, já que é um critério de repartição de receita.

4 É possível ampliar a série para uma Região (mais antiga) para a qual se queira ter uma avaliação específica. Como o propósito maior da criação das cestas regionais é ter a possibilidade da comparação inter-regional, optou-se pelo corte em questão.

Tabela 4 - População estimada das capitais brasileiras, 2011 a 2014

Regiões/UF	Capitais	População Estimada			
		2011	2012	2013	2014
Norte		4.945.591	5.017.906	5.254.441	5.338.152
Amazonas	Manaus	1.832.424	1.861.838	1.982.177	2.020.301
Pará	Belém	1.402.056	1.410.430	1.425.922	1.432.844
Acre	Rio Branco	342.299	348.354	357.194	363.928
Amapá	Macapá	407.023	415.554	437.256	446.757
Rondônia	Porto Velho	435.732	442.701	484.992	494.013
Roraima	Boa Vista	290.741	296.959	308.996	314.900
Tocantins	Palmas	235.316	242.070	257.904	265.409
Nordeste		11.633.113	11.737.204	12.160.243	12.259.975
Alagoas	Maceió	943.110	953.393	996.733	1.005.319
Bahia	Salvador	2.693.606	2.710.968	2.883.682	2.902.927
Ceará	Fortaleza	2.476.589	2.500.194	2.551.806	2.571.896
Paraíba	João Pessoa	733.155	742.478	769.607	780.738
Pernambuco	Recife	1.546.516	1.555.039	1.599.513	1.608.488
Rio Grande do Norte	Natal	810.780	817.590	853.928	862.044
Sergipe	Aracaju	579.563	587.701	614.577	623.766
Piauí	Teresina	822.364	830.231	836.475	840.600
Maranhão	São Luís	1.027.430	1.039.610	1.053.922	1.064.197
Centro-Oeste		4.724.399	4.787.696	5.015.688	5.107.856
Distrito Federal	Brasília	2.609.998	2.648.532	2.789.761	2.852.372
Goiás	Goiânia	1.318.149	1.333.767	1.393.575	1.412.364
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	796.252	805.397	832.352	843.120
Sudeste		20.388.234	20.495.922	21.079.229	21.192.788
Espírito Santo	Vitória	330.526	333.162	348.268	352.104
Minas Gerais	Belo Horizonte	2.385.640	2.395.785	2.479.165	2.491.109
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6.355.949	6.390.290	6.429.923	6.453.682
São Paulo	São Paulo	11.316.119	11.376.685	11.821.873	11.895.893
Sul		3.604.933	3.626.633	3.770.047	3.798.422
Paraná	Curitiba	1.764.541	1.776.761	1.848.946	1.864.416
Santa Catarina	Florianópolis	427.298	433.158	453.285	461.524
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1.413.094	1.416.714	1.467.816	1.472.482
Brasil		45.296.270	45.665.361	47.279.648	47.697.193

Fonte: IBGE (2015).

A fórmula de cálculo do gasto mensal nacional é:

$$GM_{Brasil} = \sum \left(GM_j \times \frac{população_j}{\sum população_j} \right)$$

onde GMj: gasto mensal da Região j; população j: população da Região j (envolve todas as capitais de uma Região, mesmo aquelas que não estão na Pesquisa Dieese).

O gasto mensal da cesta básica, regional e nacional ora proposto, permite que se avalie a variação em vários períodos de tempo. Esta análise

tem semelhança, em termos de mudanças, com o índice de atividade do Banco Central – IBC-Br, ou com o índice da produção industrial do IBGE.

Na maioria das formas de apresentar as variações, que devem fazer parte das análises posteriores, tem-se como base o mesmo mês do ano anterior, ou uma média de meses do ano anterior. Dessa forma, avaliou-se que não seria preciso trabalhar com uma cesta dessazonalizada.

Em cada série regional, pretende-se apresentar as variações a seguir especificadas, tomando-se como exemplo o mês de outubro:

1. Variação no mês:

$$\% \text{ mês} = \left(\frac{I_{i-1}^j}{I_i^j} - 1 \right) \times 100, \text{ onde } I = \text{índice}; j = \text{ano e } i = \text{mês};$$

$$\% \text{ mês} = \left(\frac{I_{\text{setembro}}^{2014}}{I_{\text{setembro}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

2. Variação no mês, ano anterior:

$$\% \text{ mês, ano anterior} = \left(\frac{I_{i-1}^j}{I_i^j} - 1 \right) \times 100.$$

$$\% \text{ mês, ano anterior} = \left(\frac{I_{\text{outubro}}^{2014}}{I_{\text{outubro}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

3. Variação no mês anterior, ano anterior:

$$\% \text{ mês } (-1) \text{ ano anterior} = \left(\frac{I_{i-1}^{j-1}}{I_i^j} - 1 \right) \times 100.$$

$$\% \text{ mês } (-1) \text{ ano anterior} = \left(\frac{I_{\text{setembro}}^{2014}}{I_{\text{setembro}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

4. Variação no segundo mês anterior, ano anterior:

$$\% \text{ mês } (-2) \text{ ano anterior} = \left(\frac{I_{i-2}^j}{I_i^j} - 1 \right) \times 100.$$

$$\% \text{ mês } (-2) \text{ ano anterior} = \left(\frac{I_{\text{agosto}}^{2014}}{I_{\text{agosto}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

5. Variação no ano:

$$\% \text{ ano} = \left(\frac{\text{média dos índices no ano até } I_i^j}{\text{média dos índices no ano } I_i^{j-1}} - 1 \right) \times 100.$$

$$\% \text{ ano} = \left(\frac{\text{média dos índices } I_{\text{outubro}}^{2014}}{\text{média dos índices } I_{\text{outubro}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

6. Variação em 12 meses:

$$\% 12 \text{ meses} = \left(\frac{\text{média dos índices } I_{i-11}^j}{\text{média dos índices } I_i^{j-1}} - 1 \right) \times 100.$$

$$\% 12 \text{ meses} = \left(\frac{\text{média dos índices } I_{\text{outubro}}^{2014}}{\text{média dos índices } I_{\text{outubro}}^{2013}} - 1 \right) \times 100.$$

1) Variação no mês:

Considerando-se a metodologia anteriormente proposta, as cestas regionais e nacionais de 2013 e 2014, bem como as variações anteriormente destacadas, são as que se seguem:

Considerações finais

Por tratar-se de bens de primeira necessidade, na medida em que se constitui essencial para o bem-estar da sociedade, a cesta básica é relevante no contexto econômico de uma sociedade. Assim, com este propósito, o BNB/ETENE, com o apoio do DIEESE, conforme relatado neste documento, apresenta a metodologia de cálculo das cestas regionais e da cesta nacional, que permitem acompanhar a evolução do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, além de comparar o preço

da alimentação básica determinada em Lei.

Assim, um dos objetivos do índice da cesta regional é possibilitar a análise das variações no poder de compra da população assalariada e com menor capacidade de proteção do processo inflacionário, que recai sobre a população de renda mais baixa.

Por fim, analisa-se o comportamento da cesta do Nordeste em várias perspectivas, a exemplo da comparação com a cesta das outras regiões, que estados estão afetando de forma mais intensa a cesta regional e quais produtos respondem pelas principais variações. Apresentada esta metodologia, incorpora-se uma seção específica sobre a cesta básica regional nas edições da revista BNB Conjuntura Econômica.

Referências

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica Nacional - Metodologia e Dados.** Disponível em: <http://jboss.dieese.org.br/cesta/cidade>. Acesso 02.abr.2015.

Tabela 5 - Valor da cesta básica no Brasil e Regiões nos anos de 2013 e 2014

Ano	Mês	Regiões					
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
2013	Janeiro	292,57	259,76	298,54	311,63	297,85	293,74
	Fevereiro	302,33	272,65	298,77	318,67	305,50	301,91
	Março	312,69	277,74	302,80	328,11	306,88	309,13
	Abril	325,65	282,06	300,28	336,49	304,53	314,98
	Maio	316,86	278,04	301,32	332,15	308,81	311,48
	Junho	313,14	279,26	303,86	326,81	309,57	309,31
	Julho	305,72	268,55	280,96	315,01	290,39	296,45
	Agosto	301,72	261,65	279,12	309,59	293,42	291,87
	Setembro	299,30	257,88	273,48	304,97	293,87	288,00
	Outubro	297,50	258,42	279,25	316,32	306,68	294,64
	Novembro	302,64	262,09	279,03	321,10	309,58	298,49
	Dezembro	302,94	266,09	287,43	321,80	314,33	301,13
2014	Janeiro	311,99	267,64	293,10	317,52	308,00	300,72
	Fevereiro	306,54	265,00	289,16	320,12	306,93	300,10
	Março	308,29	273,67	320,50	344,18	341,84	319,35
	Abril	310,18	278,70	320,74	352,37	346,84	324,94
	Maio	313,92	287,44	320,39	358,15	351,94	330,55
	Junho	326,41	288,51	313,53	346,97	342,29	325,73
	Julho	319,16	277,92	294,14	336,16	321,84	313,65
	Agosto	301,64	272,18	289,95	330,51	316,47	306,82
	Setembro	300,90	269,84	292,27	327,62	316,19	305,08
	Outubro	303,34	266,96	297,73	335,38	329,21	309,68
	Novembro	307,61	265,91	311,20	336,45	331,64	312,00
	Dezembro	315,26	273,42	318,27	344,42	333,04	319,20
% mês	-	2,49	2,82	2,27	2,37	0,42	2,31
% mês ano ant.	-	4,07	2,76	10,73	7,03	5,95	6,00
% mês (-1) ano ant.	-	1,64	1,46	11,53	4,78	7,13	4,53
% mês (-2) ano ant.	-	1,96	3,30	6,62	6,03	7,34	5,11
% ano	-	1,42	1,95	5,05	5,39	8,37	4,34
% 12 meses	-	1,42	1,95	5,05	5,39	8,37	4,34

Fonte: elaboração dos autores.

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.2 Proposta de metodologia para o cálculo da inflação no Nordeste

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas. Técnico do ETENE

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia de Empresas. Técnico do ETENE

1 Introdução

 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produz índices de preços ao consumidor – IPCs (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – Snipc). Dois desses índices são referenciais para que se conheça o movimento dos preços ao consumidor na economia e têm diversas aplicações de caráter oficial. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA constitui-se em uma ferramenta básica na condução da política econômica no Brasil, balizando o sistema de metas de inflação, conduzido pelo Banco Central. As taxas de juros são diretamente afetadas pela política monetária, que define a taxa básica de juros da economia (Selic). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC é o instrumento que mede a inflação e é utilizado para corrigir o salário mínimo e os proventos da previdência social (aposentadorias).

A sociedade brasileira tem vivenciado um longo período de relativa estabilidade monetária. Em anos recentes, contudo, a inflação registrou pequenas elevações, afetando a distribuição de renda e o poder de compra da classe trabalhadora. Também, a evidência internacional, no que é ratificada pela experiência brasileira, indica que taxas de inflação elevadas geram distorções que levam a aumento dos riscos e deprimem os investimentos. Essas distorções se manifestam, por exemplo, no encurtamento dos horizontes de

planejamento das famílias, empresas e governos, bem como na deterioração da confiança de empresários. Enfatiza-se, também, que taxas de inflação elevadas subtraem o poder de compra de salários e de transferências, com repercussões negativas sobre a confiança e o consumo das famílias. Por conseguinte, taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como de geração de empregos e de renda.

Nessa perspectiva, o objetivo do trabalho é construir um índice de inflação que busque refletir as variações de preços na Região Nordeste¹. Na composição do índice nacional, os índices de preços calculados pelo IBGE são apurados em dez regiões metropolitanas, inclusive Brasília, DF, e os municípios de Goiânia e Campo Grande, de maneira que o IBGE não calcula índices regionais. No Nordeste, trabalha-se com três regiões metropolitanas: Fortaleza, Recife e Salvador.

Assim, a ideia é usar estas três regiões metropolitanas como referência das variações de

¹ O Banco Central calcula, também, o índice regional do IPCA. Os valores mensais são divulgados em suas séries temporais e em seu Boletim Regional, que é trimestral, do qual faz uma análise mais detalhada. Nessa perspectiva, o ETENE pretende ser mais tempestivo e acompanhar a inflação regional mensalmente, analisando o índice regional com o nacional, trabalhando com os pesos mensais divulgados pelo IBGE, contemplando de forma célere uma variável importante no planejamento dos agentes econômicos.

preços para toda a região Nordeste². Referidas áreas funcionam como polos de negócios com as outras seis regiões metropolitanas do Nordeste. Então, a partir da estrutura metodológica utilizada pelo IBGE, para a construção do INPC e IPCA para o Brasil, calculou-se o INPC e o IPCA para o Nordeste.

2 Metodologia para o Cálculo do IPCA

O objetivo do IPCA é medir a inflação sob a ótica do consumo final familiar. A população-objetivo é representada por famílias residentes nas áreas urbanas das regiões do Snipc, com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte³. O INPC também visa medir as variações no poder de compra da população assalariada e com menor capacidade de proteção (população de renda mais baixa). A população-objetivo é representada por famílias residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do Snipc, com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada.

Apartir dos preços coletados mensalmente, obtém-se, na primeira etapa de síntese, as estimativas dos movimentos de preços referentes a cada produto pesquisado. Os índices nacionais INPC e IPCA são calculados a partir dos resultados dos índices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada.

Vale ressaltar que a variável de ponderação do INPC é a “População Residente Urbana” (Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2008-2009), enquanto que o IPCA

utiliza o “Rendimento Familiar Monetário Disponível” (Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2008-2009). Estes novos pesos foram implantados em janeiro de 2012.

Para se chegar aos pesos de cada região metropolitana no índice do Nordeste foram utilizados os pesos do índice nacional do IBGE. A distribuição dos pesos nas três regiões metropolitanas e a participação destas na população residente urbana do Nordeste e na renda mensal total da população residente estão especificados na Tabela 1⁴.

Tabela 1 - Pesos regionais - Nordeste (%)

Região Metropolitana	INPC	IPCA	População(1)	Renda(2)
Fortaleza	26,9	21,9	16,7	14,0
Recife	29,4	31,9	18,2	20,3
Salvador	43,7	46,3	27,0	29,5
Total	100,0	100,0	61,9	63,8

Fonte: IBGE (2015).

Nota:

(1) População residente urbana nos Estados;

(2) Renda mensal total da população residente urbana nos Estados. Elaboração dos autores.

A estrutura de classificação de bens e serviços do Snipc é composta por nove grupos: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. A partir dos pesos estabelecidos para as três regiões metropolitanas, pelo IBGE, chegou-se aos pesos para o Nordeste. Como exemplo, o peso da categoria alimentação e bebidas (AB) será: $AB = \sum AB_i P_i$, onde AB_i = peso de alimentação e bebidas na região metropolitana i; P_i = peso da região metropolitana i no índice do Nordeste. O IBGE divulga mensalmente os pesos dos grupos de bens e serviços, por região metropolitana e Brasil, que compõem o INPC e o

2 Na criação dos pesos regionais, o IBGE já contempla as Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Cada uma das 13 regiões do Snipc representa a população urbana (INPC) e os rendimentos (IPCA) do seu Estado e parte das populações urbanas e dos rendimentos dos outros Estados não cobertos pelo Snipc e pertencentes à mesma Grande Região que inclui a região pesquisada no sistema de índices. O coeficiente de proporcionalidade do estado, calculado pelo IBGE é o nosso peso do estado na Região (Nordeste).

3 A população-objetivo do INPC está contida no conjunto de famílias representadas no IPCA.

4 Os pesos, variações percentuais por grupo, subgrupo, item e subitem podem ser encontrados no sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. A Tabela 1.419: IPCA – percentual no mês, acumulado no ano e pesos no mês por geral, grupo, subgrupo, item e subitem, têm seguinte caminho: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=ia&o=3&o=3&i=P>.

IPCA. A estrutura de bens e serviços para o IPCA, média de 2014, para as regiões metropolitanas do Nordeste encontra-se na Tabela 2.

As variações ocorridas em cada grupo de bens e serviços, por região metropolitana, são calculadas a partir da relação entre os números-índices do grupo de bens e serviços (os valores originais são divulgados mensalmente pelo IBGE). Assim, por exemplo, a variação do grupo alimentação e bebidas (ab) em Fortaleza, em 2014, será:

$$ab_{2014} = \left[\left(\frac{NI_{dez2014}}{NI_{dez2013}} \right) \right] - 1 \times 100$$

A determinação das variações em cada grupo de bens e serviços, para o Nordeste, será a média das variações nas regiões metropolitanas, ponderadas por suas participações nessa Região. A Tabela 3 apresenta os resultados para o ano de 2014.

O valor da variação da inflação (IPCA) do Nordeste é uma combinação dos resultados apresentados nas Tabelas 2 e 3. A participação do grupo alimentação e bebidas no IPCA – Nordeste, em 2014, será $6,8\% \times 0,283 = 1,9\%$. A soma das inflações de todos os grupos de bens e serviços fornece a inflação do Nordeste, que ficou em 6,1%, em 2014. Os comentários sobre os resultados de 2014 estão no capítulo Moeda e Crédito, desta revista BNB Conjuntura Econômica.

Tabela 2 - Estrutura de pesos por grupo – IPCA Nordeste – 2014

Pesos por categoria	Fortaleza (21,9%) ¹	Recife (31,9%) ¹	Salvador (46,3%) ¹	Nordeste
Alimentação	32,1	26,9	27,5	28,3
Habitação	13,6	13,7	14,0	13,8
Artigos de residência	4,6	5,2	4,8	4,9
Vestuário	7,4	8,0	7,2	7,5
Transportes	15,7	14,9	19,3	17,1
Saúde e cuidados pessoais	9,7	12,6	10,2	10,8
Despesas pessoais	9,0	10,1	8,3	9,1
Educação	4,4	4,6	4,4	4,5
Comunicação	3,5	4,0	4,3	4,0
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

Nota:

(1) Participação relativa das regiões metropolitanas na Região Nordeste.

Tabela 3 - Inflação dos grupos de bens e serviços – IPCA – 2014 – %

Grupos de Bens e Serviços	Fortaleza (21,9%) ¹	Recife (31,9%) ¹	Salvador (46,3%) ¹	Nordeste
Alimentação	7,0	7,2	6,4	6,8
Habitação	10,4	11,4	9,4	10,3
Artigos de residência	2,6	3,8	8,0	5,5
Vestuário	0,6	4,9	2,6	2,9
Transportes	3,7	3,1	2,0	2,7
Saúde e cuidados pessoais	6,0	6,8	7,6	7,0
Despesas pessoais	8,0	7,1	7,6	7,5
Educação	9,5	5,5	8,8	7,9
Comunicação	-1,2	-0,0	-0,2	-0,4

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

Nota:

(1) Participação relativa das regiões metropolitanas na Região Nordeste.

3 Considerações finais

Conforme relatado neste documento, a inflação exerce papel relevante no contexto econômico, haja vista seus efeitos na renda das famílias e confiança dos consumidores, além de distorções nas finanças corporativas, por impactar no horizonte de planejamento, elevação dos riscos, deterioração das expectativas dos empresários, e que por sua vez, geram consequências adversas na realização de investimentos, geração de emprego e alteração nas margens de lucros.

Neste contexto, o BNB/ETENE, dentro da sua missão de elaborar estudos e pesquisas, sobretudo àqueles com enfoque no âmbito regional, construiu este modelo metodológico, para fins de composição do índice de inflação do Nordeste, o qual será publicado mensalmente.

Por fim, a equipe do BNB/ETENE buscará analisar a inflação do Nordeste vis-à-vis ao Brasil, de modo a identificar a sua evolução ao longo do período, determinar os grupos relevantes na composição do índice regional, estabelecer as variações percentuais representativas, detalhar o comportamento das regiões metropolitanas da Região além de especificar as principais razões que resultaram na alteração do nível de preços em nível local.

Referência

I
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
-IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc/ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em 03.abr.2015.

2 - SÍNTESE E EXPECTATIVAS

2.1 Síntese

A economia mundial cresceu aproximadamente 3,3% em 2014 de acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional-FMI (2015), embora com grande heterogeneidade entre países e regiões. Os resquícios da crise econômica e financeira internacional continuam a gerar impactos em diferentes nações, enquanto questões geopolíticas impõem novos desafios no cenário internacional.

O PIB do Brasil permaneceu praticamente estável em 2014, tendo registrado crescimento de apenas 0,1%. No âmbito regional, as três maiores economias do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) tiveram desempenho acima do observado para a economia brasileira em 2014. O BNB/ETENE estima que o PIB do Nordeste cresceu 2,1% em 2014.

Em relação à agricultura, o Brasil finalizou a safra 2013/2014 com dados recordes. Tanto a produção nacional quanto a regional apresentaram desempenhos favoráveis. A colheita nacional de grãos finalizou com 195,46 milhões toneladas, acréscimo de 3,6% em relação à safra 2012/13. A produção regional consolidou-se em 16,79 milhões de toneladas, aumento de 40,0% em relação à safra 2012/13.

A agropecuária encerrou 2014 com Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 418,9 bilhões, crescimento de 6,9% em relação a 2013, em função principalmente dos aumentos do VBP das lavouras temporárias (7,2%) e da pecuária (8,4%).

O VBP registrado pelo agronegócio nordestino, em 2014, foi de R\$ 52,9 bilhões, incremento de 11,2% sobre os R\$ 47,6 bilhões de 2013. Destacaram-se o crescimento das lavouras

temporárias de feijão (68,4%), de soja (34,2%) e de milho (21,3%) e, nas permanentes, o aumento no produto das lavouras de café (15,4%), de goiaba (3,8%) e de uva (3,7%).

A pecuária nordestina encerrou o ano com VBP de R\$ 13,1 bilhões, aumento de 7,3% em relação a 2013 (R\$ 12,2 bilhões), destacando-se a elevação do VBP do frango (11%) e da carne bovina (6,3%), sendo que essa última continua concentrando participação no VBP pecuário nordestino (68%). Cabe ressaltar também o aumento relativo de VBP de carne suína, em 10,8%.

Quanto à indústria, a produção do Brasil e do Nordeste foi desfavorável em 2014. Enquanto no País a produção industrial finalizou o ano com retração de 3,2% frente a 2013, a produção nordestina manteve-se estagnada em 2014, não apresentando alteração em relação a 2013.

Esse comportamento é reflexo de fatores conjunturais, além de indicar que as indústrias nacional e regional padecem de problemas que afetam sua competitividade no mercado doméstico e principalmente no plano internacional. Isto se evidencia quando se observa os resultados da balança comercial de produtos industrializados nos últimos anos, ocasião em que as exportações desses produtos reduziram-se de US\$ 88 bilhões em 2011 para US\$ 77 bilhões em 2014, enquanto que as importações cresceram de US\$ 124 bilhões para US\$ 126 bilhões nesse mesmo período.

No que se refere ao setor comercial, os índices do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado mostram que o setor perdeu força no País em 2014. No segundo semestre obteve uma

ligeira recuperação, que foi interrompida ainda no mesmo período. Assim, o comércio finalizou o ano com uma retração de 1,7%.

O resultado global negativo do setor comercial em 2014 foi consequência principalmente da redução das vendas de veículos, motos, partes e peças, além do crescimento zero do comércio de materiais de construção. Por outro lado, o comércio varejista, sem incluir as atividades ampliadas, isto é, veículos e material de construção, apresentou resultado positivo de 2,2% em 2014. O setor comercial de todos os estados do Nordeste obteve crescimento em 2014.

Conforme o IBGE, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma baixa taxa de desocupação em 2014, apenas 4,3%. No Nordeste, Recife (5,5%) e Salvador (8,1%) apresentam uma taxa de desocupação acima da média nacional.

O mercado de trabalho formal, contemplado pelos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), mostrou geração de vagas em 2014, embora com números inferiores aos de 2013. No contexto nacional, foram criados 396,9 mil novos empregos formais no período, montante inferior ao observado em 2013, oportunidade em que foram geradas 1.117,2 mil oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, representando, portanto, uma queda de quase 65%. Essa redução foi puxada pelos saldos negativos da indústria (-161,3 mil) e da construção civil (-106,5 mil), pois o Comércio (180,8 mil) e os Serviços (476,1 mil) apresentaram resultados positivos.

O mercado de trabalho formal do Nordeste apresentou comportamento superior em comparação com o nacional, com saldo positivo de geração de empregos, totalizando 99,5 mil vagas, embora tenha ocorrido uma queda de 48,5% em comparação com o saldo de 2013.

Em relação ao comércio exterior, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 225 bilhões, registrando um acréscimo de 7,0% em relação a 2013. As importações atingiram US\$ 229 bilhões, com decréscimo de 4,5% em comparação com

2013. Assim, ocorreu um déficit de US\$ 4,0 bilhões na balança comercial em 2014, ante um superávit de US\$ 2,3 bilhões em 2013.

Queda no preço das commodities, cenário internacional desfavorável e déficit na conta de combustíveis foram os principais fatores do fraco desempenho da balança comercial brasileira.

O Nordeste exportou US\$ 15,9 bilhões em 2014, registrando um decréscimo de 7,9% em relação a 2013, enquanto que as importações atingiram US\$ 28,7 bilhões, com acréscimo de 3,6% em comparação com 2013. Em consequência, gerou-se um déficit de US\$ 12,8 bilhões na balança comercial em 2014, ante um déficit de US\$ 10,5 bilhões em 2013.

Quanto às finanças públicas, cabe registrar que o grau de endividamento dos estados nordestinos é baixo, à exceção de Alagoas. A dívida líquida consolidada da Região é inferior a 50,0% da receita corrente líquida.

Por outro lado, o índice de independência financeira mostra que os estados nordestinos geram apenas 44,0% de suas receitas, a partir das atividades econômicas estaduais.

A arrecadação de ICMS no Nordeste cresceu 8,6% em termos nominais e 2,1% em termos reais em 2014, enquanto a arrecadação nacional cresceu 4,9% em termos nominais, porém reduziu-se em 1,4% em termos reais.

O valor das transferências constitucionais, FPE e FPM para 2014, alcançou R\$ 58,1 bilhões e R\$ 64,2 bilhões, respectivamente. As transferências voluntárias da União para o Nordeste caíram 10,8% em 2014 em termos nominais.

O saldo das operações de crédito no Nordeste atingiu R\$ 385,3 bilhões, no final de 2014, implicando um crescimento da ordem de 9,1% em relação a 2013, tendo ficado pouco abaixo do desempenho nacional (11,3%).

As operações de crédito no País se expandiram em 2014, embora com tendência de desaceleração, em função do aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a

exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros, quanto no âmbito externo, especialmente em função da desaceleração econômica após a crise financeira global de 2008.

O saldo de crédito no Nordeste continuou a trajetória de expansão, inclusive com seis estados da Região registrando níveis de crescimento acima da média nacional em 2014.

2.2 Expectativas

As projeções do FMI indicam que o crescimento econômico global alcançará 3,5% em 2015. As Nações Unidas (2015), por sua vez, estimam uma expansão do PIB mundial de 3,1%. Para as economias avançadas e os países em desenvolvimento, o FMI projeta crescimento de 2,4% e 4,3% para 2015, respectivamente, mostrando sinais de desaceleração, quando comparado aos índices observados nos últimos anos.

Em termos de Brasil, os fatores aliados ao ajuste fiscal devem ser responsáveis pela redução da economia do País. Nesse sentido, conforme previsões do ETENE/BNB, o PIB do Brasil deverá variar negativamente (-0,1%) em 2015. Por outro lado, o PIB do Nordeste deverá se expandir 2,2% em 2015 tendo em vista os vultosos investimentos realizados em anos recentes e que ainda se encontram em estágio de maturação nessa Região.

Em relação à agricultura, estima-se que a área destinada ao cultivo de grãos no País alcance 57,21 milhões de hectares na safra 2014/2015, representando acréscimo de 151 mil hectares em relação à colheita anterior. Referida safra está estimada em 202,22 milhões de toneladas, aumento de 4,4% em relação aos números obtidos em 2013/2014.

Para o Nordeste, a expectativa é que

sejam cultivados 8,15 milhões de hectares, com a produção de grãos alcançando 18 milhões de toneladas, consolidando um aumento de 7,2% frente à safra passada.

Segundo cálculo da equipe BNB/Conjuntura Econômica, a produção de carne bovina no Nordeste, em 2015, deverá ser de 1,273 milhão de toneladas de equivalente-carcaça, acréscimo de 2,2% em relação a 2013 e superior ao aumento da produção nacional, estimada em 1,7%.

Especificamente em relação ao setor agropecuário, a previsão para o VBP agropecuário brasileiro é de crescimento de 2%, segundo a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), em 2015, totalizando R\$ 460,5 bilhões, em razão da alta na safra de fibras e grãos (em especial da soja) e pelo bom desempenho do setor de carne bovina. O Nordeste deve acompanhar a tendência.

Quanto à indústria, projeta-se para o ano de 2015 continuidade da tendência de retração ou estagnação observada em 2014, embora se vislumbre esperança de recuperação em 2016.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) projeta crescimento de 1% do comércio varejista nacional em 2015. A perda de dinamismo no mercado de trabalho, o encarecimento do crédito ao consumidor e as pressões significativas dos preços administrados sobre o orçamento dos consumidores deverão continuar restringindo a expansão do setor nos próximos meses, dificultando a recuperação no curto prazo.

Em relação ao mercado de trabalho, espera-se uma deterioração das condições em 2015, tanto no que diz respeito à geração de vagas, como em relação ao rendimento médio, tendo em vista a atual conjuntura da economia brasileira, que inclui expectativa de estagnação, inflação acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central além da queda dos índices de confiança dos empresários e consumidores.

Essas condições devem influenciar negativamente o desempenho dos dois setores

que já contribuíram para a menor geração de emprego no Brasil e no Nordeste em 2014, a indústria de transformação e a construção civil, segmentos que possuem um efeito multiplicador em toda a economia. Com isso, existe a tendência de diminuição do número de vagas disponíveis, o que deverá causar uma elevação da taxa de desocupação.

No que se refere ao setor externo, a balança comercial brasileira deverá encerrar 2015 com saldo positivo, aproximadamente US\$ 4 bilhões, em função da redução nas importações (US\$ 206 bilhões). As exportações também devem ser menores, cerca de US\$ 210 bilhões, apesar da desvalorização cambial, pois os preços internacionais das commodities devem continuar com tendência de queda. A balança comercial nordestina, por seu turno, continuará deficitária.

Vislumbra-se no corrente ano uma retração em termos do nível de atividade econômica, determinando arrefecimento da expansão creditícia. Mesmo diante dessa perspectiva, estima-se que o volume de crédito no País e no Nordeste deverá crescer em torno de 9% em 2015.

O Programa de Concessões de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, contando com cerca de R\$ 190 bilhões, deverá atrair investidores estrangeiros além de pequenas e médias construtoras do País, de forma a reanimar a economia brasileira, além de contribuir para o avanço de obras fundamentais de infraestrutura e logística.

Referências

Banco do Nordeste do Brasil-BNB. **BNB-Conjuntura Econômica**, no 41. Fortaleza.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **World Economic Outlook**. Nova York. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/>>. Acesso em: 07. Maio. 2015.

NAÇÕES UNIDAS-UN. **World Economic Situation Prospects**. Genebra. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2015wesp_full_en.pdf>. Acesso em: 14.Maio.2015.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 Produto Interno Bruto

A economia brasileira permaneceu praticamente estável em 2014 na comparação com 2013. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento acumulado no ano de 2014 foi de apenas 0,1% em relação a 2013.

Pela ótica da despesa, houve desaceleração de todos os componentes do PIB em relação a 2013. Destaque para a desaceleração no crescimento do consumo das famílias, que passou de, 2,9%, em 2013, para 0,9%, em 2014, e para a queda na Formação Bruta de Capital Fixo-FBCF (que de crescimento de 6,1%, em 2013, passou para queda de 4,4%) (Contas Nacionais Trimestrais, 4º Trim).

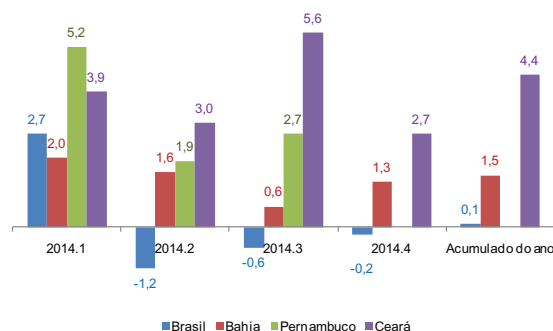
Na análise sob a ótica da oferta, a estabilidade do PIB foi resultado da variação de 0,2% do valor adicionado bruto a preços básicos, o qual reflete o desempenho das três atividades que o compõem: agropecuária (0,4%), indústria (-1,2%) e serviços (0,7%), e da queda de 0,3% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios (Contas Nacionais Trimestrais, 4º Trim).

Ao se analisar a evolução do PIB trimestral¹, percebe-se que a desaceleração da economia brasileira, iniciada no segundo trimestre, manteve-se nos dois trimestres seguintes, embora, em um ritmo menor (Gráfico 1).

A análise do último trimestre de 2014 mostra queda de 0,2% do PIB em relação a igual período de 2013. Dentre as atividades que contribuíram para a geração do valor adicionado, serviços (0,4%) e agropecuária (1,2%) obtiveram crescimento enquanto que a indústria apresentou queda de 0,9%.

1 Divergências entre os valores do PIB trimestral apresentados neste número e o anterior resultam da revisão dos dados trimestrais realizada pelo IBGE para adequação dessa informação às mudanças metodológicas do Sistema de Contas Nacionais.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB a preços de mercado, trimestral e acumulado no ano de 2013 – Brasil, Bahia, Ceará e Pernambuco⁽¹⁾



Fonte: IBGE, IPECE, SEI e CONDEPE/FIDEM. Elaboração: BNB/ETENE/Conjuntura Econômica.

Nota:

(1) A CONDEPE/FIDEM não havia divulgado o PIB de Pernambuco até o fechamento desse número.

No âmbito regional, o PIB trimestral das três maiores economias do Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, que segundo as contas regionais, representavam mais de 63,0% do PIB da Região Nordeste em 2012, sugere um crescimento da Região acima do observado para o Brasil.²

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana obteve expansão de 1,5% no acumulado do ano de 2014, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento nos setores de serviços (1,8%) e agropecuária (12,5%) foram fundamentais para

2 O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas. Sua mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

esse desempenho, uma vez que a indústria baiana apresentou recuo de 1,9%, em função da retração nas atividades da construção civil (-3,9%) e indústria de transformação (-2,9%).

Em relação ao quarto trimestre, a economia baiana cresceu 1,3% em comparação com o mesmo período de 2013. O resultado do quarto trimestre também se deve à expansão da agropecuária (9,8%) e dos serviços (1,6%). O crescimento do setor agropecuario ocorreu em função do incremento da produção física das principais culturas do Estado, que por sua vez foi beneficiado pela regularidade das chuvas, pelo controle de pragas além da pequena base de comparação. No setor de serviços, o crescimento do comércio, apesar de modesto (0,9%), permaneceu como fundamental para o resultado positivo do quarto trimestre em razão do peso exercido no cálculo do PIB trimestral. O setor industrial registrou queda por mais um trimestre consecutivo, sendo os piores desempenhos observados na atividade extrativa mineral (-2,1%) e construção civil (-6,3%) (SEI, 2014).

As informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) mostram crescimento de 4,4% para a economia cearense no acumulado do ano de 2014. Contribuíram para esse resultado o extraordinário desempenho da agropecuária (65,1%) e o crescimento de 3,6% no setor de serviços, uma vez que a indústria teve queda de 1,9%. No quarto trimestre, o crescimento foi de 2,7% comparativamente ao mesmo trimestre de 2013. A taxa de crescimento do valor adicionado por setores distribuiu-se da seguinte maneira: agropecuária (37,2%), indústria (-1,9%) e serviços (2,8%).

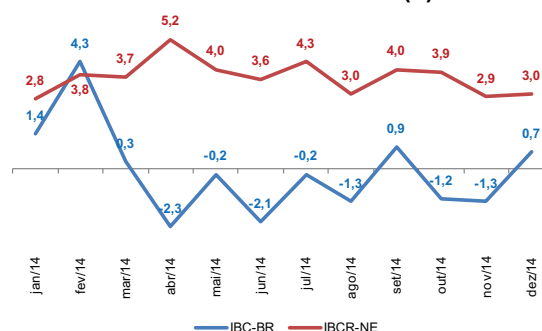
Para a economia de Pernambuco, ainda não foi divulgado o PIB do 4º trimestre. As taxas de crescimento dos três primeiros trimestres do ano, entretanto, mostram desempenho do PIB de Pernambuco superior ao registrado para o PIB do Brasil (Gráfico 1).

O descolamento entre as taxas de crescimento da economia do Brasil e do Nordeste também pode ser visualizado nos indicadores da atividade econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-Br) e para a Região Nordeste (IBCR-NE)³. No gráfico 2, estão apresentadas as variações mensais dos IBC-Br e IBCR-NE de 2014 em relação ao mesmo período do

ano anterior. Nele é possível observar que, com exceção do mês de fevereiro, as taxas de crescimento mensais da economia do Nordeste encontram-se acima da economia brasileira.

Na variação do acumulado do ano, o IBC-Br registrou variação negativa de 0,15, enquanto o indicador para o Nordeste (IBCR-NE) cresceu 3,7%. De acordo com o Boletim Regional do Banco Central do Brasil (Janeiro, 2015), o favorável crescimento da atividade no Nordeste em meio a um cenário de estagnação no âmbito nacional pode ser explicado pela execução de importantes projetos de investimentos além da ampliação dos programas de transferência de renda.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento (%) do IBC-Br e do IBCR-NE – 2014 (1)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

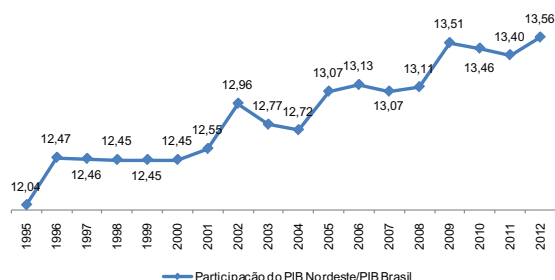
Nota:

(1) Comparação com igual período do ano anterior.

As estatísticas preliminares das três maiores economias do Nordeste, bem como o IBCR-NE apontam para uma taxa de crescimento do Nordeste superior à do Brasil em 2014. Nesse sentido, o BNB/Etene estima que a Região tenha crescido 2,1% em 2014. Vale lembrar que o bom desempenho das economias da Bahia, Ceará e Pernambuco ao longo de 2014 é um resultado observado em outros períodos, o que tem se refletido em aumento da participação do Nordeste no PIB nacional nos últimos anos (Gráfico 3).

3 O IBC-Br é um indicador mensal que procura, com as devidas adaptações, reproduzir o movimento do Produto Interno Bruto (PIB), e, desta forma, avaliar de forma mais ampla o ambiente macroeconômico do País.

Gráfico 3 – Participação do PIB do Nordeste no PIB do Brasil



Fonte: Contas Regionais do Brasil 2012 – IBGE (2014).

Nota: para 2015, espera-se que a economia do Nordeste deva continuar com sua trajetória de crescimento acima do Brasil, embora, em um ritmo menor.

Referências

BCB. **Boletim Regional – Região Nordeste.**

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/01/br201501c2p.pdf>>. Acesso em: 01 abril de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Contas regionais do Brasil 2012. Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default.shtm>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. **Indicadores:** contas nacionais trimestrais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **PIB Trimestral do Ceará: 4º Trimestre de 2014.** Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO_PIB_4o_TRIM2014.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB trimestral da Bahia: 4º Trimestre de 2014.** Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=CEAIJnyY79>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

3.2 Agropecuária

3.2.1 Agricultura

Neste primeiro momento, faz-se uma análise das informações já definidas de áreas cultivadas, produtividade e produção da safra 2013/2014. Os dados analisados são referentes ao décimo segundo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹. Quanto aos preços das principais *commodities* agrícolas, as análises foram baseadas tanto em dados fornecidos pela Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A (CMA) quanto pelas informações das séries “Indicadores de Preço” e “Agromensal”, ambos fornecidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)².

Na segunda parte do documento da agricultura, faz-se uma análise quanto às expectativas de intenção de plantio para o Brasil e o Nordeste em relação à área a ser cultivada, produtividade e a produção referente à safra 2014/2015. Os dados analisados são referentes ao sétimo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

3.2.1.1 Levantamento do final da Safra 2013/2014

A área destinada ao cultivo de grãos na safra 2013/2014 registrou acréscimo de 6,3% em relação à safra 2012/2013, ocupando uma área de 56,94 milhões de hectares. Nos primeiros meses de 2014, a expansão das áreas de cultivo foi influenciada pelas expectativas favoráveis

dos preços externos e internos, em especial das culturas da soja e de algodão, além das condições climáticas que foram favoráveis às culturas de verão de primeira e segunda safras. Destacam-se o cultivo de soja, com 30,1 milhões de hectares de área plantada (incremento expressivo de 2,4 milhões de hectares, o que representa aumento de 8,8%) e de algodão (acrécimo de 25,4%, ou seja, 227,3 mil hectares) (Tabela 1).

O Brasil, o quarto maior produtor agrícola do mundo (FAO, 2015), ficando atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Índia, finalizou a safra 2013/2014 com dados recordes. Condicionada pela maior intenção de plantio e também pelo favorável desenvolvimento da cultura frente ao período de seca do ano anterior, tanto a safra nacional quanto a regional apresentaram prósperos desempenhos. A safra nacional de grãos finalizou em 195,46 milhões de toneladas, acréscimo de 3,6% em relação à safra 2012/13. Com aumentos expressivos nas culturas da soja, com crescimento de 5,7% (incremento absoluto de 4,62 milhões de toneladas), do algodão, com aumento de 32,3% (acrécimo de 652 mil toneladas) e expansão da produção de feijão em 22,7% (aumento em 637,9 mil toneladas).

No levantamento da safra 2013/14 para o Nordeste, a área total destinada ao cultivo de grãos foi de 8,27 milhões de hectares, superior em 14,7% em relação à safra 2012/2013. Registraram-se aumentos significativos para as áreas plantadas nos estados como Bahia (acrécimo de 333,1 mil hectares), Maranhão (153,4 mil hectares) e Piauí (123,7 mil hectares) em relação à safra anterior. Juntos, esses Estados cultivaram significativos 6,29 milhões de hectares na safra 2013/14, ou seja, representando 76,1% da área total cultivada na Região.

A estimativa da produção regional consolidou-se em 16,79 milhões de toneladas, aumento de 40,0% em relação à safra 2012/13, uma vez que os dados do período anterior foram rebaixados pela ocorrência da estiagem. A produção regional de grãos aumentou na

1 A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realiza levantamentos e avaliações mensais da safra brasileira de grãos e das principais lavouras.

2 O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) é parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (DEAS) da Esalq/USP.

maioria dos estados nordestinos, principalmente na Bahia, registrando acréscimo de 2,28 milhões de toneladas, ou seja, incremento de 42,5% em sua produção de grãos; no Piauí, o aumento foi de 1,17 milhão de toneladas de grãos (ou seja, expansão de 73,5%); enquanto no Maranhão, o acréscimo foi de 728,1 mil toneladas (20,4% a mais que na safra passada) (Tabela 1).

Tendo em vista melhores técnicas empregadas quanto ao uso de novas tecnologias, além da realização de investimentos públicos e privados em inovação e tecnologia no setor nos últimos 10 anos, registrou-se crescimento da produtividade regional na safra 2013/14 em 22,1% em relação à safra anterior.

Diversas culturas seguiram a produtividade média de grãos no âmbito regional (2.031 kg/ha) e nacional (3.433 kg/ha), como o algodão em caroço, que registrou produtividade regional de 3.872 kg/ha, ante a nacional com 3.927 kg/ha (destaca-se a produtividade do algodão em caroço no Maranhão, com 4.140 kg/ha e no Piauí, com 4.125 kg/ha, acima da média nacional); o milho, também vem acompanhando a tendência, com produtividade regional de 2.612 kg/ha e nacional

de 5.057 kg/ha (liderado por Sergipe, de onde desponta a maior produtividade da Região, com 4.670 kg/ha, seguido por Bahia, com 3.917 kg/ha) e a soja, apresentando produtividade média regional de 2.544 kg/ha, e a nacional com 2.854 kg/ha, destacando-se Maranhão (registrando produtividade média da soja em 2.754 kg/ha) e, em seguida Bahia (com produtividade média de 2.520 kg/ha).

Algodão

Para a safra nacional de 2013/2014 de algodão (especificamente no texto que trata a cultura do algodão, fala-se em algodão em caroço), a área cultivada total alcançou 1.121,6 mil hectares, aumento de 25,4% em relação à safra anterior. O preço interno da *commodity* algodão em pluma apresentou variações positivas discretas, mostrando uma recuperação no mercado interno. Porém, a tendência de aumento no nível de preços do algodão no mercado externo, associado à baixa remuneração do preço da saca de 60 kg do milho,

Tabela 1 - Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos – Safra 2013/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 ¹ (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
Norte	1.881,6	2.126,6	13,0	2.935	2.967	1,1	5.522,8	6.309,8	14,2
Nordeste	7.211,7	8.271,0	14,7	1.663	2.031	22,1	11.993,0	16.794,3	40,0
MA	1.615,7	1.769,1	9,5	2.211	2.431	10,0	3.572,5	4.300,6	20,4
PI	1.264,4	1.388,1	9,8	1.266	2.001	58,1	1.601,1	2.777,3	73,5
CE	787,7	921,5	17,0	281	621	121,0	221,1	572,6	159,0
RN	29,1	69,0	137,4	447	555	24,2	13,0	38,3	194,6
PB	109,8	155,3	41,4	421	373	(11,4)	46,2	57,9	25,3
PE	275,9	482,0	74,7	280	392	40,0	77,2	188,9	144,7
AL	79,5	81,2	2,1	689	828	20,2	54,8	67,2	22,6
SE	244,4	266,5	9,0	4.195	4.216	0,5	1.025,2	1.123,5	9,6
BA	2.805,2	3.138,3	11,9	1.919	2.443	27,3	5.381,9	7.668,0	42,5
Centro-Oeste	20.680,5	22.055,2	6,6	3.785	3.701	(2,2)	78.277,6	81.636,5	4,3
Sudeste	4.977,8	5.063,6	1,7	4.065	3.532	(13,1)	20.234,7	17.884,1	(11,6)
Sul	18.811,4	19.423,0	3,3	3.861	3.750	(2,9)	72.629,9	72.841,6	0,3
Brasil	53.563,0	56.939,4	6,3	3.522	3.433	(2,5)	188.658,0	195.466,3	3,6

Fonte: Safra 2013/2014. Décimo segundo levantamento, setembro/2014 (CONAB, 2014).

Nota:

(1) Produtos selecionados: Caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

principal *commodity* concorrente, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em aumentar a área para o cultivo do algodão nesta safra. Como consequência, tem-se aumento em sua produção de 32,3% em relação ao período anterior, ou seja, acréscimo de 1.075,7 mil toneladas, chegando a registrar 4,4 milhões de toneladas de algodão em caroço.

Para o Nordeste, a safra 2013/14 apresentou aumento na produção de 35,5% em relação ao último período, alcançando 1.366,2 mil toneladas, representando 31,0% da produção nacional de algodão em caroço. A área destinada ao cultivo na Região também acompanhou a tendência nacional, aumentando 17,3% na área cultivada sobre 2012/2013.

Quanto à produtividade média do algodão na Região, obteve ganho de 15,6% frente à safra passada, alcançando 3.872 kg/ha no ano 2013/2014. Já as produtividades médias dos estados do Maranhão (4.140 kg/ha) e Piauí (4.125 kg/ha) ultrapassam a produtividade média da maior região produtora de algodão, Centro-Oeste (3.974 kg/ha), que responde por 66,2 % da produção nacional. A Bahia, segundo maior produtor nacional de algodão, registrou aumento tanto em área plantada (acrécimo de 48,0 mil

hectares) quanto em produção (aumento de 332,3 mil toneladas). (Tabela 2).

O segundo semestre de 2014 finalizou com desaquecimento dos preços (intensificados a partir de julho/2014) nos mercados externos refletindo a maior oferta do produto, com aumento considerável da produção nos Estados Unidos neste ano e considerando o maior volume dos estoques mundiais, além das reduções das compras de algodão em pluma por parte da China. Com a valorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro, as *tradings* estiveram atentas às negociações da pluma de algodão nacional, tendo sido retomadas no fim do período.

A oferta total do algodão em pluma (estoque inicial somado à produção à importação) também registrou números significativos, com 2.070,6 mil toneladas, acréscimo de 15,15% em relação à safra 2012/13. Já os dados de demanda total (consumo interno somado à exportação) fecharam próximos de 1.583,6 mil toneladas, crescimento de 6,06% frente ao período anterior. A expectativa de aumento no estoque de passagem foi concretizada, tendo em vista que no encerramento de 2014 situou-se próximo de 487,0 mil toneladas de algodão em pluma

Tabela 2 – Algodão em caroço - comparativo de área, produtividade e produção - safra 2013/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14' (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
Norte	6,0	4,8	(20,0)	3.150	4.020	27,6	18,9	19,3	2,1
Nordeste	300,8	352,8	17,3	3.351	3.872	15,6	1.007,9	1.366,2	35,5
MA	16,7	18,6	11,4	3.970	4.140	4,3	66,3	77,0	16,1
PI	11,4	12,1	6,3	3.270	4.125	26,1	37,3	49,9	33,8
CE	0,9	1,8	100,0	295	780	164,4	0,3	1,4	366,7
RN	0,1	0,4	500,0	3.000	3.810	27,0	0,2	1,5	650,0
PB	0,1	0,1	-	300	660	120,0	-	0,1	-
PE	0,1	0,3	200,0	380	540	42,1	-	0,2	-
AL	0,1	0,1	-	320	480	50,0	-	-	-
BA	271,4	319,4	17,7	3.330	3.870	16,2	903,8	1.236,1	36,8
Centro-Oeste	560,9	734,2	30,9	3.943	3.974	0,8	2.211,6	2.917,6	31,9
Sudeste	25,8	28,9	12,0	3.429	3.443	0,4	88,5	99,5	12,4
Sul	0,8	0,9	12,5	2.625	2.375	(0,9)	2,1	2,1	-
Brasil	894,3	1.121,6	25,4	3.723	3.927	5,5	3.329,0	4.404,7	32,3

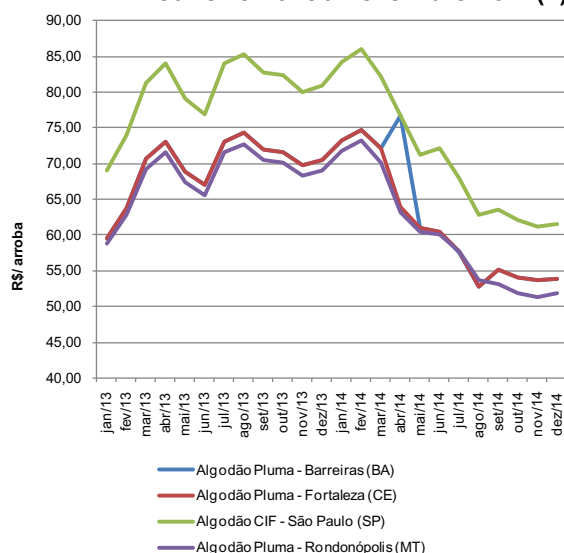
Fonte: Safra 2013/2014. Décimo segundo levantamento, setembro/2014 (CONAB, 2014).

(aumento em 59,6% sobre a safra 2012/13), dados suficientes para honrar tanto o mercado interno quanto o externo (CONAB, 2014).

Quanto aos preços internos, as principais praças registraram reduções a partir do mês de fevereiro, finalizando o ano de 2014 com desvios médios de 26% a menos que o praticado no início do ano, devido a uma produção nacional maior (aumento em 32,3%) e regional (acréscimo de 35,5%) na safra 2013/14.

Segundo dados do Cepea, o mercado em Barreiras (BA), Rondonópolis (MT), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) concluíram dezembro/2014 com reduções nos preços em 26,3%, 27,7%, 26,3% e 26,9%, respectivamente, em relação ao mês de janeiro/2014, com cotações de R\$ 53,91/@ para Barreiras, R\$ 51,80/@ em Rondonópolis, R\$ 53,91/@ em Fortaleza e R\$ 61,46/@ no mercado de algodão de São Paulo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA)(1), Fortaleza (CE), preço CIF São Paulo (SP) e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2013 a Dezembro/2014(2).



Fonte: CMA (2015). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nota:

(1) As cotações na Praça de Barreiras (BA) e Fortaleza (CE) foram praticamente as mesmas para o período apurado;

(2) Valores referentes ao período de janeiro/2013 a dezembro/2014, com exceção para março de 2014.

Feijão

A área plantada com feijão no Brasil para a safra 2013/2014 foi de 3.333,4 mil hectares, incremento de 8,4% em relação à colheita passada. Como consequência, a produção de feijão também finalizou a safra com significativo volume, registrando 3,44 milhões de toneladas, aumento de 22,7% em relação à safra anterior.

A lavoura de feijão plantada no Nordeste registrou aumento de área de 16,1%, cultivando-se na Região 1.625,6 mil hectares na safra 2013/2014. Os estados da Bahia e do Ceará foram os principais responsáveis por esse avanço, porquanto juntos destinaram 53,4% da área regional para o cultivo do feijão.

A produção total regional atingiu 688,0 mil toneladas, aumento expressivo de 57,1% em relação à safra 2012/2013 (425,3 mil toneladas), base prejudicada pelo período de seca. Os maiores produtores regionais foram Bahia (que alcançou 258,5 mil toneladas, crescimento de 36,6% em relação à safra anterior), Ceará (132,5 mil toneladas, aumento de 100,2%) e Pernambuco (87,4 mil toneladas, acréscimo de 88,8%). A decisão de incrementar a área por parte dos produtores foi influenciada por um leve aumento de preço ao produtor do feijão no primeiro trimestre de 2014.

O rendimento também deve se elevar para 411 kg/ha, acréscimo de 35,3% em relação à safra passada, variação explicada em parte pela redução de área de sequeiro em algumas regiões de plantio (Tabela 3).

A oferta de feijão no mercado brasileiro foi tão significativa que ocorreram reduções nas importações desse produto em 2014. A importação de feijão em 2014 foi de 100 mil toneladas, enquanto em 2013 a importação registrou 304,4 mil toneladas, representando uma redução de 67,1%.

Com uma produção de feijão abundante, tanto regional como nacional, ocorreram problemas para se estocar o produto. O feijão

Tabela 3 - Feijão Total - Comparativo de área, produtividade e produção, safra 2013/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 ¹ (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
Norte	133,3	101,3	(24,0)	786	758	(3,5)	104,7	76,7	(26,7)
Nordeste	1.399,8	1.625,6	16,1	304	411	35,3	425,3	668,0	57,1
MA	90,1	92,8	3,0	459	497	8,1	41,4	46,1	11,4
PI	199,3	229,4	15,1	131	288	118,9	26,2	66,0	151,9
CE	341,1	404,1	18,5	194	328	68,9	66,2	132,5	100,2
RN	12,4	33,5	170,2	282	334	18,4	3,5	11,2	220,0
PB	55,7	76,9	38,1	346	277	(20,1)	19,3	21,3	10,4
PE	176,4	245,7	39,3	262	356	35,5	46,3	87,4	88,8
AL	42,0	47,0	11,9	364	457	25,6	15,3	21,5	40,5
SE	26,8	31,5	17,5	668	746	11,7	17,9	23,5	31,3
BA	456,0	464,7	1,9	415	556	34,1	189,2	258,5	36,6
Centro-Oeste	356,0	468,0	31,5	1.637	1.865	13,9	582,7	872,9	49,8
Sudeste	558,3	488,2	(12,6)	1.461	1.624	11,1	815,8	792,7	(2,8)
Sul	627,9	650,3	3,6	1.398	1.590	13,7	877,8	1.033,8	17,8
Brasil	3.075,3	3.333,4	8,4	913	1.033	13,2	2.806,3	3.444,1	22,7

Fonte: Safra 2013/2014. Décimo segundo levantamento, setembro/2014 (CONAB, 2014).

colhido há mais tempo acaba escurecendo sua cor e este fato contribui para a perda da qualidade e consequentemente pode levar a reduzir o preço do produto estocado.

Do lado da demanda, a Conab alega que os dados de consumo alimentar domiciliar mostram uma tendência de queda no consumo de feijão pela população brasileira, fato este explicado em parte em função do aumento do consumo de alimentos industrializados.

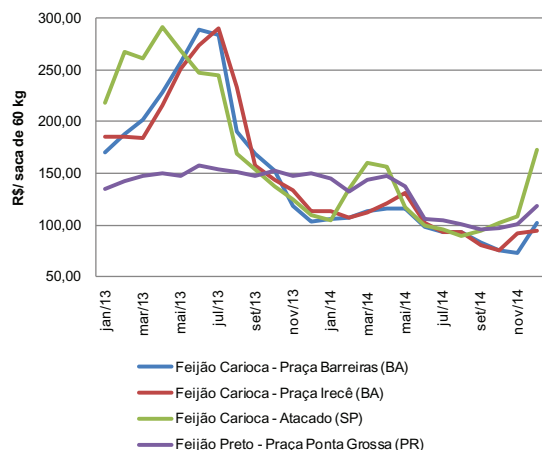
Ainda de acordo com a Conab, a participação do feijão no “valor energético da alimentação” diminui com o aumento da renda, portanto, presume-se que na medida em que os rendimentos vêm aumentando, o consumo de feijão tende a cair. Assim, constata-se que, nas classes de receitas mais elevadas, o consumo de feijão é menos da metade que nas classes de famílias consideradas com renda mais baixa (CONAB, 2014).

Para a safra de 2013/2014, com a oferta maior de feijão no mercado interno, o nível de preços nacionais sofreu queda considerável em grande parte nas principais praças pesquisadas, reduzindo a possibilidade de alta dos preços no curto prazo. Devido à redução nas intenções

de plantio na safra 2014/2015, a expectativa de longo prazo é de valorização do feijão para o ano de 2015.

Em Barreiras (BA), a saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 102,14 (valores para dez/2014) no mês de dezembro/2014, com o preço reduzindo-se em 3,13% no ano de 2014. O mesmo ocorreu em Irecê (BA) e São Paulo (SP), com registros de respectivos valores nas sacas do feijão tipo carioca em R\$ 95,00 e R\$ 172,26 (valores de dezembro/2014), implicando desvalorização de 3,88% e 3,47% no período, respectivamente. Para o feijão preto cotado em Ponta Grossa (PR), a desvalorização no período de 2014 foi de 4,67%, onde o produto foi cotado a R\$ 118,21 em dezembro do mesmo ano (Gráfico 2).

Gráfico 2- Evolução dos preços da saca de 60 kg de feijão carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA), feijão carioca atacado em São Paulo (SP) e feijão preto em Ponta Grossa (PR), de Janeiro/2013 a Dezembro/2014(1)



Fonte: CMA (2015). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nota:

(1) Valores referentes ao período de janeiro/2013 a dezembro/2014

Milho

A área de plantio para o milho na safra de 2013/2014 deverá atingir 15,8 milhões de hectares, com pequena redução de 28,6 mil hectares (em torno de 0,2%) em relação à safra anterior. Em algumas regiões, os produtores de milho, influenciados pelos altos custos de produção dessa cultura junto com a competição por área entre algodão e soja (que tem favorecido à oleaginosa em virtude de sua comercialização - preços mais atraentes e sustentação cambial - além da utilização de variedades precoces), reduziram as expectativas de área plantada com o milho. Em contraponto, tem-se a expectativa de um significativo crescimento (24,7%) na Região Nordeste devido às boas condições climáticas.

A produção total de milho no Brasil para a safra 2013/14 alcançou 79,90 milhões de toneladas, obtendo uma redução de 2,0% (reco de 1,6 milhão de tonelada) frente à colheita

passada. Diversos fatores contribuíram para esse declínio, especialmente os problemas climáticos nas principais regiões produtoras associados à forte redução de áreas destinadas ao cultivo.

No Nordeste, o aumento da safra 2013/14 de milho foi de 55,9% frente à safra passada, com produção de 7,57 milhões de toneladas desse produto. A expectativa de recuperação das cotações do milho norteou os produtores da Região a ampliarem as áreas destinadas ao cultivo do cereal. A área destinada ao seu cultivo fechou a safra, em setembro de 2014, com incremento de 24,7% em relação ao período anterior, computando 2,89 milhões de hectares.

Motivada pela possibilidade de tornar-se um fornecedor privilegiado para toda a Região, a Bahia registrou considerável aumento na produção do grão, com incremento de 1.283 mil toneladas em relação à safra 2012/13, totalizando 3,18 milhões de toneladas (cabendo lembrar que a comparação está sendo feita com um ano de seca). Segundo a Conab, a expectativa de área plantada nesse Estado finalizará a safra 2013/14 com 812,5 mil hectares, acréscimo de 29,3 % frente à colheita passada. Já o estado de Sergipe alcançou os melhores níveis de produtividade, em torno de 4.670 kg/ha (Tabela 4).

No mercado internacional, com estoques mundiais em crescimento (alta tanto nos estoques dos exportadores quanto dos países importadores), a relação estoque mundial final e consumo registrou *recorde*, superando o nível mundial da safra 2002/03. Como consequência, as cotações no mercado futuro seguem com registros de sucessivas quedas, com baixo nível de transações mundiais do milho. O contrato na Bolsa de Chicago (CME Group) com vencimento em dezembro/2014 encerrou com queda de 0,3%, com cotação de US\$ 147,92 a tonelada. Já os seus contratos futuros com vencimentos para março/2015 e maio/2015 também registraram recuo de 0,1% e 0,3%, fechando em US\$ 153,04/t e US\$ 156,29/t, respectivamente (CEPEA/ESALQ, 2014).

No mercado interno verifica-se que a

Tabela 4 – Milho total - comparativo de área, produtividade e produção, safra 2013/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 ¹ (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
Norte	528,3	551,5	4,4	3.166	3.303	4,3	1.672,3	1.821,5	8,9
Nordeste	2.325,5	2.899,7	24,7	2.090	2.612	25,0	4.859,8	7.574,5	55,9
MA	506,7	606,4	19,7	2.584	2.846	10,1	1.309,4	1.725,9	31,8
PI	379,8	405,0	6,6	1.429	2.542	77,9	542,8	1.029,4	89,6
CE	408,7	480,6	17,6	240	835	247,9	98,1	401,3	309,1
RN	13,3	32,4	143,6	355	633	78,3	4,7	20,5	336,2
PB	53,1	76,6	44,3	496	462	(6,9)	26,3	35,4	34,6
PE	94,5	228,6	141,9	167	411	146,1	15,8	94,0	494,9
AL	34,4	31,0	(9,9)	637	887	39,2	21,9	27,5	25,6
SE	206,6	226,6	9,7	4.557	4.670	2,5	941,5	1.058,2	12,4
BA	628,4	812,5	29,3	3.022	3.917	29,6	1.899,3	3.182,3	67,6
Centro-Oeste	6.202,9	6.173,7	(0,5)	5.789	5.654	(2,3)	35.910,6	34.907,3	(2,8)
Sudeste	2.203,0	2.106,5	(4,4)	5.755	5.093	(11,5)	12.677,7	10.728,4	(15,4)
Sul	4.569,6	4.069,3	(10,9)	5.774	6.113	5,9	26.385,3	24.873,8	(5,7)
Brasil	15.829,3	15.800,7	(0,2)	5.149	5.057	(1,8)	81.505,7	79.905,5	(2,0)

Fonte: Safra 2013/2014. Décimo segundo levantamento, setembro/2014 (CONAB, 2014).

disponibilidade de milho cresceu no decorrer do ano de 2014. Mesmo com redução de 2,0% na produção da safra 2013/2014 (produção de 79,9 milhões de toneladas) em relação à colheita anterior, registra-se uma oferta interna total do grão de 88,7 milhões de toneladas. Mesmo com a demanda interna pelo milho de 54 milhões de toneladas, registra-se um excedente doméstico recorde de pelo menos 34,9 milhões de toneladas. Neste contexto, com a disponibilidade interna de milho em alta, e mesmo com a intervenção do Governo, por meio de leilões de Pepro³ (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural, que ocorreram nas principais regiões produtoras de milho, a partir do mês de agosto de 2014, com a possibilidade de diminuir o excedente interno), as exportações brasileiras não responderam de acordo com as expectativas, devido ao cenário do mercado internacional.

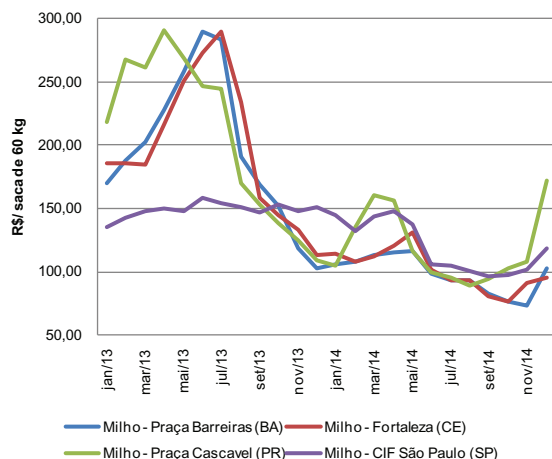
De acordo a Secretaria do Comércio Exterior (SECEX/MDIC), o País embarcou 27%

a menos que no mesmo período do ano anterior, aumentando a disponibilidade interna do cereal. E com o aumento da oferta interna e estoque crescente, o mercado interno apresenta-se desaquecido. Em três das principais praças de mercado do milho, o ano de 2014 finalizou com cotações abaixo do esperado, influenciadas pelas incertezas das cotações no mercado internacional e pela expectativa de produção recorde na safra de milho nos Estados Unidos (CEPEA/ESALQ, 2014b).

As praças de São Paulo (SP), Fortaleza (CE) e Barreiras (BA) fecharam com a cotação final da saca de 60 kg em dezembro/2014 em R\$ 118,21, R\$ 95,00 e R\$ 102,14, com desvalorizações de 18,31%, 16,45% e 3,81%, respectivamente, sobre a cotação de janeiro/2014. Porém, no mercado em Cascavel (PR), o preço da saca de 60 kg de milho foi cotado com valorização de 67,39% frente ao valor praticado no mês de janeiro/2014, registrando R\$ 172,26 (Gráfico 3).

3 É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Gráfico 3 - Evolução dos preços da saca de 60 kg de milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de Janeiro/2013 a Dezembro/2014



Fonte: CMA (2015). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nota:

(1) Valores referentes ao período de 01/01/2012 a 30/06/2014.

Soja

Motivados pelos favoráveis preços alcançados no mercado externo e principalmente pelo custo de produção menor comparado às *commodities* milho e algodão, a área total destinada ao cultivo de soja para a safra 2013/14 ficou em 30,17 milhões de hectares, acréscimo de 8,8% sobre a safra anterior. Tal fato, associado ao bom desenvolvimento da lavoura e às adequadas condições climáticas nas principais

regiões produtoras, a safra 2013/2014 nacional de soja atingiu mais um recorde, registrando produção de aproximadamente 86,12 milhões de toneladas, acréscimo de 5,7 % em relação ao volume produzido na safra passada.

Para o Nordeste, o crescimento na área cultivada foi de 7,8%, alcançando 2,6 milhões de hectares, dado este influenciado pelas compras futuras e o adequado desenvolvimento da cultura, beneficiada pelas favoráveis condições climáticas. Em termos de produção, o aumento foi de 25,0% da oleaginosa, alcançando 6,62 milhões de toneladas. Destaca-se a Bahia, com produção de 3,30 milhões de toneladas, representando cerca de 50,0% do total da produção regional (Tabela 5).

No mercado externo, as cotações de soja foram instáveis no segundo semestre de 2014. Entre os meses de julho e outubro, as cotações no mercado internacional seguiam desaquecidas, devido às estimativas de produção recorde para a safra 2014/2015 (mesmo em períodos de entressafras brasileira e norte-americana, onde normalmente os preços da soja do segundo semestre tendem a ser maiores do que o primeiro semestre). Paralelamente, os estoques de soja nos Estados Unidos começaram a fechar a temporada abaixo do esperado, sendo que o estoque de passagem ficou em 2,503 milhões de toneladas. Com menor oferta por parte dos Estados Unidos, os principais importadores de soja demandaram suas compras de outros países

Tabela 5 – Comparativo de área, produtividade e produção, safra 2013/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 13/14 (a)	Safra 14/15 ¹ (b)	Var. % (b/a)	Safra 13/14 (c)	Safra 14/15 (d)	Var. % (d/c)	Safra 13/14 (e)	Safra 14/15 (f)	Var. % (f/e)
Norte	901,5	1.178,9	30,8	2.952	2.877	(2,6)	2.661,5	3.391,3	27,4
Nordeste	2.414,3	2.602,2	7,8	2.193	2.544	16,0	5.294,8	6.620,9	25,0
Maranhão	586,0	662,2	13,0	2.877	2.754	(4,3)	1.685,9	1.823,7	8,2
Piauí	546,4	627,3	14,8	1.678	2.374	41,5	916,9	1.489,2	62,4
Bahia	1.281,9	1.312,7	2,4	2.100	2.520	20,0	2.692,0	3.308,0	22,9
Centro-Oeste	12.778,2	13.909,4	8,9	2.981	3.005	0,8	38.091,4	41.800,5	9,7
Sudeste	1.758,2	1.989,9	13,2	3.086	2.520	(18,3)	5.425,9	5.015,3	-7,6
Sul	9.883,9	10.492,7	6,2	3.038	2.792	(8,1)	30.025,8	29.292,8	-2,4
Brasil	27.736,1	30.173,1	8,8	2.938	2.854	(2,9)	81.499,4	86.120,8	5,7

Fonte: Safra 2013/2014. Décimo segundo levantamento, setembro/2014 (CONAB, 2014).

como Brasil e Argentina, elevando ligeiramente o nível dos preços internacionais nos últimos dois meses do ano de 2014 (CEPEA, 2015).

Os preços internacionais da soja em grão registraram expressivas quedas em suas cotações em agosto/2014. A Bolsa de Chicago registrou US\$ 400,32/t ante sua cotação de US\$ 446,44/t para o mesmo período anterior (CMA, 2015). Mesmo com cenário internacional desaquecido, as exportações brasileiras de soja em grão seguiram firmes, embarcando 45,69 milhões de toneladas, acréscimo de 6,77% em relação às exportações do ano de 2013. Neste período, as exportações de soja em grão geraram uma receita de US\$ 23,27 bilhões, crescimento de 2,0% em relação ao ano de 2013.

Mesmo com as cotações no mercado externo de soja em declínio, as reduções dos preços da soja no mercado brasileiro foram suavizadas devido aos maiores valores dos prêmios de exportação e diante da desvalorização do real brasileiro frente ao dólar norte-americano (CEPEA/ESALQ, 2013b). De acordo com a SECEX/MDIC, foram embarcadas nos portos brasileiros 13,71 milhões de toneladas de farelo de soja em 2014, valor superior em 2,87% ao da média do ano anterior. Assim, o farelo de soja obteve US\$ 938,58 milhões em sua receita, aumento em 36,8%.

O complexo de soja (grão, farelo e óleo de soja) gerou uma receita recorde de aproximadamente US\$ 31,27 bilhões (aumento em 1,5%, mesmo com preços internacionais maiores no ano base de 2013), sendo esse complexo o principal produto da pauta comercial brasileira (MDIC, 2015).

A disponibilidade interna de soja em grão vem também registrando alta, finalizando a oferta total do grão (estoque inicial somado à produção e à importação) em 87,60 milhões de toneladas em 2014, aumento de 6,55% ante o período anterior, dados suficientes para abastecer tanto o mercado interno quanto o externo no período. Mesmo com a demanda total por soja (consumo interno somado à exportação) contabilizando

85,62 milhões de toneladas (acréscimo de 5,3% em relação a 2013), e em crescimento nos últimos anos, o ano de 2014 obteve estoque final com variação positiva de 117,84% frente ao período anterior (registrando 1,98 milhões de toneladas como estoque de passagem) (CONAB, 2014).

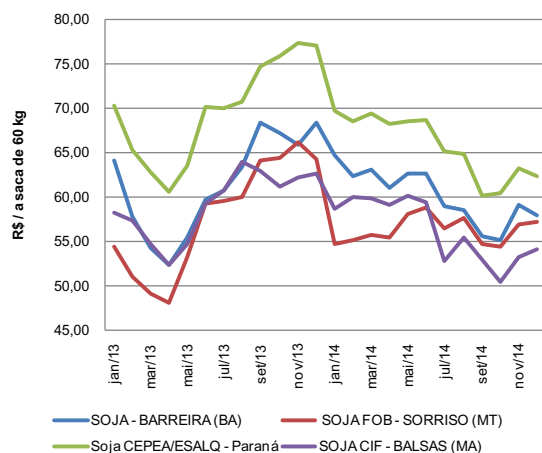
No final do segundo semestre, as cotações no mercado interno finalizaram o ano em alta nas principais praças pesquisadas, diante das divergências e expectativas no mercado interno, além do reflexo dos baixos estoques de passagem dos Estados Unidos. Os valores dos preços da soja em grão no mercado brasileiro foram suavizados também devidos aos maiores valores dos prêmios de exportação. O preço negociado da saca de 60 kg de soja em grão no mercado de Barreiras (BA) atingiu R\$ 57,95 em dezembro/2014, redução de 5,15% em relação ao mês de outubro⁴ (cotado em R\$ 55,11). O mesmo ocorreu nas praças de Sorriso-MT (cotação de R\$ 57,21), Paraná⁵ (com cotação média de R\$ 62,42) e Balsas-MA (R\$ 54,14) que registraram aumentos de 5,24%, 3,19% e 7,39% em relação ao mês de outubro/14, respectivamente (Gráfico 4)⁶.

4 As cotações pesquisadas no mês de outubro foram as que atingiram as menores cotações da saca de 60 kg de soja em grão no ano de 2014.

5 A cotação é uma média de cinco regiões do Paraná: Paranaguá, Ponta Grossa, Norte, Oeste e Sudoeste.

6 Valores referentes ao período de jan/2013 a dez/2014.

Gráfico 4 - Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2013 a Dezembro/2014



Fonte: CMA (2015). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2.1.2 - Expectativas para safra 2014/2015

Nesta segunda parte do documento da agricultura, faz-se uma análise quanto às expectativas de intenção de plantio para o Brasil e o Nordeste em relação à área a ser cultivada, produtividade e a produção referente à safra 2014/2015. Os dados analisados são referentes ao Sétimo Levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015).

Estima-se que a área destinada ao cultivo de grãos⁷ na safra nacional de 2014/2015 chegue a 57,03 milhões de hectares, acréscimo de 272 mil hectares em relação à safra anterior. O resultado foi influenciado nos primeiros meses de 2015 pelas boas expectativas de preços de internos e externos de algumas *commodities*, em especial das culturas da soja e de algodão. Destaca-se o cultivo de soja, com estimativa de 31,50 milhões de hectares de área plantada

(incremento expressivo de 1,33 milhões de hectares, o que representa aumento de 4,4 %).

Condicionadas pela maior intenção de plantio e também pelo adequado desenvolvimento da cultura em algumas regiões produtoras dos principais cultivares agrícolas, tanto a produção da safra nacional quanto a regional apresentam-se com favorável desempenho. A safra nacional de grãos 2014/2015 está estimada em 200,68 milhões de toneladas, acréscimo de 3,6% em relação à safra 2013/2014. Espera-se aumento expressivo na cultura da soja, acréscimo de 9,5%, ou seja, aumento em 8,16 milhões de toneladas em relação à safra passada (Tabela 6).

Para o Nordeste, a expectativa é que sejam cultivados 8,15 milhões de hectares, com redução das áreas plantadas em 130,9 mil hectares para o levantamento da safra 2014/15. Vale salientar que as culturas da região Nordeste estão em processo de plantio, portanto, as áreas de cultivo ainda não estão totalmente definidas. Seguem registros de reduções para áreas plantadas nos estados do Maranhão (decréscimo de 129,7 mil hectares), Pernambuco (decréscimo de 72,0 mil hectares) e Bahia (redução em 55,9 mil hectares) em relação à safra anterior. Juntos, esses estados cultivavam significativos 5,39 milhões de hectares na safra 2013/14, ou seja, representam 65,23% da área cultivada total nordestina, e para a safra 2014/2015, com expectativa que participem com 63,11% da área cultiva regional.

A estimativa da produção de grãos para o Nordeste é de 17,79 milhões de toneladas, consolidando um aumento de 5,9% frente à safra passada (Tabela 7). Esse crescimento na produção regional de grãos é devido às expectativas de aumento da produção na maioria dos estados nordestinos, principalmente na Bahia, registrando acréscimo de 568,4 mil toneladas de grãos, ou seja, incremento de 7,4% em relação à safra passada, como também no estado do Piauí, com estimativa de produção de 3,42 milhões de toneladas, gerando incremento de 23,3% (aumento de 647,3 mil toneladas de

⁷ A CONAB realiza levantamentos e avaliações mensais da safra brasileira de grãos e das principais lavouras.

Tabela 6 – Brasil - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos, safra 13/14

Culturas	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 13/14 (a)	Safra 14/15 (b)	Var. % (b/a)	Safra 13/14 (c)	Safra 14/15 (d)	Var. % (d/c)	Safra 13/14 (e)	Safra 14/15 (f)	Var. % (f/e)
Algodão (caroço)	1.121,6	976,9	(12,9)	2.381	2.380	(0,0)	2.670,6	2.325,3	(12,9)
Feijão	3.365,9	3.173,9	(5,7)	1.026	1.071	4,4	3.453,8	3.399,8	(1,6)
Milho	15.829,2	15.165,9	(4,2)	5.057	5.208	3,0	80.052,0	78.985,2	(1,3)
Soja	30.173,1	31.504,2	4,4	2.854	2.993	4,9	86.120,8	94.280,5	9,5
Subtotal⁽¹⁾	50.489,8	50.820,9	0,7	3.413	3.522	3,2	172.297,2	178.990,8	3,9
Outras culturas	6.570,2	6.511,1	(0,9)	3.246	3.331	2,6	21.324,8	21.691,2	1,7
Brasil⁽²⁾	57.060,0	57.332,0	0,5	3.393	3.500	3,2	193.622,0	200.682,0	3,6

Fonte: Safra 2014/2015. Sétimo levantamento, abril/2015 (CONAB, 2015).

Legenda:

(1) Subtotal dos seguintes produtos selecionados: Caroço de algodão, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), milho (1ª e 2ª safras) e soja.

(2) Produtos selecionados: Caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

grãos).

O sucessivo aumento de produtividade é consequência do emprego de melhores técnicas além da utilização de novas tecnologias, a exemplo de variedades mais resistentes as pragas e doenças, com as adubações bem direcionadas de acordo com a exigência de cada cultivar e de preparação do solo. Como resultado, registra-se que a expectativa para a produtividade de grãos regional alcance 2.182 kg/ha para a safra 2014/2015, aumento em 7,6% em relação à safra passada (Tabela 7). Estima-se que os cultivares como caroço de algodão (2.466 kg/ha, crescimento de 4,6%) e soja (3.000 kg/ha, aumento em 19%) na Bahia, assim, como também o milho em Sergipe (4.670 kg/ha) registrem produtividades regionais recordes.

Café

Na Tabela 8 estão apresentadas as estimativas mundiais para as safras de café 2013/14 e 2014/15, destacando-se os principais produtores e exportadores (Brasil, Vietnam e Colômbia) e os maiores consumidores mundiais (União Europeia, Estados Unidos e Brasil). Para a safra de 2014/15 está prevista a produção mundial de 149,8 milhões de sacas de 60 kg, queda de 1,8%, o que representa 2,7 milhões de sacas a menos que a safra anterior (USDA, 2015).

Essa menor produção está atrelada, em grande parte, à queda de 6,1% da safra do Brasil, devido principalmente aos problemas climáticos, mas também aos baixos preços praticados no mercado interno e externo, que desestimulou

Tabela 7 – Nordeste - Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos - Safra 2013/14

Cultura	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 13/14 (a)	Safra 14/15 (b)	Var. % (b/a)	Safra 13/14 (c)	Safra 14/15 (d)	Var. % (d/c)	Safra 13/14 (e)	Safra 14/15 (f)	Var. % (f/e)
Algodão (caroço)	352,8	319,7	(9,4)	2.357	2.438	3,4	831,5	779,2	(6,3)
Feijão	1.641,9	1.631,9	(0,6)	411	497	21,1	674,1	811,1	20,3
Milho	2.899,7	2.727,8	(5,9)	2.612	2.650	1,5	7.574,5	7.228,9	(4,6)
Soja	2.602,2	2.716,0	4,4	2.544	2.870	12,8	6.620,9	7.795,5	17,7
Subtotal⁽¹⁾	7.496,6	7.395,4	(1,35)	2.094	2.247	7,3	15.701,0	16.614,7	5,8
Outras culturas	790,7	761,0	(3,76)	1.391	1.557	11,9	1.099,7	1.184,8	7,7
Nordeste	8.287,3	8.156,4	(1,60)	2.027	2.182	7,6	16.800,7	17.799,5	5,9

Fonte: Safra 2014/2015. Sétimo levantamento, abril/2015 (CONAB, 2015).

Legenda:

(1) Subtotal dos seguintes produtos selecionados: Caroço de algodão, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), milho (1ª e 2ª safras) e soja.

muitos produtores a investirem na atividade, com consequente queda de produtividade e redução de áreas.

Entre as safras 2013/14 e 2014/15, as exportações mundiais cresceram 0,7%, pelo maior desempenho da Colômbia, que acrescentou 840 mil sacas às suas exportações. Nesse mesmo período, o Brasil e o Vietnã exportaram 758 mil sacas a menos, quedas de 1,8% e 0,6%, respectivamente, em relação à safra anterior. Apesar disso, na safra 2014/15, o Brasil se manterá como o maior exportador mundial de 33,5 milhões de sacas, sendo 86,5% em forma de grãos, 10,0% de café solúvel e 3,5% de café torrado e moído (USDA, 2015).

Ainda considerando as safras 2013/14 e 2014/15, o consumo mundial cresceu 3,7%, passando de 142,4 milhões para 147,6 milhões de sacas anuais. As importações cresceram, mas não suficientemente, para compensar a queda da produção, o aumento do consumo e da exportação. Dessa forma, os estoques mundiais tiveram uma queda de 9,0%. Dentre os três principais produtores, o Brasil e a Colômbia apresentaram significativas quedas em seus estoques, 26,0% e 44,2%, respectivamente. A queda de estoque daqueles dois Países, juntamente com a redução observada também na União Europeia e nos Estados Unidos, foi de 4.230.000 sacas (USDA, 2015).

Para o biênio 2014/15, a expectativa é de queda de 5,7% da produção mundial de café Arábica e aumento de 3,5% do café Robusta, passando às respectivas quantidades de 82,7 milhões e 67,1 milhões de sacas de 60kg. O Brasil é o maior produtor mundial de café Arábica, com 34,2 milhões de sacas, seguido da Colômbia, com 12,5 milhões de sacas. O maior produtor de café Robusta é o Vietnã, com 28,3 milhões de sacas e o segundo, o Brasil, com produção de 17 milhões de sacas (USDA, 2015).

No Gráfico 1, observa-se o declínio por dois anos consecutivos da produção mundial do Arábica, acompanhando a mesma tendência da produção brasileira. Quanto ao café Robusta, o aumento da produção por quatro anos consecutivos deve-se, principalmente, às produções do Vietnã e do Brasil.

A participação da produção de Arábica, no Brasil, diminuiu de 76,7% para 66,8%, no período de 2010/11 a 2014/15. Por sua vez, a participação do café Robusta aumentou de 23,3% para 33,2%, no mesmo período (USDA, 2015). O aumento da participação do Robusta deve-se, principalmente, ao elevado rendimento do Vietnã, atrelado às condições climáticas favoráveis, com chuvas oportunas nas principais áreas de cultivo, promovendo um bom desenvolvimento da florada e dos grãos. Os demais motivos estão relacionados à produção

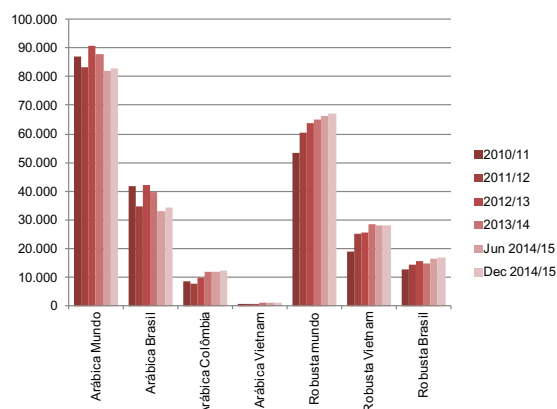
Tabela 1 – Estimativas Mundiais de Produção, Consumo, Exportação, Importação e Estoque Final de Café (milhões de sacas de 60 kg)

Países	Safra	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
Brasil	2014/15	51,2	0,0	20,1	33,5	6,9
	2013/14	54,5	0,0	20,1	24,1	9,3
Vietnã	2014/15	29,4	0,6	2,1	26,6	4,9
	2013/14	29,8	0,6	2,0	26,8	3,6
Colômbia	2014/15	12,5	0,4	1,4	11,9	0,5
	2013/14	12,1	0,5	1,3	11,0	1,0
União Europeia	2014/15	0,0	45,0	45,7	0,5	11,3
	2013/14	0,0	44,6	42,6	0,4	12,4
Estados Unidos	2014/15	0,0	24,9	25,2	0,0	5,8
	2013/14	0,0	24,9	24,4	0,0	6,0
Mundo	2014/15	149,8	114,1	147,6	119,9	36,5
	2013/14	152,5	113,4	142,4	119,0	40,1

Fonte: USDA, 2015.

brasileira, detalhada mais adiante.

Gráfico 1 - Comparativo de produção do café arábica e robusta



Fonte: USDA, 2015.

De acordo com a quarta estimativa da safra de café da CONAB, a área plantada no País com os cafés Arábica e Conilon⁸ totalizará 1,95 milhão de hectares na safra 2014, redução de 3,4%, correspondente a 69.225 hectares a menos em relação à safra 2013. As maiores reduções de área encontram-se nos estados de Minas Gerais (42.718 ha) e Paraná (31.899 ha) (Tabela 2, Anexo 1).

Em Minas Gerais, a redução de área foi provocada por uma forte estiagem no primeiro trimestre de 2014, agravada pela ocorrência de altas temperaturas. Esses fatores concorreram para a queda de 18,1% da produção de 2014 comparada à safra de 2013. Ainda assim, o Estado continua como primeiro produtor nacional (Tabela 2, Anexo 1).

No Paraná, logo após as geadas ocorridas em julho de 2013, queimando cerca de 80,0% dos cafezais, alguns cafeicultores realizaram a poda dos pés de café, com previsão de colheita somente em 2016. Outros cafeicultores,

desmotivados pela queda acentuada dos preços, elevação dos custos de produção, dificuldade de contratação e alto custo da mão de obra, estão substituindo o plantio de café por soja, cujos preços estavam mais atraentes na ocasião. Assim, houve queda de 66,1% da produção, em 2014 (Tabela 2, Anexo 1).

Como consequência de todos esses fatores, a produção brasileira, em 2014, foi de 45,3 milhões de sacas de café beneficiado, com queda de 7,8% em relação à safra anterior (Tabela 2, Anexo 1).

O estado do Espírito Santo é o segundo maior produtor nacional, onde também se encontram as maiores áreas plantadas com café Conilon (308.224 ha) e a segunda maior área plantada com a cultura cafeeira, no Brasil, apesar da queda de 4,4% da área produtora, entre as safras 2013 e 2014 (Tabela 2, Anexo 1).

Nesse mesmo período, a produção do café Arábica diminuiu 18,0% e a produção de Conilon aumentou 21,2%, gerando um acréscimo de 9,5% na produção do Espírito Santo (Tabela 2, Anexo 1). A queda do Arábica foi, principalmente, devido à bienalidade, associada aos baixos preços, menores adubações e tratamentos culturais, podas mais intensas nas lavouras, além das altas temperaturas e baixa precipitação pluviométrica no primeiro trimestre de 2014 (CONAB, 2014).

Os produtores de Conilon também diminuíram as adubações e os tratamentos culturais, devido aos baixos preços, mais ainda assim houve acréscimo na produção, devido ao Programa de Renovação e Revigoramento de Lavouras, ao elevado vigor das plantas, à adequada floração e sua fertilização e também às condições climáticas favoráveis na região norte do Estado, onde se encontra cerca de 80,0% da produção estadual (CONAB, 2014).

A Bahia, principal produtor de café do Nordeste, aumentou 7,0% da área cultivada e 31,5% da produção, entre as safras 2013 e 2014, chegando a 2,4 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado.

8 A espécie *Coffea canephora*, conhecida mundialmente pelo nome de café Robusta, devido sua rusticidade e resistência, sobretudo à ferrugem, agrupa várias cultivares, sendo as mais conhecidas, a cultivar Robusta propriamente dita e a cultivar Conilon ou Kouillou (NUNES et al., 2005).

No Cerrado baiano, sob o sistema de irrigação, a lavoura desenvolveu-se de forma satisfatória, com expectativa de aumento de 9,1% da produção de café Arábica. No Planalto, onde predominam os pequenos produtores, a estimativa de produção do café Arábica é de 896 mil sacas beneficiadas, um aumento de 31,5% em relação à safra anterior, apesar da área contar com uma lavoura deficiente, por conta dos baixos preços do café praticados no mercado, não compensando ao produtor investir em insumos e melhorias. No Atlântico, onde se produz o café Conilon em regime de sequeiro, o clima foi mais razoável e existem boas perspectivas de aumento de 43,8% da produção em relação à safra 2013, podendo atingir 1.040 sacas de café beneficiado (Tabela 2).

A expectativa de uma grande produção de café na safra de 2014 promoveu a queda dos preços no final de 2013. Entretanto, as previsões foram frustradas em virtude das adversidades climáticas no início do ano de 2014, invertendo a tendência de queda dos preços e elevando-os a patamares muito maiores que os anteriores (Gráfico 2, Anexo 1).

Segundo o índice CEPEA/ESALQ, os preços tiveram significativa valorização em dezembro de 2014, comparada ao mesmo mês do ano anterior. O café Arábica foi cotado em R\$ 455,20/saca de 60kg, em dezembro de 2014, um aumento de 67,3% em relação a dezembro de 2013. O café Conilon foi cotado em R\$ 275,25/saca, um aumento de 23,4% no mesmo período. Em Vitória da Conquista, a cotação do café Bica Dura T.6/7 foi de R\$ 430,00/saca, uma valorização de 78,7% em relação ao citado período; na mesma praça, as cotações dos cafés Bica-Rio 6/7 e o Despolpado foram de R\$ 290,48/saca e R\$ 501,19/saca, aumentos respectivos de 54,8% e 76,2% sobre o mesmo mês de referência da safra anterior (Gráfico 2, Anexo 1).

Os prejuízos gerados pela estiagem de 2014, em grandes áreas produtoras do Brasil, se estenderão até a próxima safra de 2015, com estimativa de que a colheita seja ainda menor que

a safra colhida em 2014. Mas a quantidade ainda não se sabe, pois vai depender da retomada das chuvas. O cenário é de muitas incertezas quanto à dimensão da safra 2014/2015 e as consequências disso na comercialização externa do café (AGROANALYSIS, 2015).

Referências

- AGROANALYSIS (2015) Agroanalysis: revista de agronegócios da FGV, **Especial Café**, janeiro.
- CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Universidade de São Paulo. Piracicaba. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/cafe/>. Acesso em: Abr. 2015.
- CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2015.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de café, Safra 2014, Quarto Levantamento, Brasília, p. 51, dez. 2014**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_22_09_53_55_boletim_dezembro_2014.pdf. Acesso em: Abr. 2015.
- Nunes, Ângela Maria Leite; Souza, Flávio de França; Costa, José Nilton Medeiros; Santos, Julio César Freitas; Pequeno, Petrus Luiz de Luna; Costa, Rogério Sebastião C da; Veneziano, Wilson **Sistemas de Produção Cultivo do Café Robusta em Rondônia** Embrapa Rondônia Versão Eletrônica Dez/2005.
- USDA - United States Department of Agriculture. Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2015.

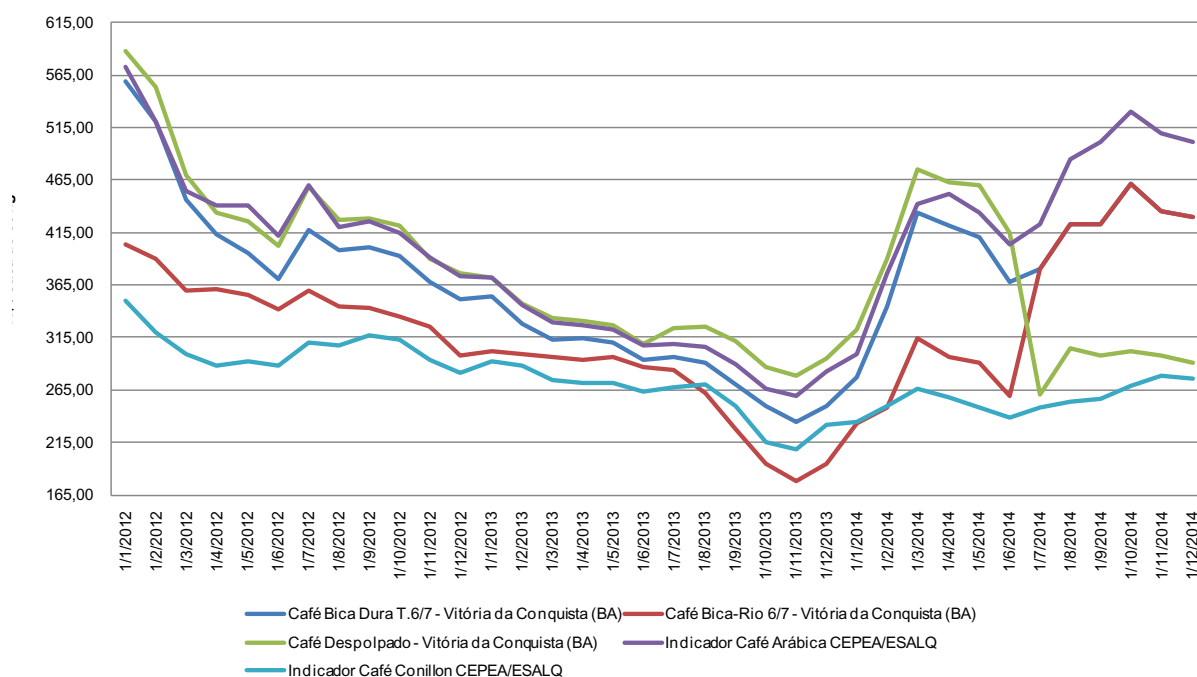
ANEXO 1 - Área, produção e preços do café

Tabela 2 - Café beneficiado, comparativo de área e produção

Região/UF	Área em produção (ha)			Produção (mil sacas beneficiadas)						
	S a f r a 2013 (a)	Safr a (b)	Varia - ção (%)	Safr a 2013			Safr a 2014			Varia - ção (%)
				Arábi- ca	Coni- lon	Total	Arábi- ca	Coni- lon	Total	
Minas Gerais	1.037.797	995.079	-4,10	27.383	280	27.663	22.345	297	22.643	-18,15
Sul e Centro-Oeste	521.187	501.214	-3,80	13.353		13.353	10.804		10.804	-19,09
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	169.415	174.369	2,90	5.213		5.213	5.765		5.765	10,58
Zona da Mata, Rio Doce e Central	309.593	284.582	-8,10	8.134	182	8.316	5.111	193	5.304	-36,22
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.602	34.914	-7,10	679	98	777	666	104	770	-0,90
Espírito Santo	453.167	433.242	-4,40	3.486	8.211	11.697	2.857	9.949	12.806	9,48
São Paulo	162.329	199.686	23,00	4.010		4.010	4.589		4.589	14,45
Bahia	134.511	143.180	6,40	1.080	723	1.804	1.337	1.040	2.377	31,78
Cerrado	11.859	11.214	-5,40	399		399	441		441	10,46
Planalto	98.474	99.366	0,90	681		681	896		896	31,54
Atlântico	24.179	32.600	34,83	0	723	723	0	1.040	1.040	43,85
Rondonia	102.840	86.004	-16,40		1.358	1.358		1.478	1.478	8,84
Paraná	65.150	33.251	-49,00	1.650		1.650	559		559	-66,15
Rio de Janeiro	13.276	12.783	-3,70	281		281	292		292	3,98
Goiás	6.383	6.137	-3,90	266		266	237		237	-10,89
Mato Grosso	20.890	20.115	-3,70	2	170	172	2	164	166	-3,38
Outros	20.083	16.964	-15,53	132	125	256	93	109	201	-21,48
BRASIL	2.016.425	1.947.200	-3,50	38.286	10.866	49.152	32.306	13.036	45.342	7,75%

Fonte: Conab (2014).

Gráfico 2 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg, de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2014



Fonte: CMA, 2015; CEPEA-ESALQ/USP, 2015.

Cana-de-açúcar

De acordo com o quarto levantamento¹ da Conab para a safra 2014/15, embora a área com cana-de-açúcar continue crescendo no País, a produção será inferior à colheita passada. A área a ser cultivada nesta safra deverá ser de 9,0 milhões de hectares, superior em 2,2% à produção obtida em 2013/14.

A produção de cana por sua vez deverá ser 3,7% inferior, equivalente a 635 milhões de toneladas (Tabela 1), pois a falta de chuvas e as altas temperaturas, observadas entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014 no Sudeste, provocaram uma forte redução na produtividade das lavouras em desenvolvimento (CONAB, 2015).

As perspectivas são de redução de 6,1% na produção de açúcar (expectativa de produção de 35,5 milhões de tonelada) frente à safra 2013/14 e aumento de 2,5% na produção de etanol, estimada em 28,7 bilhões de litros. Do

total da produção de etanol, 40,9% deverá ser anidro (11,7 bilhões de litros) e 59,1% hidratado (16,9 bilhões de litros) (CONAB, 2015).

No Nordeste, o aumento da produção de cana-de-açúcar em 5,0% na safra 2014/15 em relação à colheita anterior é resultado da recuperação da produtividade, que foi severamente afetada nos períodos de 2012/13 e 2013/14 pela escassez de chuvas. A produção de cana na Região deverá passar de 53,0 milhões de toneladas para 55,7 milhões, resultado do aumento de 10,5% na produtividade já que a área colhida será reduzida nos principais estados produtores do Nordeste (Tabela 1).

Alagoas, responsável por 40,3% da produção regional de cana-de-açúcar, terá redução na área colhida de 7,7%, o que representa 32 mil hectares de cana a menos em relação à safra 2013/14. Em Pernambuco, a perspectiva é de redução de 8,6% da área o que equivale a 24,5 mil hectares a menos (CONAB, 2015).

O setor sucroalcooleiro no Nordeste está passando por uma grave crise estrutural, de forma que muitas usinas dos dois estados foram fechadas nos últimos anos. Este cenário é

¹ Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar - Safra 2014/15. Quarto Levantamento, Brasília; Conab, abr. 2015.

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 2013/14 e 2014/15

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 13/14 (a)	Safra 14/15 (b)	Var. % (b/a)	Safra 13/14 (c)	Safra 14/15 (d)	Var. % (d/c)	Safra 13/14 (e)	Safra 14/15 (f)	Var. % (f/e)
Norte	46,4	47,6	2,6	79.736	78.117	-2,0	3.698,1	3.717,6	0,5
Nordeste	1.030,2	979,0	-5,0	51.460	56.754	10,5	53.014,7	55.662,8	5,0
Maranhão	39,6	38,8	-2,1	55.767	60.592	8,7	2.206,1	2.347,9	6,4
Piauí	15,0	13,9	-7,7	56.660	68.430	20,8	851,6	949,1	11,4
Ceará	1,8	1,8	2,00	73.075	72.473	0,8	128,6	130,5	1,5
Rio Grande do Norte	51,5	56,0	8,7	41.923	48.040	14,6	2.158,2	2.688,8	24,6
Paraíba	122,4	130,6	6,8	43.180	48.292	11,8	5.283,1	6.307,9	19,4
Pernambuco	284,6	260,1	-8,6	50.600	56.628	11,9	14.402,3	14.730,6	2,3
Alagoas	417,5	385,3	-7,7	53.790	58.201	8,2	22.454,6	22.422,5	-0,1
Sergipe	44,5	44,4	-0,1	52.200	53.498	2,5	2.321,3	2.376,4	2,4
Bahia	53,5	48,2	-9,9	60.000	77.000	28,3	3.208,8	3.709,1	15,6
Centro-Oeste	1.710,8	1.748,5	2,2	70.415	72.242	2,6	120.462,3	126.311,1	4,9
Sudeste	5.436,3	5.593,1	2,9	80.817	72.571	-10,2	439.343,0	405.896,5	-7,6
Sul	587,8	636,3	8,3	71.968	67.856	-5,7	42.304,2	43.179,0	2,1
Brasil	8.811,4	9.004,5	2,2	74.769	70.495	-5,7	658.822,3	634.767,0	-3,7

Fonte: CONAB – Quarto Levantamento: Abril/2015.

resultado de um conjunto de fatores desfavoráveis, a exemplo da depreciação do preço do açúcar no mercado internacional, falta de modernização do setor nordestino, ocorrência de fatores climáticos adversos e falta de uma política específica para o setor. Além disso, a manutenção artificial do preço da gasolina por um longo período de tempo prejudicou a competitividade do álcool no País.

Em Pernambuco o aumento de produção de cana em 2,3% é resultado da recuperação da produtividade. Em Alagoas, devido à grande área que deixará de ser colhida, a melhora no rendimento agrícola não será suficiente para proporcionar crescimento da produção, a qual deverá ser 0,1% inferior à safra passada (Tabela 1).

Com relação ao preço dos produtos oriundos da cana-de-açúcar, a situação mais crítica é a do açúcar. No mercado internacional, não deverá ocorrer expressiva recuperação da cotação do açúcar, pois apesar da possibilidade de redução da produção no Brasil, dados do USDA (2014) mostram que os estoques mundiais deverão continuar elevados.

Em fevereiro de 2015, o Governo da Índia, segundo maior produtor mundial de açúcar, publicou resolução para subsidiar as usinas

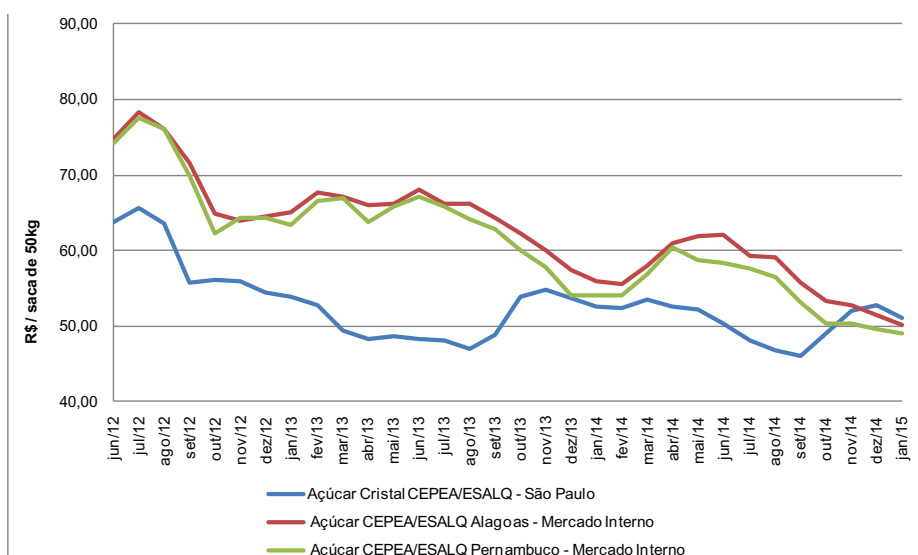
deficitárias visando aumentar o volume das suas exportações de açúcar (BHARDWAJ, 2015). Essa medida deve contribuir para manter os preços mundiais de açúcar pressionados.

No mercado interno o preço do açúcar tem apresentado tendência de queda desde julho de 2012.

Em setembro de 2014 a cotação do indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo atingiu o menor patamar da série, R\$ 46,02/sc. Nos meses seguintes ocorreu uma ligeira recuperação do preço do açúcar (Gráfico 1), fato atribuído a menor oferta devido à estiagem e à maior destinação da matéria-prima para a produção de etanol. Além disso, algumas usinas decidiram postergar a comercialização para o período de entressafra.

No Nordeste, a restrição na oferta devido a fatores climáticos adversos e a entressafra resultaram na recuperação de preços do açúcar no primeiro semestre de 2014. Porém, nos meses seguintes, o avanço na colheita no Centro-Sul e a proximidade da nova safra no Nordeste mantiveram os preços do açúcar pressionados na Região. Em janeiro de 2015, o indicador CEPEA para Alagoas e Pernambuco atingiu o menor valor observado no período analisado, R\$

Gráfico 1- Evolução dos preços da saca de 50 kg do açúcar cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador CEPEA/ESALQ, de junho/2012 a janeiro/2015. Valores referentes a janeiro de 2015



Fonte: CEPEA/ESALQ, (2015b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

50,2/sc em Alagoas e R\$ 49,08 em Pernambuco, o que representa uma desvalorização média de 10,0% em relação a janeiro de 2014.

Com relação ao preço do etanol, a valorização no início de 2014 foi decorrente da entressafra e do crescimento da demanda pelo anidro para atender à resolução 67 da ANP (Agência Nacional de Petróleo) que aumentou a participação do anidro na gasolina de 20% para 25%. Com o avanço da safra a cotação tanto do anidro quanto do hidratado recuou (Gráfico 2).

No Nordeste, fatores como concorrência com o produto do Centro-Sul e importações de etanol contribuíram para a queda do preço na Região em grande parte do ano de 2014. Em janeiro de 2015, a entressafra e as medidas anunciadas pelo Governo para o setor tiveram efeitos positivos na cotação do etanol também nos estados do Nordeste.

No início de 2015 o anúncio do Governo de aumentar a tributação sobre a gasolina, elevou a demanda pelo etanol hidratado. O setor espera ainda novo aumento da mistura do anidro na gasolina (CEPEA/ESALQ, 2015a).

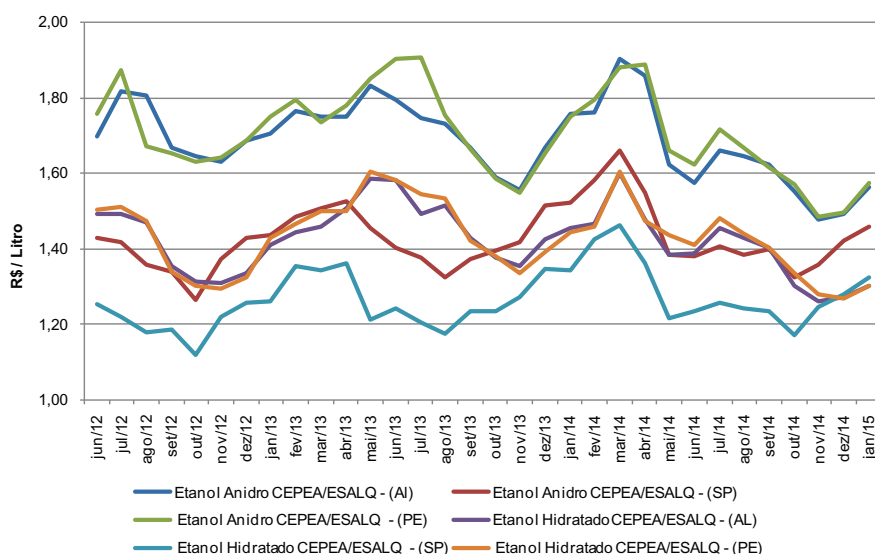
Estes fatores ocasionaram uma reação do preço do etanol em janeiro de 2015, no entanto, as cotações continuam inferiores às observadas

no mesmo período de 2014 (Gráfico 2). Em São Paulo o indicador CEPEA/ESALQ de janeiro foi de R\$ 1,46 para o anidro e R\$ 1,33 para o hidratado (CEPEA/ESALQ, 2015c), o que representa uma redução de 4,1% e 1,2% respectivamente em relação a janeiro de 2014.

Segundo os indicadores mensais para janeiro/2015, o etanol hidratado, em Alagoas e Pernambuco, esteve cotado em R\$ 1,30/l, valorização média de 2,5% em relação a dezembro de 2014. Porém, em relação a janeiro de 2014 a desvalorização é de aproximadamente 10,0% tanto em Alagoas quanto em Pernambuco (CEPEA/ESALQ, 2015c).

O preço do anidro apresentou o mesmo comportamento, foi cotado em janeiro a R\$ 1,56 em Alagoas e R\$ 1,58 em Pernambuco o que representou uma valorização média de 5,0% em relação a dezembro de 2014, mas uma redução de 10,0% quando comparado a janeiro de 2014 (CEPEA/ESALQ, 2015c).

Gráfico 2 - Evolução dos preços do litro do etanol anidro e hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador mensal CEPEA/ESALQ, de junho/2012 a janeiro/2015. Valores referentes a janeiro de 2015



Fonte: CEPEA/ESALQ, (2015b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.2 Agropecuária

3.2.2 Pecuária

Em julho de 2014, a cotação do boi gordo, dada pelo indicador de preços ESALQ/BM&FBovespa¹, caiu 2%, para R\$ 121,44/@, em razão da retração das compras por parte dos frigoríficos. No início do ano, a expectativa do setor era de que as vendas aumentassem significativamente durante o mundial de futebol, mas se elevaram abaixo do esperado, e compensaram a queda normal de demanda durante as férias escolares. O mês também foi marcado pela reabertura da Rússia para os exportadores brasileiros e a suspensão do embargo chinês, o que elevou os embarques de carne bovina no País e reduziu a disponibilidade para o mercado interno.

De agosto a novembro de 2014, esses fatos, somados à baixa oferta de animais para abate, em razão da seca prolongada nas principais regiões produtoras, ditaram a alta no mercado: 7,7% em agosto, 1,2% em setembro, 8,5% em outubro e 3,6% em novembro, chegando o indicador a um recorde histórico de R\$ 145,48/@ em 27 de novembro. Em dezembro, houve uma ligeira queda de 1,1% no indicador, que não influenciou na representativa alta de 18,6% ocorrida no segundo semestre (CEPEA,

2014f; CEPEA, 2014g; CEPEA, 2014h).

No segundo semestre, a cotação do leite teve movimento oposto ao do primeiro, com queda do preço bruto pago ao produtor de 10,7% pelo litro. Algumas razões para essa queda são: a chegada da safra, com aumento da captação em 20,5% nas principais regiões produtoras², combinada com a redução do custo do concentrado, que favoreceu o aumento da oferta de alimento aos animais, elevando a produção, e estoques elevados de leite nas indústrias beneficiadoras (CEPEA, 2014i; CEPEA, 2014j).

Conforme informações das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados, na Tabela 1, os preços médios praticados para a arroba do boi gordo e para o litro de leite pago ao produtor são de R\$ 135,31 e R\$ 1,00, com tendência de estabilidade para o próximo trimestre em sete dos estados contatados; de aumento do preço do leite em Alagoas e Minas Gerais, e de aumento no preço da arroba bovina no Rio Grande do Norte.

1 Indicador calculado pela Escola Superior Agrícola Luís de Queiroz (Esalq), em parceria com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F), da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa), duas empresas antes separadas, que tratavam, respectivamente, com derivativos e ações, que, em 2008, fundiram-se, tornando-se a principal instituição brasileira de intermediação para operações no mercado de capitais e a maior do gênero na América Latina. O índice refere-se ao bovino macho, castrado ou inteiro, comum e rastreado, com 16 arrobas ou mais, tendo por base o estado de São Paulo, e é divulgado diariamente, desde março de 1994, após consulta a frigoríficos, pecuaristas, escritórios de negociação de gado e leiloeiros.

2 No Ceará, que não faz parte da área amostrada pelo Cepea na pesquisa com leite, houve aumento, apesar de três grandes secas consecutivas, porque houve melhoramento e manejo no pasto, com aumento de área a este destinada, o que resultou na redução de área plantada com milho e feijão em algumas microrregiões do Estado.

Tabela 1 – Nordeste – Cotações médias pagas ao produtor para arroba do boi gordo e litro de leite bovino – dezembro de 2014

UF/Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	132,50	1,00
Piauí	135,00	1,10
Ceará	140,25	0,98
Rio Grande do Norte	111,00	1,15
Paraíba	135,00	1,20
Pernambuco	135,00	1,15
Alagoas	150,00	0,80
Sergipe	151,30	0,78
Bahia	135,00	1,10
Norte de Minas Gerais	130,00	0,77
Média - jurisdição do BNB	135,51	1,00

Fonte: Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste (2015).

Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.2.3 Agronegócio

3.2.3.1 Desempenho do VBP e do faturamento

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil, em 2014, elevou-se em 6,9% em relação ao valor de 2013, somando R\$ 418,9 bilhões, ou R\$ 27,2 bilhões em valor absoluto, ocasionado principalmente pelo aumento dos VBPs das lavouras temporárias e da pecuária (Tabela 2). As lavouras temporárias tiveram aumento expressivo de VBP (7,2%) em razão do aumento de valor de lavouras representativas em quantidade, como o milho (21,3%), soja (34,2%) e mandioca (14,8%). Como um todo, o VBP da agricultura brasileira elevou-se em 6,3% (de R\$ 272,2 bilhões para R\$ 289,3 bilhões), enquanto a pecuária, em 8,4% (de R\$ 119,5 bilhões para R\$ 129,6 bilhões).

Tabela 2 - Brasil - Estimativa do valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) - 2013 e 2014, em R\$ milhões de dezembro/14

Produtos	2013	2014	Variação (%)	Variação absoluta
Agrícolas	272.178	289.338	6,3	17.160
Lavouras temporárias (1)	206.354	221.154	7,2	14.801
Lavouras permanentes (2)	65.824	68.183	3,6	2.359
Grãos (3)	124.299	138.239	11,2	13.940
Outras lavouras	147.879	151.098	2,2	3.220
Pecuários	119.536	129.577	8,4	10.042
Carnes (4)	92.081	100.425	9,1	8.343
Derivados (5)	27.454	29.153	6,2	1.698
Total	391.714	418.915	6,9	27.201

Fonte: Dados do IBGE, 2015a, 2015b, 2015c. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Nota:

- (1) Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e tritcale.
- (2) Abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.
- (3) Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e tritcale. A soma do total de grãos com outras lavouras é igual ao total dos produtos agrícolas, e está assim colocada para ressaltar a importância da produção dos grãos na agropecuária brasileira.
- (4) Bovina, suína e de frango.
- (5) Leite e ovos.

Na comparação Nordeste e Brasil (Tabela 3), o VBP agropecuário nordestino cresceu em maior proporção (11,2% contra 6,9%), principalmente pelo aumento da produção de grãos no cerrado do Nordeste, cujo crescimento relativo foi maior que o nacional, destacando-se o da soja (34,2%) e do milho (21,3%), com o VBP da lavoura de algodão crescendo de forma mais modesta (2,1%), enquanto o VBP nacional da cotonicultura se reduziu em 3,8%. No conjunto, o produto das lavouras temporárias nordestinas

aumentou 16,4%, contra 7,2% do nacional.

O VBP das lavouras permanentes no Nordeste aumentou pouco mais que o nacional (3,8% contra 3,6%), tendo por destaque, por serem culturas representativas em quantidade, a elevação no VBP da banana (2,6%), coco-da-baía (11,1%) e goiaba (3,8%). Apesar de terem produção menor, tiveram grande aumento de VBP as culturas da castanha-de-caju (27,4%), sisal (36,5%) e café (15,4%). Entre 2013 e 2014, o VBP agrícola nordestino teve crescimento dobrado em relação ao nacional – 12,6% contra 6,3% - com a participação nordestina no VBP agrícola nacional ficando na casa de 13%, nestes dois anos. Na pecuária, a participação nordestina no VBP nacional foi de pouco mais de 10% no período (Anexo 1).

As maiores participações estaduais no VBP da agropecuária nordestina são as da Bahia (44,4%), Maranhão (11,5%), Pernambuco (10,5%) e Ceará (9%), somando estes quatro maiores 75% do total do Nordeste, ou R\$ 39,9 bilhões. Os demais estados nordestinos perfazem um quarto do total (R\$ 13 bilhões) (Tabela 4).

A agricultura responde por 75,2% (R\$ 39,8 bilhões) e a pecuária, por 24,8% (R\$ 13,1 bilhões) do VBP agropecuário do Nordeste (R\$ 52,9 bilhões). Na agricultura, as lavouras temporárias participam com 54,5% (R\$ 28,8 bilhões) do VBP

agropecuário regional, enquanto as permanentes, 20,8% (R\$ 10,9 bilhões). A menor participação da agricultura, por estados, da Região, é a de Pernambuco (60,6%), enquanto a maior é a de Alagoas (83,8%). Na pecuária, essa situação se inverte: a maior participação no VBP ocorre exatamente em Pernambuco (39,4%), enquanto a menor é a de Alagoas (16,2%).

Bahia, Maranhão e Piauí detêm as maiores participações no VBP das lavouras temporárias: 42,2% (R\$ 12,2 bilhões), 14,8% (R\$ 4,3 bilhões) e 11,6% (R\$ 3,3 bilhões), respectivamente, em razão, principalmente, da produção de grãos dos cerrados (soja, milho e algodão). No caso das lavouras permanentes, as maiores participações estão na Bahia (59,4%, R\$ 6,5 bilhões), Pernambuco (15,1%, R\$ 1,6 bilhão) e Ceará (11,8%, R\$ 1,3 bilhão). Na Pecuária, mais uma vez a Bahia detém a maior participação (36,8%, R\$ 4,8 bilhões), seguida de Pernambuco (16,6%, R\$ 2,2 bilhões).

3.2.3.2 Balança comercial do agronegócio

Em 2014, na balança comercial brasileira, as exportações totais somaram US\$ 225,1 bilhões, redução de 7% em relação a 2013,

Tabela 4 - Nordeste - estimativa da participação de estados selecionados no valor bruto da produção agropecuária 2014 (R\$ milhões dez/2014)

Estados	Lavouras temporárias	%	Lavouras permanentes	%	Agri-cultura	%	Pecuária	%	Agrope-cuária	%
Maranhão	4.268	14,80	121	1,10	4.389	11,02	1.688	12,88	6.077	11,48
Piauí	3.337	11,57	126	1,15	3.463	8,70	734	5,60	4.197	7,93
Ceará	2.013	6,98	1.294	11,78	3.307	8,30	1.480	11,29	4.787	9,04
Rio Grande do Norte	786	2,73	354	3,23	1.141	2,86	474	3,62	1.615	3,05
Paraíba	1.220	4,23	267	2,43	1.487	3,73	732	5,58	2.219	4,19
Pernambuco	1.696	5,88	1.656	15,07	3.352	8,42	2.180	16,64	5.533	10,45
Alagoas	2.426	8,41	114	1,04	2.540	6,38	493	3,76	3.033	5,73
Sergipe	920	3,19	529	4,82	1.449	3,64	507	3,87	1.956	3,70
Bahia	12.171	42,21	6.524	59,38	18.695	46,95	4.817	36,76	23.512	44,42
Ba+Pe+Ce+Ma	20.148	69,87	9.595	87,33	29.743	74,69	10.165	77,57	39.908	75,40
Demais	8.689	30,13	1.391	12,66	10.080	25,31	2.939	22,43	13.020	24,60
Soma	28.838		10.986		39.824		13.104		52.928	

Fonte: Dados do IBGE, 2015a, 2015b, 2015c e AgraFNP, 2014.

quando foram de US\$ 242 bilhões (Tabela 5). Houve queda também, em menor proporção, nas importações totais (-4,5%), que se reduziram de US\$ 239,7 bilhões para US\$ 229,1 bilhões, originando um déficit total de US\$ 3,9 bilhões. Em 2013, o resultado havia sido superávit de US\$ 2,3 bilhões (Tabela 5).

Em 2014, as cotações do dólar norte americano tiveram movimentos opostos, de queda no primeiro semestre e de alta no segundo semestre, fato que deveria servir de estímulo

às exportações, mas terminou tendo seu efeito esperado comprometido, em razão da queda nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, que vem da crise econômica mundial de 2008, recuperando-se levemente em 2010, e voltando a cair em 2011. Mesmo os embargos econômicos impostos à Rússia pelos Estados Unidos e Europa, em razão da invasão à Ucrânia, que abriram novo espaço para as exportações de carnes e grãos brasileiros, não reverteram o saldo negativo da balança comercial total.

Tabela 5 - Nordeste - Balança comercial do agronegócio, por Estado - 2013 e 2014 (US\$ Milhões dados de janeiro a dezembro de cada ano)

Região/Estados	2013			2014		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	242.033,58	239.747,52	2.286,06	225.100,89	229.060,06	-3.959,17
Brasil - Agronegócio (b)	99.967,78	17.060,58	82.907,21	96.747,88	16.613,83	80.134,05
Nordeste - Total (c)	17.270,15	27.739,97	-10.469,82	15.914,12	28.730,43	-12.816,32
Nordeste - Agronegócio (d)	7.088,87	2.434,28	4.654,59	7.746,96	2.324,14	5.422,82
Alagoas	738,02	75,06	662,97	620,75	103,49	517,26
Bahia	3.984,96	591,36	3.393,59	4.224,65	606,15	3.618,50
Ceará	739,72	564,99	174,73	716,27	466,97	249,30
Maranhão	765,68	176,14	589,54	1.281,94	202,38	1.079,56
Paraíba	56,24	207,33	-151,10	49,28	166,23	-116,95
Pernambuco	391,65	674,89	-283,25	357,23	663,72	-306,49
Piauí	155,09	1,20	153,89	251,00	4,01	246,99
Rio Grande do Norte	190,50	77,27	113,23	182,43	68,74	113,69
Sergipe	67,03	66,05	0,98	63,41	42,45	20,96
Variação % 2013/2014						
Brasil - Total (a)	-	-	-	-7,0	-4,5	-273,2
Brasil - Agronegócio (b)	-	-	-	-3,2	-2,6	-3,3
Nordeste - Total (c)	-	-	-	-7,9	3,6	22,4
Nordeste - Agronegócio (d)	-	-	-	9,3	-4,5	16,5
Alagoas	-	-	-	-15,9	37,9	-22,0
Bahia	-	-	-	6,0	2,5	6,6
Ceará	-	-	-	-3,2	-17,3	42,7
Maranhão	-	-	-	67,4	14,9	83,1
Paraíba	-	-	-	-12,4	-19,8	-22,6
Pernambuco	-	-	-	-8,8	-1,7	8,2
Piauí	-	-	-	61,8	235,3	60,5
Rio Grande do Norte	-	-	-	-4,2	-11,0	0,4
Sergipe	-	-	-	-5,4	-35,7	2.032,4
Relações (%)						
b/a	41,3	7,1	3.626,6	43,0	7,3	-2.024,0
d/c	41,0	8,8	-44,5	48,7	8,1	-42,3
d/b	7,1	14,3	5,6	8,0	14,0	6,8

Fonte: dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2015b) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2015c). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

Estes fatos podem explicar o desempenho mais modesto do balanço do agronegócio nacional, cujo saldo foi de US\$ 80,1 bilhões, 3,3% inferior em relação ao ano de 2013, mas superior ao saldo comercial total, que foi deficitário em US\$ 3,9 bilhões, neste período.

No Nordeste, a tendência foi semelhante: o agronegócio teve superávit US\$ 5,42 bilhões, enquanto o saldo comercial total da região, deficitário em US\$ 12,8 bilhões. Nas transações comerciais do agronegócio nordestino, a diferença em relação ao agronegócio nacional foram o aumento das exportações (9,3%) e a redução das importações (-4,5%).

A participação do agronegócio nordestino sobre as exportações totais (do Nordeste) subiu de 41,0% para 48,7%, enquanto a das importações caiu de 8,8% para 8,1%. Nos saldos, aumentou a participação do agronegócio nordestino em relação ao agronegócio nacional – de 5,6% para 6,8%.

Os principais estados exportadores do agronegócio nordestino, em 2014, foram Bahia,

Maranhão e Ceará, nessa ordem, somando 80,3% das exportações regionais, ou US\$ 6,2 bilhões, aumento de 3,2% em relação a 2013. Neste intervalo, apenas Bahia, Maranhão e Piauí tiveram alta no valor de exportação (6%, 67,4% e 61,8%, respectivamente), enquanto em Alagoas ocorreu a maior redução (-15,9%).

Por outro lado, entre os que mais importaram, estavam Pernambuco, Bahia e Ceará, nesta ordem, que somaram, em 2014, 74,7% do total importado pela Região (US\$ 1,7 bilhão), redução de meio ponto percentual em relação aos 75,2% de 2013. A maior redução de importações foi do estado de Sergipe (-35,7%) e o maior aumento, o do Piauí (235,3%), muito embora essas variações relativas tenham se verificado a partir de baixos valores absolutos.

Os seis principais grupos de produtos exportados pelo agronegócio nordestino, em 2014, foram, nesta ordem, em valor: **Complexo soja; Produtos florestais; Complexo sucroalcooleiro; Fibras e produtos têxteis; Frutas (inclui nozes e castanhas); Couros,**

Tabela 6 - Nordeste - principais produtos exportados do agronegócio, janeiro a dezembro

Produtos	2013			2014			Variação (%)	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%
Complexo soja	2.014,7	28,4	28,4	2.280,4	29,4	29,4	265,7	13,2
Produtos florestais	1.689,8	23,8	52,3	2.054,8	26,5	56,0	365,0	21,6
Complexo sucroalcooleiro	1.013,9	14,3	66,6	828,2	10,7	66,7	-185,6	-18,3
Fibras e produtos têxteis	519,7	7,3	73,9	645,8	8,3	75,0	126,2	24,3
Frutas (inclui nozes e castanhas)	618,5	8,7	82,6	583,5	7,5	82,5	-35,1	-5,7
Couros, produtos de couro e peleteria	419,8	5,9	88,5	461,1	6,0	88,5	41,2	9,8
Cacau e seus produtos	181,6	2,6	91,1	207,9	2,7	91,2	26,2	14,4
Demais produtos de origem vegetal	117,7	1,7	92,8	135,8	1,8	92,9	18,1	15,4
Sucos	118,6	1,7	94,4	130,8	1,7	94,6	12,2	10,3
Café	57,3	0,8	95,2	83,9	1,1	95,7	26,6	46,5
Pescados	80,2	1,1	96,4	82,6	1,1	96,7	2,4	3,0
Chá, mate e especiarias	42,3	0,6	97,0	61,0	0,8	97,5	18,7	44,2
Fumo e seus produtos	27,8	0,4	97,4	41,0	0,5	98,1	13,2	47,6
Cereais, farinhas e preparações	64,2	0,9	98,3	38,8	0,5	98,6	-25,4	-39,5
Produtos alimentícios diversos	39,4	0,6	98,8	28,6	0,4	98,9	-10,8	-27,3
Carnes	39,4	0,6	99,4	26,7	0,3	99,3	-12,7	-32,1
Outros	44,0	0,6	100,0	56,1	0,7	100,0	12,1	27,4
Total	7.088,9	100,0	-	7.747,0	100,0	-	658,1	9,3

Fonte: dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sistema Agrostat (BRASIL, 2015b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

produtos de couro e peleteria, totalizando US\$ 6,85 bilhões (88,5%) (Tabela 6).

O valor exportado aumentou 9,3% de 2013 para 2014, passando de US\$ 7,1 bilhões para US\$ 7,7 bilhões. O grupo **Produtos florestais** foi o que registrou maior aumento absoluto de exportações (US\$ 365 milhões, ou 21,6%), seguido pelo **Complexo Soja** (US\$ 265,7 milhões, ou 13,2%) e **Fibras e Produtos Têxteis** (US\$ 126,2 milhões, ou 24,3%).

Entre as maiores reduções nos grupos de produtos exportados, estão os do **Complexo sucroalcooleiro**, que teve a maior redução absoluta em valor (-US\$ 185,6 milhões, ou -18,3%). **Frutas (inclui nozes e castanhas)** teve a segunda maior redução absoluta (-US\$ 35,1 milhões, ou -5,7%), seguido de **Cereais, farinhas e preparações** (-US\$ 25,4 milhões, ou -39,5%).

Os seis maiores grupos de produtos importados do agronegócio, no ano de 2014, foram: **Cereais, farinhas e preparações** (US\$ 1 bilhão), **Produtos florestais** (US\$ 226,6 milhões),

Produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 188,2 milhões), **Fibras e produtos têxteis** (US\$ 156,4 milhões), **Complexo sucroalcooleiro** (US\$ 140,4 milhões) e **Cacau e seus produtos** (US\$ 136 milhões), concentrando US\$ 1,85 bilhão, ou 79,8% do valor total importado do agronegócio nordestino (Tabela 7).

Entre 2013 e 2014, as importações nordestinas caíram 4,5%, reduzindo-se de US\$ 2,43 bilhões para US\$ 2,32 bilhões. As maiores reduções em valor se originaram dos grupos **Cereais, farinhas e preparações** (-US\$ 332,9 milhões, ou -24,9%) e **Lácteos** (-US\$ 3,1 milhões, ou -17,5%).

O maior aumento absoluto de importação veio do grupo **Cacau e seus produtos** (US\$ 62,9 milhões, ou 85,9%), seguido do grupo **Complexo sucroalcooleiro** (US\$ 57,2 milhões, ou 68,7%).

Tabela 7 - Nordeste - principais produtos importados do agronegócio, janeiro a dezembro

Produtos	2013			2014			Variação (%)	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%
Complexo soja	1.339,0	55,0	55,0	1.006,1	43,3	43,3	-332,9	-24,9
Produtos florestais	214,8	8,8	63,8	226,6	9,7	53,0	11,8	5,5
Complexo sucroalcooleiro	170,5	7,0	70,8	188,2	8,1	61,1	17,7	10,4
Fibras e produtos têxteis	107,0	4,4	75,2	156,4	6,7	67,9	49,4	46,2
Frutas (inclui nozes e castanhas)	83,2	3,4	78,6	140,4	6,0	73,9	57,2	68,7
Couros, produtos de couro e peleteria	73,2	3,0	81,7	136,0	5,9	79,8	62,9	85,9
Cacau e seus produtos	104,7	4,3	86,0	105,0	4,5	84,3	0,3	0,3
Demais produtos de origem vegetal	83,1	3,4	89,4	90,9	3,9	88,2	7,8	9,4
Sucos	76,1	3,1	92,5	89,6	3,9	92,0	13,5	17,7
Café	48,8	2,0	94,5	46,2	2,0	94,0	-2,7	-5,5
Pescados	31,3	1,3	95,8	33,9	1,5	95,5	2,6	8,4
Chá, mate e especiarias	22,2	0,9	96,7	27,6	1,2	96,7	5,4	24,1
Fumo e seus produtos	18,1	0,7	97,4	22,2	1,0	97,6	4,1	22,7
Cereais, farinhas e preparações	17,9	0,7	98,2	14,8	0,6	98,3	-3,1	-17,5
Produtos alimentícios diversos	9,9	0,4	98,6	9,8	0,4	98,7	-0,0	-0,4
Carnes	7,0	0,3	98,9	9,5	0,4	99,1	2,6	37,1
Outros	27,4	1,1	100,0	20,8	0,9	100,0	-6,6	-24,2
Total	2.434,3	100,0	-	2.324,1	100,0	-	-110,1	-4,5

Fonte: dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sistema Agrostat (BRASIL, 2015b). Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

ANEXO 1. Tabela 3 - Nordeste - estimativa do valor bruto da produção (VBP) - 2013 e 2014

Produto	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
Lavouras temporárias (a)							
Brasil						206.353.788	221.154.382
Nordeste						24.782.161	28.837.747
Abacaxi	Mil frutos	698.088	630.508	1,20	1,24	834.657	782.388
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.288.205	1.267.584	2,57	2,67	3.308.003	3.378.246
Alho	Tonelada	6.937	4.410	4,92	5,10	34.116	22.509
Amendoim (em casca)	Tonelada	8.943	9.260	1,28	1,33	11.457	12.312
Arroz (em casca)	Tonelada	845.122	886.212	0,74	0,77	629.333	684.908
Batata - doce	Tonelada	142.053	142.053	0,79	0,82	112.134	116.378
Batata - inglesa	Tonelada	280.609	170.058	0,76	0,79	212.377	133.578
Cana-de-açúcar	Tonelada	71.586.756	70.626.955	0,07	0,07	4.806.606	4.921.641
Cebola	Tonelada	384.090	381.736	1,28	1,33	493.187	508.716
Fava (em grão)	Tonelada	7.693	7.693	6,50	6,74	49.981	51.872
Feijão (em grão)	Tonelada	582.929	946.084	2,21	2,30	1.289.459	2.171.977
Fumo (em folha)	Tonelada	14.817	15.355	2,50	2,59	37.044	39.841
Girassol	Tonelada	0	0	-	-	-	-
Mamona (baga)	Tonelada	35.192	86.666	1,51	1,57	53.191	135.950
Mandioca	Tonelada	5.510.847	6.094.172	0,42	0,44	2.340.922	2.686.685
Melancia	Tonelada	603.015	603.015	0,52	0,54	315.715	327.664
Melão	Tonelada	537.437	537.437	0,90	0,93	482.429	500.688
Milho (em grão)	Tonelada	6.711.406	7.843.428	0,47	0,49	3.181.200	3.858.486
Soja (em grão)	Tonelada	6.570.802	8.497.214	0,86	0,90	5.674.906	7.616.412
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	71.214	161.104	0,39	0,40	27.541	64.663
Tomate	Tonelada	684.463	611.168	1,30	1,35	887.905	822.831
Lavoura permanente (b)							
Brasil						65.824.173	68.183.153
Nordeste						10.578.419	10.985.686
Abacate	Tonelada	5.101	5.101	1,01	1,05	5.141	5.335
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	7	7	1,77	1,84	12	13
Banana	Tonelada	2.456.291	2.428.736	0,74	0,77	1.823.793	1.871.586
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	49.606	49.606	2,75	2,85	136.439	141.603
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	179.179	141.110	5,24	5,44	939.630	768.000
Café (beneficiado)	Tonelada	204.415	227.314	4,55	4,72	929.707	1.072.984
Caqui	Tonelada	32	32	0,94	0,97	30	31
Castanha-de-caju	Tonelada	109.909	134.896	1,52	1,58	167.158	212.925
Coco-da-baía	Mil frutos	1.352.681	1.448.573	0,51	0,53	694.292	771.651
Dendê (coco)	Tonelada	203.979	203.979	0,25	0,26	51.458	53.406
Goiaba	Tonelada	1.348.238	1.348.238	1,43	1,48	1.924.203	1.997.029
Guaraná (semente)	Tonelada	2.691	2.600	7,25	7,52	19.498	19.552
Laranja	Tonelada	1.719.202	1.658.588	0,33	0,35	575.678	576.402
Limão	Tonelada	144.973	144.973	0,54	0,56	78.912	81.899
Maçã	Tonelada	702	702	1,18	1,23	832	863
Mamão	Tonelada	978.140	978.140	0,79	0,82	777.129	806.542
Manga	Tonelada	784.281	784.281	0,86	0,89	670.816	696.205
Maracujá	Tonelada	622.036	622.036	1,00	1,04	624.566	648.204
Marmelo	Tonelada	15	15	2,83	2,93	42	44
Palmito	Tonelada	26.287	26.287	0,59	0,62	15.603	16.194
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.567	4.620	5,62	5,83	25.667	26.948
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	138.188	181.785	1,29	1,34	178.600	243.839
Tangerina	Tonelada	35.139	35.139	0,59	0,61	20.668	21.451
Urucum (semente)	Tonelada	2.124	2.124	2,01	2,09	4.279	4.441
Uva	Tonelada	314.844	314.736	2,90	3,01	914.263	948.540

Continua...

ANEXO 1 - Nordeste - estimativa do valor bruto da produção (VBP) - 2013 e 2014

Continuação...

Produto	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
Agricultura							
Brasil						272.177.961	289.337.535
Nordeste						35.360.580	39.823.432
Pecuária							
Brasil						119.535.823	129.577.430
Nordeste						12.217.765	13.104.617
Carne bovina	Tonelada	1.229.603	1.259.771	6,86	7,12	8.439.178	8.973.471
Frango	Tonelada	1.131.791	1.210.929	2,18	2,27	2.471.831	2.744.763
Leite	Milhões l	3.832	3.963	1,16	1,20	4.432	4.758
Ovos	Mil cx.30dz	11.165	11.366	3,21	3,33	1.194.028	1.261.625
Suínos	Tonelada	28.424	30.348	3,81	3,95	108.296	120.001
Agropecuária							
Brasil						391.713.784	418.914.965
Nordeste						47.578.345	52.928.050
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,0	13,0
Lavoura permanente (b)						16,1	16,1
Agricultura (c)						13,0	13,8
Pecuária (d)						10,2	10,1
Agropecuária (c + d)						12,1	12,6

Fontes: Dados do IBGE, 2015a, 2015b, 2015c. e AgraFNP, 2014.

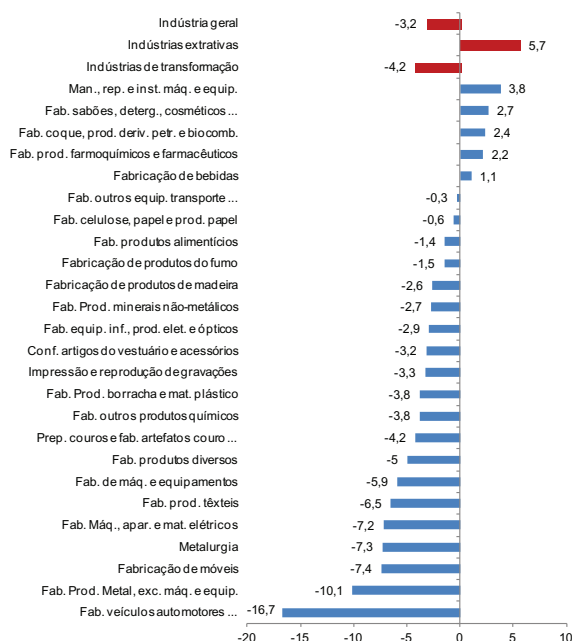
Nota: Valores a preços de dez. 2014.

3.3 Produção industrial

3.3.1 Produção industrial no Brasil

A produção industrial do Brasil apresentou queda de 3,2% em 2014 em relação ao ano anterior. A análise setorial revela que o índice foi puxado para baixo devido principalmente à queda na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que recuou 16,7%, embora outros 22 segmentos industriais tenham também apresentado desempenho negativo na produção, dentre os 26 setores pesquisados pelo IBGE no País (Tabela 1; Gráfico 1). Embora a indústria extrativa tenha obtido desempenho positivo em todas as bases de comparação na posição de dezembro/2014, o mesmo não se pode dizer da indústria de transformação, cujos resultados foram negativos em todas. No entanto, o desempenho favorável da indústria extrativa não foi suficiente para anular a *performance* negativa da indústria de transformação, que tem maior peso na formação do indicador geral.

Gráfico 1 - Brasil: desempenho setorial da produção industrial em 2014 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (2015a). Elaboração própria.

Nota: Indicador acumulado no ano (jan-dez) em relação ao ano anterior.

Confirmando os dados divulgados pelo IBGE, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2015) divulgou ter havido queda de 15,3% na produção de autoveículos entre janeiro e dezembro de 2014, período em que o volume de vendas (medido em função do número de licenciamentos) caiu 7,1% e as exportações recuaram 30,4%, em comparação

Tabela 1 – Brasil: produção física industrial - dezembro/2014

Segmentos	Variação (%)			
	Mês/mês ant. (Dez14/Nov14 ajuste sazonal)	Mês/mês ano anterior Dez14/Dez13	Semestre Jul-Dez14/Jul- Dez13	Ano Jan-Dez14/Jan- Dez13
Classe de Indústria				
Indústria geral	-1,7	-2,8	-3,8	-3,2
Indústrias extrativas	1,3	9,4	7,1	5,7
Indústrias de transformação	-3,4	-4,5	-5,2	-4,2
Categoria econômica				
Bens de capital	-7,7	-11,8	-11,5	-9,5
Bens intermediários	-1,2	-1,7	-3,1	-2,7
Bens de consumo	-2,2	-3,0	-2,9	-2,3
Bens de consumo duráveis	-2,5	-9,4	-10,2	-9,1
Semiduráveis e não duráveis	-1,6	-1,2	-0,7	-0,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (2015a, 2015b). Elaboração própria.

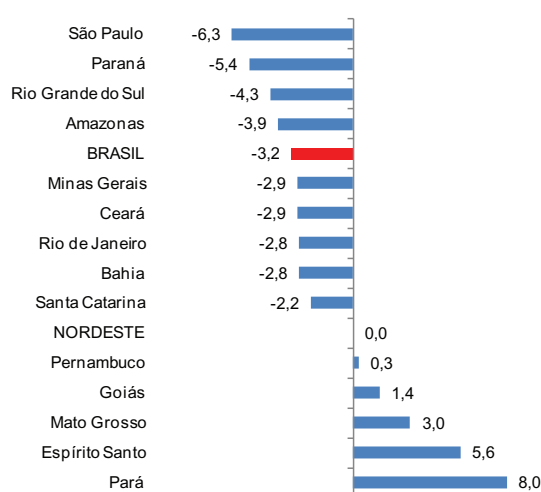
Nota: indicador acumulado no ano (jan-dez) em relação ao ano anterior.

a 2013. Em números brutos, foram 3,15 milhões de unidades entregues pelas fábricas em 2014, contra 3,71 milhões produzidas em 2013. Os emplacamentos de autoveículos caíram de 3,77 milhões, registrados em 2013, para 3,50 milhões, observado em 2014. Já as exportações de autoveículos e de máquinas agrícolas e rodoviárias recuaram US\$ 5,04 bilhões, diminuindo, em conjunto, 233,7 mil unidades. A restrição ao crédito foi um dos principais fatores apontados pela ANFAVEA como responsável pela menor venda de automóveis no ano de 2014, gerando, como consequência, impactos na produção.

Sob o ângulo das grandes categorias econômicas, observa-se que a queda no indicador industrial em 2014 deveu-se ao recuo observado em todas as três principais categorias pesquisadas (bens de capital, bens intermediários e bens de consumo), com destaque para bens de capital, que diminuiu 9,5% (Ver Tabela 1).

Do ponto de vista regional, das quinze regiões geográficas investigadas pelo IBGE, dez apresentaram queda na produção industrial em 2014, com destaque para São Paulo, que recuou 6,2% (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Brasil: desempenho regional da produção industrial em 2014 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (2015a). Elaboração própria.
Nota: indicador acumulado no ano (jan-dez) em relação ao ano anterior.

Os indicadores conjunturais da indústria de transformação, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2014), referentes a 2014, indicam retração no número de horas trabalhadas na produção (-3,7%), no faturamento real (-1,8%) e no emprego (-0,7%), em comparação a 2013. Por outro lado, indicadores que oneram os custos da indústria, como massa salarial real (1,5%) e rendimento médio real (2,3%), tiveram crescimento em 2014 (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria de transformação – dezembro/2014

Indústria de transformação	Variação percentual (%)		
	Dez14/ Nov14 Dessaz.	Dez14/ Dez13	2014/ 2013
Faturamento real (1)	-3,1	-2,5	-1,8
Horas trabalhadas	-3,3	-7,0	-3,7
Emprego	0,4	-2,5	-0,7
Massa salarial real (2)	-1,8	-3,9	1,5
Rendimento médio real (2)	-0,5	-1,5	2,3
Percentual médio			
	Dez14	Nov14	Dez13
Utilização da capacidade instalada dessazonalizada	81,0	80,9	81,7

Fonte: CNI, 2015.

Notas:

(1) Deflator: IPA/OG-FGV.

(2) Deflator: INPC-IBGE.

O confronto interanual dos indicadores conjunturais da CNI de dezembro de 2014 frente a dezembro de 2013 apresenta queda na atividade industrial do País, principalmente nas horas trabalhadas, que recuaram 7,0%. Além disso, o nível de utilização da capacidade instalada nessa base de comparação diminuiu 0,7 ponto percentual, passando de 81,7% para 81,0%. A análise de dezembro/2014 frente ao mês precedente revela também queda nos indicadores da indústria, à exceção do emprego (0,4%), que se manteve estável.

Esses dados reforçam a interpretação de deterioração dos indicadores da indústria no País. Com efeito, os resultados persistentemente negativos da produção, aliados ao desempenho

insatisfatório da produtividade e à queda no emprego da indústria indicam a existência de problemas estruturais no setor industrial brasileiro. Isso se torna mais evidente ante a dificuldade de competir no mercado doméstico e internacional de bens manufaturados, reflexo da perda de competitividade da indústria brasileira vivenciada nos últimos anos. Além disso, em 2014, a crise na indústria brasileira foi agravada por conta de fatores conjunturais negativos. A elevação dos indicadores de inflação, a deterioração do saldo em transações correntes e a percepção de piora nas contas públicas influenciaram negativamente o grau de confiança na economia, desestimulando, em consequência, os investimentos privados.

A balança comercial brasileira apresentou déficit US\$ 4 bilhões em 2014. Esse resultado negativo deveu-se, sobretudo, aos produtos típicos da indústria de transformação, cujo déficit superou R\$ 60 bilhões no ano passado. Em anos anteriores, o déficit da indústria de transformação era contrabalançado pelo superávit dos produtos minerais e agropecuários. Em 2014, no entanto, o saldo positivo dos produtos primários não foi suficiente para anular o déficit na balança comercial da indústria de transformação.

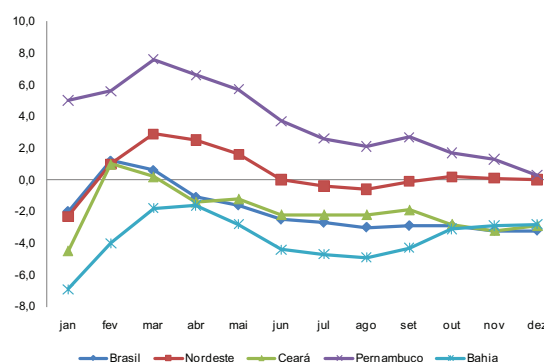
Segundo o IEDI (2015), no que se refere ao intercâmbio de produtos da indústria de transformação pela classificação de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa), os saldos de 2014 foram negativos, à exceção do saldo dos bens de baixa intensidade tecnológica, que apresentou superávit de US\$ 38,1 bilhões. Esse grupo abrange principalmente segmentos industriais cujos processos produtivos são intensivos em recursos naturais e humanos. Por outro lado, o intercâmbio dos bens oriundos de atividades de alta intensidade tecnológica registrou déficit de US\$ 30,8 bilhões em 2014, o segundo pior saldo na série para esse grupo de produtos, acima apenas de 2013. O segmento de média-alta intensidade apresentou o maior déficit dentre as quatro faixas. Os bens de média-baixa intensidade tecnológica, por sua vez, obtiveram déficit recorde de US\$ 11,3 bilhões, sendo o

quinto seguido. Esses indicadores da indústria brasileira no comércio exterior evidenciam que o parque fabril nacional enfrenta problemas de competitividade no cenário internacional.

3.3.2 Produção industrial no Nordeste

Em 2014, a produção física industrial nordestina (0,0%) manteve-se estável em relação a 2013, conforme pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após desempenho negativo em janeiro, a Região recuperou a sua produção industrial, apresentando taxas positivas de crescimento de fevereiro a maio no indicador acumulado no ano. A partir de junho, no entanto, o crescimento da indústria regional não se mostrou sustentável, mantendo-se nulo ou praticamente nulo desde então (Gráfico 3). Embora pífio, o desempenho da produção industrial regional em 2014 superou o do País, que recuou 3,2%, além de ter apresentado queda em 10 dos 12 meses do ano.

Gráfico 3 – Brasil, Nordeste e estados selecionados: produção física industrial –2014 (%)



Fonte: IBGE (2015a).

Elaboração: BNB/ETENE/Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação.

Nota: indicador: acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior.

Dos quinze setores industriais pesquisados no Nordeste, onze tiveram queda na produção física em 2014, com destaque para a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias

(-19,5%), metalurgia (-10,5%) e fabricação de produtos têxteis (-5,7%). O recuo no indicador regional não foi maior graças ao desempenho favorável dos segmentos de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (8,0%) e de fabricação de produtos alimentícios (6,0%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Nordeste: desempenho setorial da produção física industrial em 2014 (%)



Fonte: IBGE / Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Elaboração: BNB/ETENE.

No Nordeste, a queda na produção física industrial em 2014 foi acompanhada da redução no número de pessoas ocupadas (-2,1%) e no número de horas pagas (-3,2%), como também de redução na folha de pagamento real (-1,8%). No entanto, o cálculo da produtividade da indústria regional indica elevação de 3,1% frente a 0,7% observado para o País (Tabela 3). Comportamento similar ocorreu também no Brasil e nos estados do Ceará, da Bahia e de Pernambuco, à exceção, neste último, do pessoal ocupado assalariado, cujo indicador manteve-se estável em relação a 2013. Tanto no País como na Região e nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, os números da indústria em 2014 não foram animadores.

Tabela 3 – Brasil, Nordeste e estados selecionados: indicadores da indústria – 2014 (%)

Unidade geográfica	Pessoal ocupado assalariado	Número de horas pagas	Folha de pagamento real	Produtividade física do trabalho
Brasil	-3,2	-3,9	-1,1	0,7
Nordeste	-2,1	-3,2	-1,8	3,1
Ceará	-2,5	-3,0	-2,7	0,1
Pernambuco	0,1	-1,5	-1,4	1,6
Bahia	-1,7	-3,4	-1,3	0,7

Fonte: IBGE / Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física e Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário. Elaboração: BNB/ETENE.

Mesmo estagnada nos últimos meses, a indústria nordestina, em geral, realizou investimentos expressivos no decorrer de 2014. Afora os investimentos realizados com recursos próprios, a indústria regional captou junto às agências financeiras oficiais de fomento¹ cifra superior a R\$ 25 bilhões (Tabela 4). O BNB deteve participação expressiva nos empréstimos e financiamentos concedidos à indústria nordestina, respondendo por 32,0% do total aportado ao setor em 2014.

No que se refere às principais economias estaduais da Região Nordeste, o pequeno avanço de Pernambuco em 2014 (0,3%) frente a 2013 deveu-se ao crescimento de metade dos doze pesquisados no Estado, principalmente às atividades de fabricação de produtos alimentícios (9,3%) e fabricação de celulose, papel e produtos de papel (8,0%).

A produção industrial cearense em 2014 frente a 2013 recuou 2,9%, obtendo queda em oito dos onze segmentos pesquisados no Estado, principalmente na atividade de fabricação de produtos têxteis, que registrou desempenho negativo de 25,8% no ano.

Na Bahia, a produção industrial decresceu 2,8%, tendo as maiores quedas ocorrido nas atividades de fabricação de equipamentos

¹ Informações não disponíveis para os bancos privados. No entanto, a parcela mais expressiva dos recursos aplicados na indústria é proveniente das agências financeiras oficiais de fomento, particularmente as aplicações de longo prazo.

Tabela 4 – Aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento: empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos para o setor industrial – 2014 (R\$ milhões)

Estado	FINEP	BB	CAIXA	BNDES	FINAME	BASA	BNB	Total	BNB (%)
NORDESTE	196,6	4.576,6	5.157,9	5.884,7	1.485,4	58,6	8.175,5	25.532,4	32,02
Alagoas	88,1	131,3	291,9	129,8	29,9	0,0	611,1	1.196,9	51,05
Bahia	23,4	1.130,3	1.427,3	1.979,3	339,8	0,0	2.217,2	7.182,1	30,87
Ceará		969,8	818,2	137,0	318,6	0,0	1.709,5	3.976,5	42,99
Maranhão		296,6	273,1	443,3	263,9	58,6	701,7	2.037,3	34,44
Paraíba		406,8	524,6	33,0	85,4	0,0	560,5	1.610,4	34,81
Pernambuco	79,2	981,7	683,1	3.081,7	279,4	0,0	1.135,0	6.240,1	18,19
Piauí		194,8	177,1	19,9	51,1	0,0	416,3	859,2	45,45
Rio Grande do Norte		325,8	560,6	31,0	72,1	0,0	476,2	1.465,7	32,49
Sergipe		139,5	401,9	29,5	45,1	0,0	378,1	964,2	36,10

Fonte: Ministério do Planejamento, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em 27. fev. 2015.
Elaboração: BNB/ETENE.

de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-44,3%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-22,4%).

Para o futuro, não se visualiza, no curto prazo, sinais de recuperação da indústria nacional e regional, principalmente ante a elevação de custos de insumos básicos importantes em muitos segmentos, a exemplo da energia elétrica e dos derivados de petróleo, cujos preços têm sido majorados em patamar superior aos índices inflacionários. Por outro lado, a depreciação do real frente ao dólar pode se traduzir em alento para os setores exportadores e melhoria da competitividade para os segmentos que sofreram invasão de concorrentes estrangeiros, sobretudo chineses.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Carta da Anfavea 344**. Anfavea, Janeiro/2015. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/cartas/carta344.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Orçamento de investimento 2014**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t11109>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indicadores Industriais**: Indústria encerra

2014 com retração. CNI, Ano 16, Número 12, dezembro de 2014. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/10/01/20/IndicadoresIndustriais_Junho2014.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física**. Tabela 3653 - Produção física industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3653&z=t&o=22&i=P>> Acesso em: 14 mai. 2015a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física**. Tabela 3651 - produção física industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3651&z=t&o=22>> Acesso em: 14 mai. 2015b.

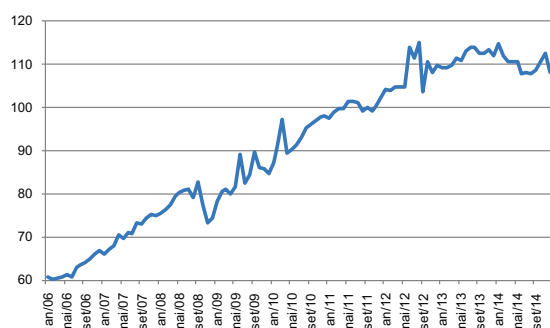
_____. **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário**: Tabela 1628 - Pessoal ocupado, folha de pagamento e número de horas pagas, por seções e divisões. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1628&z=t&o=22>> Acesso em: 14 mai. 2015c.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Carta IEDI n. 665** – O Seletto Grupo dos que Exportaram mais em 2014: quadro de estagnação. São Paulo, 15 ago. 2014. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_637.html>. Acesso em: 03 out. 2014a.

3.4 Desempenho do comércio

Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio de Dezembro de 2014, permitem realizar a análise anual e a comparação do setor nos anos anteriores. Os índices do volume de vendas do comércio varejista ampliado, mostram que o setor perdeu força em 2014, repetindo resultados do ano de 2013, inclusive com interrupção do movimento de crescimento do segundo semestre do ano analisado.

Gráfico 1 - Índice de volume de vendas Comércio Varejista Ampliado, Base 2011=100



Fonte: IBGE-PMC - Pesquisa Mensal do Comércio.

O gráfico 2, destaca os anos de 2013 e 2014, podem ser vistas as reduções no setor, que terminou o ano de 2014 com uma retração de -1,7%. No entanto, o quadro geral não representa o avanço que foi verificado em diversas atividades do setor.

Gráfico 2 - Índice de volume de vendas Comércio Varejista Ampliado, Base 2011=100

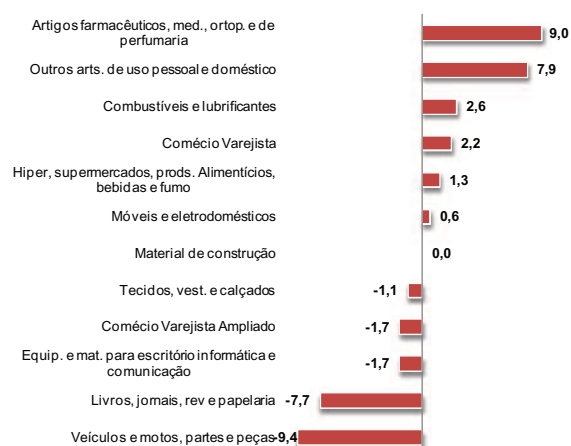


Fonte: IBGE-PMC - Pesquisa Mensal do Comércio.

Apesar do resultado anual negativo, o

gráfico a seguir mostra que o resultado global do volume de vendas foi afetado principalmente pela redução das vendas em “veículos e motos, partes e peças” e crescimento zero do comércio de “Materiais de construção”. O Comércio Varejista sem as atividades do comércio ampliado teve resultado positivo de 2,2%. Chama atenção, a queda de -7,7% da atividade de comércio de “Livros, jornais, revistas e papelaria”. Ainda não foi possível determinar com exatidão os motivos dessa redução. Tem-se como hipótese o uso de meios digitais gratuitos para acesso à informação, já que as vendas de livros e jornais digitais continuam sendo normalmente registradas como comércio. Outro resultado que também chama atenção pelo menor desempenho é o da atividade de comércio de “Móveis e eletrodomésticos” com crescimento de apenas 0,6% em 2014.

Gráfico 3 - Variação % do Volume de Vendas por Atividade (2014/2013)



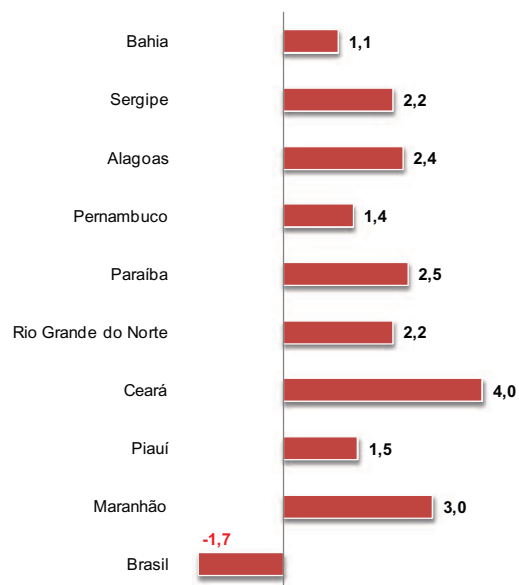
Fonte: IBGE-PMC - Pesquisa Mensal do Comércio.

O resultado anual, também merece melhor análise quanto aos aspectos regionais. Na comparação com o resultado nacional, todos os estados do Nordeste tiveram resultados positivos, portanto superiores ao registrado para o Brasil em 2014. O gráfico a seguir apresenta os resultados estaduais para o volume de vendas do comércio varejista ampliado.

Conforme a pesquisa de fevereiro de 2015 para Intenção de Consumo das Famílias da Confederação Nacional do Comércio - CNC, houve redução de -1,6% na intenção de compra das famílias e com resultados semelhantes mesmo nas faixas de rendas baixas e altas. A inflação e uma insegurança maior quanto a manutenção de empregos podem estar contribuindo para aquele resultado, segundo o documento. Combina-se ainda com esses fatores, o custo do crédito e o

endividamento das famílias.

Gráfico 4 - Variação % do volume de vendas por Estado (2014/2013)



Fonte : IBGE-PMC - Pesquisa Mensal do Comércio.

Ainda segundo a pesquisa , as regiões Nordeste (147,6 pontos) e Norte (144,3 pontos) lideram o ranking regional de otimismo em relação ao consumo.

Referências:

Confederação Nacional do Comércio-CNC.
Pesquisa Nacional de Intenção de Consumo das Famílias. São Paulo: fev de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Pesquisa Mensal do Comércio.** Rio de Janeiro: mar de 2015.

3.5 Turismo

A receita gerada pelo turismo internacional através dos gastos dos turistas com alojamento, refeições, entretenimento, compras e outros bens e serviços alcançou US\$ 1,2 trilhão em 2014, crescimento de 4,0% em relação a 2013. Incluindo os gastos com transportes de passageiros (US\$ 221 bilhões), o total da receita atingiu a quantia de US\$ 1,5 trilhão, segundo dados do Barômetro do Turismo Mundial, editado pela Organização Mundial do Turismo – OMT (2015). Referida publicação revela que o turismo como item de exportação ocupa a quarta posição atrás dos combustíveis, produtos químicos e alimentos.

O continente Europeu arrecadou 40,9% da receita do turismo internacional seguido da Ásia e do Pacífico com 30,3% e das Américas, 22,0%. O Oriente Médio e a África ficaram com 4,0% e 2,9%, respectivamente, da renda gerada pelo turismo mundial.

Os Estados Unidos foram os que mais arrecadaram em termos de receita (US\$ 177 bilhões), seguido da Espanha (US\$ 65 bilhões) e China (US\$ 57 bilhões). Por outro lado, a China, Estados Unidos e Alemanha foram os países que mais gastaram no exterior no ano de 2014. O Brasil aparece na décima colocação.

Por seu turno, o número de chegadas de turistas internacionais ao redor do mundo cresceu 4,4% em 2014 relativamente a 2013, atingindo 1.135 milhões de turistas.

Segundo ainda o relatório da OMT, em 2014, o continente Europeu concentrou mais da metade das viagens internacionais com 583,6 milhões de desembarques, a Ásia e o Pacífico receberam 263,4 milhões (23,2%) dos turistas internacionais enquanto nas Américas a fatia atingiu 16,0% dos turistas. O Oriente Médio e a África responderam, respectivamente, por 4,4% e 4,9% do turismo mundial.

O continente americano apresentou a maior taxa de crescimento no número de chegadas de turistas no período comparativo 2014/2013, com destaque para a América do Norte (9,3%). Em seguida, aparecem a Ásia e o Pacífico (5,4%), África (4,9%) e Oriente Médio (4,4%). A Europa apresentou incremento de apenas 3,0% devido, principalmente, à queda verificada no número de chegadas na sub-região Europa Central e Leste Europeu (-4,1%).

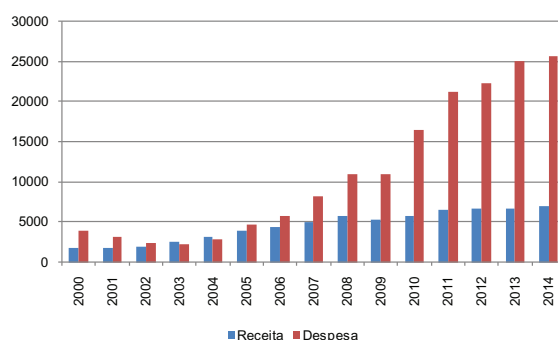
Os dez principais destinos turísticos mundiais em 2014, em ordem decrescente

de fluxo turístico, receptivo, foram: França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Turquia, Alemanha, Inglaterra, Rússia e México.

No ranking global do Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT), edição de 2015, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil foi classificado em 28º lugar de 141 países em todo o mundo e o primeiro na América do Sul. Esse resultado mostra que o País subiu 23 posições em relação à colocação da edição de 2013. O objetivo do indicador é fornecer uma ferramenta capaz de avaliar o conjunto de fatores e políticas que permitem o desenvolvimento sustentável do setor de Turismo e Viagens.

Segundo o relatório, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 contribuíram para alavancar importantes investimentos em infraestrutura e mobilidade, fazendo com que o País ocupasse a 41ª posição em termos de “infraestrutura aérea” e terceiro no “número de estádios esportivos”. Os piores desempenhos foram quanto à “infraestrutura terrestre e portuária” (130ª posição) e ao ambiente de negócios (126ª posição).

Gráfico 1 – Evolução da receita e despesa cambial, 2000 a 2014, em US\$ milhões



Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: o valor inclui trocas cambiais oficiais e gastos com cartões de crédito internacionais.

No Brasil, a receita cambial gerada pelos gastos efetuados por turistas estrangeiros e a despesa cambial advinda dos gastos dos brasileiros no exterior são computadas na conta Viagens Internacionais do Balanço de Pagamentos do País divulgada pelo Banco Central. No gráfico abaixo, observa-se que, no período de 2000 a 2014, as receitas turísticas aumentaram 281% enquanto as despesas registram aumento bem superior, 557%. Como consequência, o saldo da balança turística

apresentou sucessivos déficits com exceção dos anos de 2003 e 2004. A valorização do real em relação ao dólar, o aumento do crédito, o crescimento da economia do País e a expansão da classe média concorreram para a crescente demanda por viagens internacionais.

A tabela 1 mostra, mensalmente, as receitas e despesas cambiais nos anos de 2013 e 2014 na balança turística, numa tentativa de verificar os efeitos da Copa do Mundo. A receita cambial (US\$ 6.914 milhões) apresentou, em 2014, valor 3,1% superior ao obtido em 2013 e a despesa turística (US\$ 25.608 milhões) registrou crescimento um pouco menor, de 2,5%, em relação a 2013. Verifica-se, entretanto, que nos meses da disputa do Campeonato Mundial, as receitas cambiais ascenderam 76,0% e 46,1% nos meses de junho e julho, respectivamente.

O Governo Federal, objetivando melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária do País iniciou, no final de 2012, processo de concessão de aeroportos à iniciativa privada. Desde então, já foram privatizados os seguintes: Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas (SP), Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek – Brasília (DF), Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ), Aeroporto Internacional de Confins - Belo Horizonte (MG) e Aeroporto de São Gonçalo do Amarante – Natal (RN). Destes, apenas o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante possui 100% de capital privado, os demais contam com 49% de participação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Nessa nova configuração, cabe à Infraero a

administração de 60 aeroportos.

Considerando, portanto, apenas os aeroportos sob responsabilidade da Infraero, em 2014, foram realizados 112,8 milhões de embarques e desembarques de passageiros, crescimento de 6,5% relativamente a 2013 (105,9 milhões de embarques e desembarques).

Na tabela 2, observam-se as estatísticas da rede Infraero na Região Nordeste. Vale ressaltar que não foram consideradas as movimentações (embarques e desembarques) de passageiros no Aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim (RN), devido ao encerramento de suas operações em julho de 2014, nem do novo Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante (RN).

No ano de 2014, os aeroportos nordestinos movimentaram, em voos domésticos e internacionais, 32.506 mil passageiros (28,8% do total no País), registrando crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior. Os aeroportos de Salvador (28,1%), Recife (22,1%) e Fortaleza (20,0%) responderam por 70,3% do movimento total de passageiros nos aeroportos nordestinos. A movimentação de passageiros internacionais atingiu 864 mil pessoas, representando crescimento de 9,0% relativamente a 2013. Já em relação aos voos domésticos, a movimentação atingiu 31.642 passageiros, 5,9% superior à registrada no ano anterior.

Para o ano de 2015, a OMT estima um crescimento entre 3% e 4% no número de chegadas internacionais. No Brasil, a queda prevista do crescimento do PIB, a valorização do dólar norte-americano e a inflação podem

Tabela 1 - Receita e despesa cambial – variação mensal

Mês	2014			2013			Variação (%)	
	Receita	Despesa	Superávit/Déficit	Receita	Despesa	Superávit/Déficit	Receita	Despesa
Janeiro	643,40	2.120,40	-1.477,00	696,40	2.279,60	-1.583,20	-7,61	-6,98
Fevereiro	592,00	1.915,80	-1.323,80	624,20	1.842,20	-1.218,00	-5,16	4,00
Março	535,40	1.837,50	-1.302,10	599,40	1.862,60	-1.263,20	-10,68	-1,35
Abr	547,20	2.344,10	-1.796,90	585,10	2.095,60	-1.510,50	-6,48	11,86
Mai	531,20	2.266,30	-1.735,10	521,80	2.220,80	-1.699,00	1,80	2,05
Junho	797,20	2.001,40	-1.204,20	452,90	1.908,30	-1.455,40	76,02	4,88
Julho	789,20	2.414,70	-1.625,50	540,20	2.193,90	-1.653,70	46,09	10,06
Agosto	498,90	2.353,80	-1.854,90	510,70	2.090,90	-1.580,20	-2,31	12,57
Setembro	492,90	2.386,60	-1.893,70	504,90	2.148,20	-1.643,30	-2,38	11,10
Outubro	487,60	2.124,30	-1.636,70	533,40	2.293,70	-1.760,30	-8,59	-7,39
Novembro	475,00	1.719,90	-1.244,90	555,80	1.854,20	-1.298,40	-14,54	-7,24
Dezembro	523,60	2.123,50	-1.599,90	579,20	2.196,90	-1.617,70	-9,60	-3,34
Total	7.441,40	25.608,30	-18.166,90	6.704,00	24.986,90	-18.282,90	3,13	2,49

Fonte: Banco Central do Brasil.

comprometer o desempenho do setor turístico no País.

A Região Nordeste, entretanto, fortalecida com investimentos em infraestrutura em aeroportos e mobilidade urbana devido à realização da Copa do Mundo em quatro cidades-sede, Salvador, Recife, Natal e Fortaleza, apresenta boas perspectivas.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas/MTur – Sondagem do Consumidor - Intenção de Viagem, edição de abril de 2015, 23% dos brasileiros planejam viajar nos próximos seis meses. Desse total, 77,4% pretendem visitar destinos turísticos nacionais (69,4% em abril de 2014), 19,5% destinos internacionais e 3,1% ainda não decidiram o destino (Brasil ou exterior). Do total de interessados em viajar pelo Brasil, a maioria deseja ir para o Nordeste (47,3%). A Região Sudeste aparece no segundo lugar com 25,6% das intenções.

Referências

Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos (anual)- 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>. Acesso: 27 abr 2015.

Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos (mensal)- 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>. Acesso: 27 abr 2015.

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Anuário estatístico operacional 2014**. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>. Acesso em: 07 mai 2015.

Mtur. Sondagem do Consumidor – Intenção de Viagem. Abril 2015. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/sondagem_consumidor_viagem/downloads_sondagem_consumidor/Press_Release_Sondagem_Abr2015_x2x.pdf. Acesso: 13 mai 2015.

OMT. **Barômetro Mundial do Turismo**, Abril 2015, vol. 13. Disponível em: http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom15_02_april_excerpt_.pdf. Acesso: dia 16 abril de 2015.

WEF. World Economic Forum. **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015**. Disponível em: <http://www.weforum.org/reports/travel-tourism-competitiveness-report-2015>. Acesso em: 11 mai 2015.

Tabela – NORDESTE: movimento de passageiros nos aeroportos administrados pela INFRAERO – 2013/2014

Aeroportos	2014			2013			Var. (%)
	Voos domésticos	Voos internacionais	Total	Voos domésticos	Voos internacionais	Total	
SBSV - Aeroporto Internacional de Salvador	8.835.077	317.082	9.152.159	8.275.134	314.529	8.589.663	6,5
SBRF - Aeroporto Internacional de Recife	6.889.246	301.135	7.190.381	6.578.110	262.166	6.840.276	5,1
SBFZ - Aeroporto Internacional de Fortaleza	6.259.558	242.264	6.501.822	5.745.049	207.580	5.952.629	9,2
SBMO - Aeroporto Internacional de Maceió	1.890.245	3.443	1.893.688	1.935.448	7.989	1.943.437	-2,6
SBSL - Aeroporto Internacional de São Luiz	1.833.719	80	1.833.799	1.815.861	48	1.815.909	1,0
SBAR - Aeroporto de Aracaju	1.377.535	0	1.377.535	1.343.875	24	1.343.899	2,5
SBJP - Aeroporto Internacional de João Pessoa	1.327.284	0	1.327.284	1.230.230	0	1.230.230	7,9
SBTE - Aeroporto de Teresina	1.173.643	0	1.173.643	1.091.242	0	1.091.242	7,6
SBIL - Aeroporto de Ilhéus	562.203	0	562.203	502.390	0	502.390	11,9
SBPL - Aeroporto Internacional de Petrolina	499.116	0	499.116	473.471	11	473.482	5,4
SBJU - Aeroporto de Juazeiro do Norte	418.782	0	418.782	387.990	0	387.990	7,9
SBIZ - Aeroporto de Imperatriz	350.831	0	350.831	351.403	0	351.403	-0,2
SBKG - Aeroporto de Campina Grande	177.763	11	177.774	143.762	4	143.766	23,7
SBUF - Aeroporto de Paulo Afonso	28.752	0	28.752	3.880	0	3.880	641,0
SBPB - Aeroporto Internacional de Parnaíba	18.761	0	18.761	2.922	0	2.922	542,1
Total	31.642.515	864.015	32.506.530	29.880.767	792.351	30.673.118	6,0

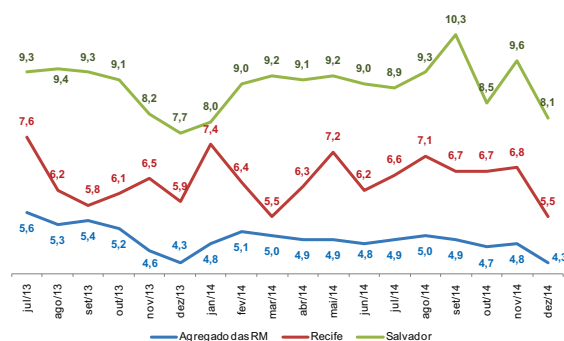
Fonte: INFRAERO (2013), INFRAERO (2014).

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

Mercado de trabalho

O cenário atual da economia brasileira, com crescimento próximo de zero (0,1%) do PIB em 2014, bem como expectativa de retração em 2015, embora não tenha afetado negativamente, na mesma proporção, o mercado de trabalho, que apresentou situação de estabilidade em 2014, com baixa taxa de desocupação, de certa forma já contribuiu para o arrefecimento da dinâmica do mercado de trabalho. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o agregado nacional (Dezembro/2014), mostram uma taxa de desocupação de apenas 4,3%. No Nordeste, Recife (5,5%) e Salvador (8,1%) apresentam uma taxa de desocupação acima da média nacional (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de desocupação por Região Metropolitana



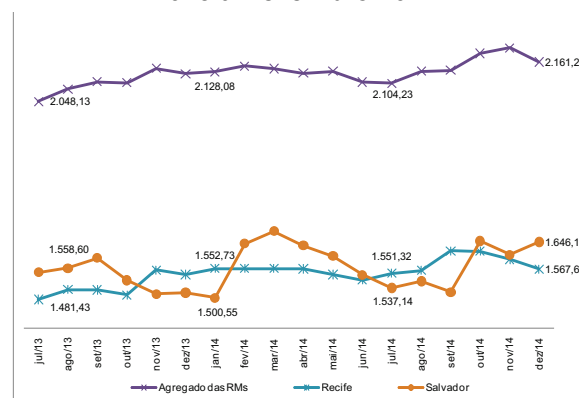
Fonte: IBGE (2015a).

Ao se analisar o gráfico, percebe-se que a taxa de desocupação no Brasil, após crescer nos dois primeiros meses de 2014, apresentou uma tendência de queda ao longo do ano, culminando com a mesma taxa de dezembro de 2013, bem abaixo dos demais meses do ano. Apesar dessa queda no último mês do ano, entende-se que se trata de um momento de estabilidade, situação que ocorre também em Salvador e no Recife, apesar de, nessas regiões metropolitanas, as taxas

serem maiores, notadamente em Salvador, além de apresentarem picos inferiores e superiores em diferentes meses do ano, embora dezembro tenha sido, também, o mês de melhor desempenho. A situação em dezembro provavelmente reflete as contratações temporárias típicas do período de festas do final de ano.

Com relação ao nível de ocupação e do rendimento médio anual, percebeu-se, também, certa estabilidade. Embora o rendimento médio real anual tenha apresentado pequeno declínio ao longo do primeiro semestre de 2014, voltou a crescer no segundo semestre, atingindo em dezembro um valor levemente superior àquele do mesmo mês de 2013 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada a preços de janeiro/2015 (R\$): Julho 2013 a Dezembro 2014



Fonte: IBGE (2015a).

Tendo em vista a substituição futura da PME pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a disponibilidade dos dados desta última desde o primeiro trimestre de 2012 e sua maior abrangência territorial, torna-se essencial avaliar o comportamento do mercado de trabalho a partir dos dados da PNAD.

Como os dados da PNAD sobre o mercado

de trabalho, desagregados por grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas e municípios das capitais são disponibilizados apenas com periodicidade trimestral, serão avaliados apenas os dados trimestrais (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo as grandes Regiões: 2013-2014 (trimestral)

Regiões	2013				2014			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Brasil	8,0	7,4	6,9	6,2	7,1	6,8	6,8	6,5
Norte	8,6	8,3	7,5	6,5	7,7	7,2	6,9	6,8
Nordeste	10,9	10,0	9,0	7,9	9,3	8,8	8,6	8,3
Sudeste	7,6	7,2	7,0	6,2	7,0	6,9	6,9	6,6
Sul	4,8	4,3	4,1	3,8	4,3	4,1	4,2	3,8
Centro-Oeste	6,8	6,0	5,5	4,9	5,8	5,6	5,4	5,3

Fonte: IBGE (2015b).

Os dados da PNAD mostram para o Brasil uma tendência de queda da taxa de desocupação ao longo de 2013 e 2014, embora em patamares maiores do que os valores apresentados pela PME. Ao mesmo tempo, retratam claramente o comportamento sazonal desse indicador, que apresenta os maiores valores no 1º trimestre e os menores no 4º trimestre. O Nordeste apresenta um comportamento semelhante ao agregado nacional, entretanto, chama atenção o fato de ser a região com as maiores taxas de desocupação ao longo do período observado. Ademais, convém ressaltar o crescimento da taxa nordestina no 4º trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, acompanhando a dinâmica observada nos dados da PME referentes à Região Metropolitana de Salvador.

A análise do mercado de trabalho formal contemplada pelos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostra cenário de queda na geração de vagas ao longo do ano de 2014. No contexto nacional, foram criados 396,9 mil novos empregos formais no período, montante inferior ao observado em 2013, oportunidade em que foram criadas 1.117,2 mil vagas no mercado de trabalho brasileiro, representando uma queda de quase 65%. Essa redução foi puxada pelos saldos negativos da Indústria (-161,3 mil) e da Construção Civil (-106,5 mil), que diminuíram os efeitos positivos dos saldos favoráveis do Comércio (180,8 mil) e

dos Serviços (476,1 mil).

O mercado de trabalho do Nordeste apresentou comportamento semelhante ao nacional, embora com desempenho um pouco melhor, com saldo positivo de geração de empregos que totalizou 99,5 mil vagas, o que representou uma queda de 48,5% em relação ao saldo de 2013, segundo informações fornecidas pelo MTE (CAGED). Em termos estaduais, Pernambuco (-13,8 mil) e Alagoas (-3,3 mil) apresentaram resultados negativos. Em Pernambuco, o setor que mais contribuiu para o desempenho negativo em 2014 foi a Construção Civil (-25,1 mil), possivelmente devido à finalização de grandes obras e a consequente desmobilização da mão de obra. Já em Alagoas, o setor de pior desempenho foi a Indústria de Transformação (-11,1 mil), resultado este influenciado diretamente pela crise no setor sucroalcooleiro. Por outro lado, entre os estados em que houve criação de novos empregos celetistas, destacaram-se a Bahia (22,0 mil) e o Ceará (47,3 mil), ambos com bom desempenho nos setores de Comércio e de Serviços, destacando-se também a Construção Civil no Ceará. Com relação ao comportamento do mercado de trabalho nos grandes setores, a Indústria (-20,6 mil) e a Construção Civil (-31,9 mil) foram os principais responsáveis pela piora do desempenho regional em relação a 2013, o qual foi minimizado pelos bons desempenhos dos setores de Comércio (42,0) e de Serviços (106,3) na geração de vagas. O cenário regional de certa forma acompanhou aquele observado em nível nacional, já que, no Brasil, a Indústria (-161,3 mil) e a Construção Civil (-106,5) também foram os setores responsáveis pelo arrefecimento do mercado de trabalho.

Convém mencionar que, no Nordeste, com exceção da indústria e da Construção Civil, os demais setores apresentaram saldo líquido positivo de empregos ao longo de 2014. A Tabela 2 apresenta os dados do saldo dos empregos formais, por setor, em 2014, do Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste. Observa-se que a geração de empregos em 2014 piorou em todas as regiões brasileiras em relação a 2013, com pior desempenho no Sudeste e no Norte, tendo o Nordeste apresentado o melhor desempenho entre todas as regiões.

Tabela 2 – Saldo acumulado de empregos formais, por setores no Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste: Janeiro a Dezembro de 2014

Brasil, Regiões e Estados	Extrativa mineral	Indústria de transformação	S.I.U.P	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total	2014/2013 (%)
Brasil	-2.348	-163.817	4.825	-106.476	180.814	476.108	8.257	-370	396.993	-64,46%
Norte	445	-3.551	-86	-6.889	11.131	15.487	71	1.044	17.652	-71,67%
Nordeste	-1.302	-19.600	230	-31.908	42.044	106.271	768	3.019	99.522	-48,52%
Maranhão	-210	-861	-939	-6.264	4.358	4.434	412	-59	871	-94,16%
Piauí	24	156	-214	-170	1.678	9.319	-9	217	11.001	-4,76%
Ceará	-222	-859	724	8.789	11.747	24.940	721	1.532	47.372	-5,64%
Rio Grande do Norte	-394	-1.697	415	-2.228	3.078	10.783	-226	430	10.161	2,15%
Paraíba	62	195	96	1.056	4.665	10.148	30	74	16.326	10,42%
Pernambuco	17	-3.473	430	-25.076	3.385	10.195	-215	944	-13.793	-149,15%
Alagoas	-87	-11.125	-94	-641	1.683	7.259	5	-337	-3.337	124,87%
Sergipe	-144	-39	-10	247	2.483	5.161	-17	1.232	8.913	-34,63%
Bahia	-348	-1.897	-178	-7.621	8.967	24.032	67	-1.014	22.008	-57,07%
Sudeste	-1.524	-118.308	2.209	-53.377	75.335	218.166	5.752	-6.564	121.689	-74,46%
Sul	534	-20.489	1.541	7.165	38.330	90.480	1.596	-362	118.795	-53,83%
Centro-Oeste	-501	-1.869	931	-21.467	13.974	45.704	70	2.493	39.335	-69,21%

Fonte: MTE (2015a).

Referências

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
- MTE. **Evolução de Emprego do CAGED.**
Disponível em <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorio> Setor Acesso em 23 Mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego Janeiro 2015.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/ Acesso em 23 Mar. 2015a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º Trimestre de 2014.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm Acesso em 26 Mar. 2015b.

5 - SETOR EXTERNO

A balança comercial brasileira fechou o ano de 2014 acumulando déficit de US\$ 3,96 bilhões, contra superávit de US\$ 2,29 bilhões registrados em 2013, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Houve declínio tanto das exportações (-7,0%) como das importações (-4,5%).

Queda no preço das commodities, cenário internacional desfavorável e déficit na conta petróleo foram os principais fatores do fraco desempenho da balança comercial brasileira (MDIC, 2015).

A título de ilustração, apenas a queda de preços das commodities minério de ferro (-23,9%), milho (-20,0%) e soja (-4,4%) provocaria redução de receita de US\$ 9,2 bilhões, caso os preços tivessem sido os mesmos de 2013.

Em relação ao cenário mundial, ressalte-se a redução das vendas externas para importantes parceiros comerciais como a Argentina (-27,2%), Holanda (-24,8%) e China (-11,7%).

O déficit da conta Petróleo e derivados, por seu turno, atingiu US\$ 16,6 bilhões em 2014; apesar de continuar significativo foi menor do que o registrado em 2013 (- US\$ 20,3 bilhões) devido ao aumento da produção interna.

A desagregação das exportações brasileiras (US\$ 225,1 bilhões) por fator agregado mostra que, em 2014, as vendas dos produtos básicos representaram 48,7% da pauta, seguidas dos manufaturados (36,2%) e semimanufaturados (12,9%). Comparativamente a 2013, todas as classes registraram declínio nas vendas externas, produtos básicos (-3,1%), manufaturados (-12,8%) e semimanufaturados (-4,8%).

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (10,3%), minérios de ferro e seus concentrados (8,9%) e óleos brutos de petróleo (7,3%) foram os principais produtos exportados.

Já as importações brasileiras (US\$ 229,0 bilhões) segundo categoria de uso mostra que

o País concentrou 40,4% das suas compras em Bens Intermediários e 19,4% em Combustíveis e Lubrificantes. A categoria Bens de Consumo Duráveis foi a que apresentou maior decréscimo (-12,4%).

No País, somente as regiões Norte (US\$ 2,7 bilhões) e Centro-Oeste (US\$ 14,6 bilhões) registraram superávit na balança comercial no ano de 2014. As demais apresentaram déficit: Sul (- US\$ 4,2 bilhões), Sudeste (- US\$ 8,2 bilhões) e Nordeste (- US\$ 12,8 bilhões).

O déficit apresentado pela Região Nordeste decorreu do decréscimo de 7,9% no valor exportado (US\$ 15,9 bilhões) e do incremento de 3,6% das importações (US\$ 28,7 bilhões) comparativamente a 2013.

A análise por fator agregado revela que as exportações de produtos industrializados participaram com 73,3% da pauta de exportações nordestinas em 2014. As vendas de produtos semimanufaturados retrocederam 7,2%, devido, principalmente, à queda de receita de exportação de catodos de cobre (- US\$ 335,5 milhões) e açúcar em bruto (-US\$ 172,3 milhões). Quanto aos produtos manufaturados, o recuo foi puxado pela queda das vendas de plataforma para extração de petróleo (-US\$ 1.535,3 milhões), automóveis (-US\$ 296,7 milhões) e óleos combustíveis (-US\$ 73,7 milhões).

Por outro lado, as exportações de produtos básicos que contribuíram com 25,1%, apresentaram crescimento de 12,3% do valor exportado relativamente ao ano anterior. A soja, principal produto da pauta nordestina (11,4%), registrou incremento de 11,1% no volume de vendas (+ US\$ 182,1 milhões) e 16,8% na quantidade exportada (+ 515 mil toneladas).

Tabela 1 - Nordeste - exportação e importação - Jan-dez 2014/2013 - US\$ milhões FOB

Discriminação	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Exportação	15.914	100,0	17.270	100,0	-7,9
Básicos	3.996	25,1	3.558	20,6	12,3
Industrializados	11.657	73,3	13.462	78,0	-13,4
Semimanufaturados	4.424	27,8	4.767	27,6	-7,2
Manufaturados	7.233	45,4	8.695	50,3	-16,8
Op. especiais	261	1,6	250	1,4	4,5
Importação	28.730	100,0	27.740	100,0	3,6
Bens de capital	4.024	14,0	4.611	16,6	-12,7
Bens intermediários	9.334	32,5	9.642	34,8	-3,2
Bens de consumo	2.650	9,2	2.607	9,4	1,6
Bens duráveis	1.527	5,3	1.480	5,3	3,1
Bens não duráveis	1.123	3,9	1.126	4,1	-0,3
Combustíveis e lubrificantes	12.722	44,3	10.881	39,2	16,9
Saldo	-12.816		-10.470		22,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (15,9%), Estados Unidos (13,2%), Holanda (8,9%), Argentina (7,7%), e Antilhas holandesas (5,2%) foram responsáveis por 50,9% do total exportado. Vale registrar que enquanto as exportações para a China e os Estados Unidos cresceram 12,1% e 5,1%, respectivamente, no período 2014/2013, os demais registraram desempenho negativo em termos de volume de vendas: Holanda (-19,4%), Argentina (-33,2%) e Antilhas Holandesas (-5,8%).

Do lado das importações nordestinas, o crescimento registrado (3,6%) foi devido, principalmente, ao acréscimo nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, como óleo diesel (+25,6%), naftas para petroquímica (+20,2%), "fuel-oil" (266,2%) e gás natural, liquefeito (60,0%).

Os Estados Unidos (26,3%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (9,7%), Argentina (6,6%), Holanda (6,0%) e Índia (4,7%). No período comparativo janeiro a dezembro de 2014/2013, as aquisições originárias dos Estados Unidos e da Holanda cresceram 18,8% e 93,0%, respectivamente, enquanto as compras oriundas de China (-10,5%), Argentina (-19,8%) e Índia

(-1,2%) decresceram.

Dos estados nordestinos, apenas Alagoas (US\$ 48,1 milhões), Bahia (US\$ 14,5 milhões) e o Piauí (US\$ 9,7 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial. A seguir, mostra-se a análise do comportamento do fluxo comercial de cada estado.

Alagoas

Alagoas exportou US\$ 629,5 milhões em 2014, valor 15,2% inferior ao realizado no ano de 2013. A pauta exportadora de Alagoas está muito concentrada em produtos derivados da cana-de-açúcar e as dificuldades enfrentadas pelo setor, seca, perda de competitividade diante da gasolina, aumento dos custos de produção, desativação de usinas, dentre outras, vêm concorrendo para esse resultado.

Rússia (41,8%), Canadá (11,3%) e os Estados Unidos (10,4%) são os principais países de destinos das vendas externas alagoanas.

Tabela 2 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Outros açúcares de cana	543.384	86,3	664.756	89,56	-18,3
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose	44.465	7,1	42.631	5,74	4,3
Outros álcool etílico n/desnatado	18.829	3,0	24.654	3,32	-23,6
Soja, mesmo triturada, exc p semente	7.697	1,2	---	---	---
Hidróxido de sódio em sol. aquosa	3.632	0,6	---	---	---
Demais produtos	11.469	1,83	10.229	1,4	12,1
Total geral	629.474	100,0	742.270	100,0	-15,2

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

As importações do Estado registraram acréscimo de 17,2% no valor, alcançando US\$ 581,3 milhões em 2014. Segundo a categoria de uso, as aquisições foram distribuídas em Bens de capital (13,8%), Bens intermediários (46,9% onde insumos industriais absorveram 39,7% do total), Bens de consumo (29,7%) e Combustíveis e lubrificantes (9,6%). Entretanto, apenas as

compras de bens de consumo (+ US\$ 52,0 milhões) e de combustíveis de lubrificantes (+ US\$ 55,6 milhões) registraram acréscimo no ano de 2014.

Bahia

As vendas externas baianas somaram, em 2014, US\$ 9.309,7 milhões (58,5% do valor exportado pelo Nordeste), registrando redução de 7,8% relativamente aos valores obtidos em 2013.

A queda do valor exportado dos produtos Catodos de cobre refinado e seus elementos (-US\$ 335,5 milhões), Automóveis (- US\$ 296,7 milhões), "Fuel-oil" (- US\$ 178,4 milhões), P-xileno (-US\$ 98,7 milhões) e Pasta química de madeira de não conífera (- US\$ 87,2 milhões) concorreram para o desempenho negativo das exportações baianas.

Apesar desse desempenho, "Fuel-oil" (13,2%) e Pasta química de madeira de não conífera (12,2%) foram os dois principais produtos exportados.

Vale ressaltar também que, em 2013, foi exportada uma plataforma de perfuração no valor de US\$ 380,5 milhões, aumentando a base de comparação daquele ano.

Por outro lado, os maiores incrementos de receita foram oriundos das exportações de Algodão simplesmente debulhado, não cardado (+US\$ 107,8 milhões), Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (+US\$ 68,5 milhões), Propeno (propileno) não saturado (+US\$ 63,9 milhões), Acrilonitrila (+US\$ 61,3 milhões), Manteiga, gordura e óleo de cacau (+US\$ 57,9 milhões), Outros polietilenos (+US\$ 50,4 milhões), Tolueno (+US\$ 46,8 milhões), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (+US\$ 46,7 milhões).

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (18,6%), Estados Unidos (11,5%), Argentina (9,2%), Holanda (8,6%) e Antilhas Holandesas (7,7%) foram responsáveis por 55,7% do total exportado. Todos reduziram suas compras sendo que a Holanda (-44,0%) devido a não exportação de plataforma de petróleo e a Argentina (-36,6%) por estar passando por crise financeira registraram as maiores reduções, na comparação de 2014 sobre 2013.

Tabela 3 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
"Fuel-oil"	1.224.190	13,2	1.402.620	13,9	-12,7
Pasta quim. madeira de n/conífera	1.139.357	12,2	1.226.527	12,2	-7,1
Soja, mesmo triturada, exc p semeadura	891.283	9,6	844.609	8,4	5,5
Bagaços e outs.resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	441.287	4,7	372.812	3,7	18,4
Algodão simplesmente debulhado, não cardado	419.150	4,5	311.366	3,1	34,6
Automóveis c/motor explosão	396.890	4,3	693.649	6,9	-42,8
Pasta química de madeira, para dissolução	376.455	4,0	354.623	3,5	6,2
Propeno (propileno) não saturado	311.723	3,4	247.772	2,5	25,8
Catodos de cobre refinado /seus elementos	295.891	3,2	631.387	6,3	-53,1
Pneus novos para automóveis de passageiros	179.355	1,9	195.113	1,9	-8,1
Demais produtos	3.634.159	39,0	3.811.182	37,8	-4,6
Total geral	9.309.740	100,0	10.091.660	100,0	-7,8

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

As importações baianas somaram US\$ 9.295,2 milhões em 2014, registrando incremento de 4,6% em relação a 2013. Segundo a categoria de uso, as aquisições foram distribuídas em Bens de capital (18,7%), Bens intermediários (36,9%) onde insumos industriais absorveram 29,6% do total), Bens de consumo (14,1%) e Combustíveis e lubrificantes (30,3%). Entretanto, apenas a categoria Combustíveis e lubrificantes (+45,7%) registrou aumento de importações, as demais sofreram decréscimo: Bens de capital (- 4,3%), Bens intermediários (-9,6%) e Bens de consumo (-2,4%).

Os principais produtos importados foram naftas para petroquímica (20,1%), sulfetos de minérios de cobre (10,5%) e automóveis (10,1%).

Principal mercado fornecedor das compras baianas, a Argentina reduziu em quase 8% suas

vendas ao Estado devido, principalmente, de automóveis. A Argélia aparece em segundo lugar com 12,4% de participação e incremento de vendas de 35,6% por conta de naftas para petroquímica.

Ceará

O Ceará exportou US\$ 1.471,1 milhões no ano de 2014, registrando crescimento de 3,6%, relativamente ao ano anterior. As vendas de produtos industrializados (78,2% da pauta de exportações) registraram aumento de 5,6% no valor exportado enquanto os embarques de produtos básicos (20,1% da pauta) retrocederam 3,4%, no período em análise.

Fuel oil (óleo combustíveis) foi o principal responsável pelo bom desempenho das vendas externas cearenses (+US\$ 113,3 milhões), respondendo por 24,0% do total exportado em 2014, incremento de 47,4% relativamente a 2013. O produto tem como destino o abastecimento das embarcações que realizam navegação de longo prazo no Porto do Pecém.

Vale ressaltar também o expressivo crescimento das vendas de Ceras vegetais (26,0%) e Calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras (18,8%).

Os principais países de destino das exportações cearenses foram os Estados Unidos (15,6%), Holanda (15,3%), Antilhas Holandesas (7,8%), Cingapura (4,5%) e Argentina (4,4%). Entretanto, apenas as exportações para a Holanda registraram crescimento, 68,8% no período jan-dez de 2014 ante mesmo período de 2013. Os demais países Argentina (-36,0%), Cingapura (-19,7%), Estados Unidos (-11,7%) e Antilhas Holandesas (-0,5%) reduziram suas compras.

Pelo lado das importações (US\$ 3.001,9 milhões), as compras concentraram-se em Insumos industriais (44,1%) e Combustíveis e lubrificantes (20,1%). Gás natural liquefeito (14,2%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio (6,5%), Hulha betuminosa (6,2%) e Outras construções e suas partes de ferro fundido/ferro ou aço (3,6%) foram os principais produtos importados.

China (24,0%), Estados Unidos (10,8%) e Trinidad e Tobago (7,3%) representam os principais mercados de origem das importações cearenses, entretanto, registraram decréscimo de 17,1%, 22,5% e 34,4%, respectivamente, nas

vendas para o Estado.

Tabela 4 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
"Fuel-oil"	352.437	24,0	239.146	16,8	47,4
Couros/peles, bovinos	120.989	8,2	106.931	7,5	13,2
Calçados de borracha/plast.c/parte super.em t	115.950	7,9	97.627	6,9	18,8
Outros.calç. cobr.tornoz. part.sup. borr.,plást.	107.470	7,3	115.408	8,1	-6,9
Melões frescos	90.712	6,2	88.714	6,3	2,3
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	89.693	6,1	109.802	7,7	-18,3
Ceras vegetais	66.835	4,5	53.030	3,7	26,0
Outs. calça-ds. sol. ext. borr./plást. couro/nat.	46.190	3,1	42.569	3,0	8,5
Sucos (sumo) de outras frutas, n/fermen.	39.580	2,7	42.652	3,0	-7,2
Outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	36.686	2,5	36.780	2,6	-0,3
Demais produtos	404.570	27,5	487.805	34,3	-17,1
Total geral	1.471.112	100,0	1.420.464	100,0	3,6

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

A balança comercial do estado do Ceará registrou saldo negativo de US\$ 1.530,8 milhões em 2014, melhor do que o saldo acumulado de 2013 (- US\$ 1.881,3 milhões).

Maranhão

Em 2014, o Maranhão, responsável por 17,5% das exportações nordestinas, registrou receita no valor de US\$ 2.795,5 milhões, incremento de 19,4% ante o ano anterior. As importações, por seu turno, alcançaram a cifra de US\$ 7.068,2 milhões, 3,2% superior ao registrado no ano passado. Por conseguinte, a balança comercial do Estado registrou déficit de

US\$ 4.272,7 milhões (segundo maior da Região).

O principal produto de exportação maranhense, alumina calcinada (35,1%), obtido a partir da purificação da bauxita, registrou incremento de receita de 19,9% e de 15,1% na quantidade exportada, no período em análise.

Segundo maior exportador nordestino de soja (depois da Bahia), com participação de 40,1% das vendas externa do produto na Região, o estado do Maranhão embarcou 1.476,8 mil toneladas do grão em 2014, gerando US\$ 741,9 milhões de divisas.

A entrada em operação da fábrica da Suzano Papel e Celulose - Unidade Imperatriz viabilizou a venda de 915,7 mil toneladas de pasta química de madeira ao exterior fazendo com que o produto seja o terceiro item da pauta de exportação maranhense.

As exportações tiveram como principal destino a China (21,5%), Estados Unidos (18,4%) e Canadá (10,6%).

Tabela 5 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Alumina calcinada	982.459	35,1	819.154	35,0	19,9
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	741.860	26,5	705.082	30,1	5,2
Pasta quím. madeira de n/conif.a soda/sulfato,	455.882	16,3	---	---	---
Ferro fundido bruto não ligado, c/ peso <= 0.5%	386.496	13,8	480.244	20,5	-19,5
Bulhão dourado, para uso não monetário	74.419	2,7	---	---	---
Demais produtos	154.393	5,5	337.436	14,4	-54,2
Total geral	2.795.510	100,0	2.341.917	100,0	19,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

A China, com aquisições no valor de US\$ 602,3 milhões, adquiriu do estado do Maranhão, Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (42,6%), Pasta química de madeira de não conífera a soda ou a sulfato, semibranqueadas ou branqueadas (33,1%) e Alumina calcinada (22,3%). Já os Estados Unidos (US\$ 515,0

milhões) importaram, principalmente, Ferro fundido bruto não ligado (69,0%) e Pasta química de madeira de não conífera à soda ou a sulfato, semibranqueadas ou branqueadas (17,6%). Enquanto as exportações para o Canadá (US\$ 296,1 milhões) concentraram em Alumina calcinada (93,2%).

As importações maranhenses, segundo a categoria de uso dos produtos, concentraram-se em combustíveis e lubrificantes (77,2%), com acréscimo de 14,2% na comparação de 2014 ante 2013. As demais categorias registraram decréscimo: Bens de capital (-59,0%), Bens intermediários (-7,1%), Bens de consumo (-37,3%).

Paraíba

Em 2014, as exportações do estado da Paraíba (US\$ 179,1 milhões) decresceram 4,7% enquanto as importações (US\$ 656,1 milhões) praticamente permaneceram as mesmas, relativamente ao ano anterior. O déficit da balança comercial atingiu, portanto, a cifra de US\$ 476,9 milhões.

Calçados de borracha com parte superior em tiras foi o principal produto exportado pelo Estado e apresentou decréscimo no valor 2,7% no período em análise. A Paraíba é o segundo maior exportador de calçados do Nordeste e o quarto do Brasil em termos de valor. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), foram embarcados 27,8 milhões de pares, 2,6% inferior ao registrado em 2013. Austrália (18,4%), França (11,6%), Angola (11,3%), Filipinas (7,9%) e a Argentina (6,8%) foram os principais países de destino do produto paraibano.

Vale ressaltar o desempenho das exportações de Sucos (sumo) de outras frutas realizada, principalmente, pela empresa Indústria Alimentícia do Vale Ltda. As vendas do produto foram iniciadas em 2012, com participação de 0,5% da pauta do Estado. Em 2013, essa participação passa para 4,5% (6ª posição) e em 2014 atinge 13,5% (2º lugar) do total do valor exportado.

Tabela 6 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Calçados de borracha/plást.c/parte super.em t	94.659	52,9	97.268	51,8	-2,7
Sucos (sumo) de outras frutas, n/fermen.	24.192	13,5	8.403	4,5	187,9
Ilmenita (minérios de titânio)	13.759	7,7	10.829	5,8	27,1
Outros açúcares de cana	6.754	3,8	11.991	6,4	-43,7
Outros álcool etílico n/ desnaturado	5.394	3,0	10.960	5,8	-50,8
Demais produtos	34.363	19,2	48.515	25,8	-29,2
Total geral	179.121	100,0	187.966	100,0	-4,7

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

As importações paraibanas segundo as categorias de uso estão distribuídas em Bens Intermediários (US\$ 351,0 milhões, 53,5%), Bens de Consumo (US\$ 166,9 milhões, 25,4%), Bens de Capital (US\$ 103,9 milhões, 15,8%) e Combustíveis e lubrificantes (US\$ 34,2 milhões, 5,2%). Calçados para esportes, de matéria têxtil e solado de borracha (18,1%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio (8,9%), Malte não torrado, inteiro ou partido (8,1%), Coque de petróleo não calcinado (5,9%) e “Fuel-oil” (5,2%) foram os principais produtos adquiridos pelo Estado.

Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco somaram US\$ 943,9 milhões no ano de 2014, retração de 56,6% sobre mesmo período de 2013. Esse resultado foi devido, principalmente, à venda “contábil” de uma plataforma de perfuração e exploração de petróleo no valor de US\$ 1.154,9 milhões (58,0% do total exportado) em 2013 e não repetida este ano.

Por outro lado, o produto Ácido tereftálico e seus sais registrou expressivo aumento da receita de exportação (+30,5%). Com este incremento, a Companhia Petroquímica de Pernambuco passou a ser a maior empresa exportadora de Pernambuco, com cerca de 14%

do total da pauta, em 2014. As vendas tiveram como destino: Argentina (66,2%), Estados Unidos (12,7%) Rússia (11,7%), Arábia Saudita (7,00%), Emirados Árabes Unidos (1,5%) e Canadá (0,9%).

Tabela 7 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Ácido tereftálico e seus sais	131.186	13,9	100.537	5,1	30,5
Outros. acúcares de cana, beterraba, sacarose	115.759	12,3	104.627	5,3	10,6
Outros açúcares de cana	83.153	8,8	122.232	6,1	-32,0
Outs.com-pressores de gases, centríf.	73.483	7,8	---	---	---
Tereftalato de polietileno em forma primária	58.889	6,2	50.972	2,6	15,5
Mangas frescas ou secas	51.295	5,4	41.037	2,1	25,0
Uvas frescas	48.403	5,1	73.018	3,7	-33,7
Outros grupos eletrog.	48.354	5,1	---	---	---
Outros acumuladores elet de chumbo	38.526	4,1	35.720	1,8	7,9
Plataformas de perfuração/exploração, flutuantes	---	---	1.154.914	58,0	---
Demais produtos	294.808	31,2	308.473	15,5	-4,4
Total geral	943.857	100,0	1.991.531	100,0	-52,6

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 7.337,4 milhões, incremento de 7,7% nesse período, gerando déficit na balança comercial de US\$ 6.393,5 milhões.

Segundo as categorias de uso, as compras externas pernambucanas estão distribuídas em Combustíveis e lubrificantes (43,3%), Bens de capital (13,5%), Bens Intermediários (11,6%) e Bens de consumo (10,7%). Estados Unidos (43,5%), China (8,1%) e Argentina (5,9%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas. As aquisições oriundas dos Estados Unidos aumentaram 46,2%, enquanto as originárias da China e Argentina decresceram 9,1% e 19,8%, respectivamente, no período comparativo de janeiro-dezembro de 2014 com o mesmo período de 2013.

Piauí

As exportações piauienses somaram US\$ 255,9 milhões, em 2014, registrando crescimento de 58,2% relativamente a 2013. Soja, mesmo trituração, exceto para semeadura foi o principal produto da pauta exportadora do Estado, respondendo por 68,2% das vendas externas totais. O produto registrou aumento 95,6% no volume de vendas e de 111,2% na quantidade exportada. Os principais países compradores do grão foram China (53,5%), Alemanha (12,9%) e Espanha (12,5%).

Vale ressaltar o desempenho das exportações de mel natural que atingiram, em 2014, US\$ 4.843,2 mil e 2.278,5 toneladas, incremento de 321,8% no valor e de 299,8% na quantidade em comparação com o ano de 2013. Os Estados Unidos foram o maior comprador do produto (92,7 %).

Tabela 8 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Soja, mesmo trituração, exc para semeadura	174.472	68,2	89.199	55,1	95,6
Ceras vegetais	53.547	20,9	44.397	27,4	20,6
Algodão simplesmente debulhado, não cardado	10.679	4,2	9.373	5,8	13,9
Mel natural	8.700	3,4	2.063	1,3	321,8
Pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato	1.697	0,7	4.164	2,6	-59,3
Demais produtos	6.876	2,7	12.652	7,8	-45,6
Total geral	255.972	100,0	161.848	100,0	58,2

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

As importações piauienses totalizaram US\$ 246,2 milhões, crescimento de 25,2% no período em análise. Composta, principalmente de insumos industriais (83,7%), os principais itens da pauta de importação foram laminados de ferro ou aço a frio, barras de ferro ou aço e fios de cobre refinado. A Ferronorte Industrial Ltda. foi a principal empresa importadora. China (31,7%), Rússia (15,9%), Turquia (6,8%) e Chile (5,7%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Piauí.

Como resultado do comportamento das

exportações e importações, o saldo da balança comercial do Estado apresentou superávit de US\$ 9,7 milhões, em 2014. Em 2013, a balança comercial foi deficitária (- US\$ 34,9 milhões).

Rio Grande do Norte

O Estado registrou déficit em sua balança comercial da ordem de US\$ 62,3 milhões, resultado de US\$ 251,3 milhões de exportações e US\$ 313,7 de importações realizadas em 2014. Nesse período, enquanto as exportações potigüenses cresceram apenas 1,4%, as importações expandiram-se em 17,9%, relativamente ao ano anterior.

Tabela 9 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Melões frescos	60.054	23,9	58.230	23,5	3,1
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	20.092	8,0	23.820	9,6	-15,7
Sal marinho, a granel, sem agregados	18.970	7,6	6.255	2,5	203,3
Outras chapas, etc. de outras plásticos	13.402	5,3	9.518	3,8	40,8
Tecido de algodão >=85%, branqueado	11.786	4,7	4.941	2,0	138,6
Minérios de tungstênio e seus concentrados	10.627	4,2	5.438	2,2	95,4
Melancias frescas	9.016	3,6	8.748	3,5	3,1
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes	8.898	3,5	13.231	5,3	-32,8
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	8.786	3,5	16.776	6,8	-47,6
Mamões (papaia) frescos	8.634	3,4	5.120	2,1	68,7
Demais produtos	81.092	32,3	95.846	38,7	-15,4
Total geral	251.357	100,0	247.922	100,0	1,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Principal polo de produção de melão do País, o estado do Rio Grande do Norte registrou exportações da fruta de US\$ 60,0 milhões, em

2014, crescimento de 3,1% sobre 2013. Vale destacar o crescimento apresentado pelas exportações de Sal marinho (203,3%) e Tecidos de algodão (138,6%).

Cinco países absorveram quase 60,0% das exportações potiguaras: Estados Unidos (18,0%), Holanda (16,7%), Espanha (10,8%), Reino Unido (8,6%) e Argentina (4,6%).

As importações potiguaras, segundo as categorias de uso, estão concentradas em Bens de Capital (51,1%) e Bens Intermediários (46,4%) com destaque para os insumos industriais (32,5%). China (36,9%) e Estados Unidos (20,3%) foram os principais mercados fornecedores.

Sergipe

As exportações sergipanas somaram US\$ 77,9 milhões durante o ano de 2014 e as importações totalizaram US\$ 230,2 milhões. Em relação ao ano anterior, tanto as vendas quanto as compras externas decresceram 7,8% e 20,7% respectivamente. Desta maneira, o déficit do saldo da balança comercial atingiu US\$ 152,9 milhões.

Sucos de laranjas, congelados, e não fermentados, principal item de exportação do Estado, concentra 33,1% das vendas. Entretanto, as vendas do produto vêm decaindo nos últimos anos. Em 2007 as receitas chegaram a US\$ 71,4 milhões, enquanto que em 2014 o valor caiu para US\$ 25,8 milhões.

A crise financeira de 2008 que ocasionou a retração do consumo nos mercados internacionais, o aumento da concorrência tanto com a entrada de novos produtores como de produtos substitutos, o redirecionamento das vendas para o mercado interno e a seca concorrem para o desempenho declinante das vendas de sucos de laranjas. A Holanda foi o principal destino de 71,9% das vendas externas do produto.

Vale ressaltar, entretanto, o crescimento das vendas de Outros sucos de outros cítricos (296,9%) que passou do 5º lugar da pauta exportadora em 2013 para o 2º em 2014.

As importações sergipanas, segundo as categorias de uso estão concentradas em Bens Intermediários (70,8%) com destaque para os insumos industriais (55,3%) e em Bens de Capital (21,6%). Os principais produtos importados foram: diidrogeno-ortofosfato de amônio (15,3%), outros trigos e misturas de trigo com centeio

(11,9%), coque de petróleo não calcinado (10,7%) e sulfato de amônio (4,1%).

As aquisições têm como países de origem os Estados Unidos (26,3%), Marrocos (13,8%) e China (11,2%). Enquanto decresceram as importações dos Estados Unidos (-16,1%) e da China (-1,0%), as compras oriundas do Marrocos aumentaram em 197,2%, em 2014 frente a 2013.

Tabela 10 - Principais produtos exportados - jan/dez - 2014/2013 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2013		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	25.817	33,1	38.866	46,0	-33,6
Outs. sucos de outs. cítricos	19.695	25,3	4.962	5,9	296,9
Outs.calç.cobr. tornoz.part.sup. borr.,plást.	6.387	8,2	9.208	10,9	-30,6
Outs.açúcares de cana, beterraba, etc.	4.089	5,2	6.003	7,1	-31,9
Outs.calçads. sol.ext.borr./plást.couro/nat.	3.695	4,7	5.060	6,0	-27,0
Outros recipientes tubulares, de alumínio	3.674	4,7	---	---	---
Outros açúcares de cana	2.268	2,9	4.874	5,8	-53,5
Outros óleos essenciais, de laranja	2.066	2,7	3.156	3,7	-34,6
Outs.calçados de matéria têxtil, sola de borracha	1.784	2,3	3.886	4,6	-54,1
Outros sucos de laranjas, não fermentados	1.396	1,8	1.150	1,4	21,3
Demais produtos	7.105	9,1	7.407	8,8	-4,1
Total geral	77.975	100,0	84.573	100,0	-7,8

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Notícias. Cresce número de exportadores em 2014.** 05/01/2015. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=13559>. Acesso em 27/02/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Balança Comercial: Unidades da Federação.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 27/02/2015.

_____. Aliceweb. Disponível em: alicesweb.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 27/02/2015.

ABICALÇADOS. **Comércio Exterior de Calçados.** Exportação 2014. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>. Acesso em 12 mar 2015.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 Indicadores fiscais dos Estados nordestinos

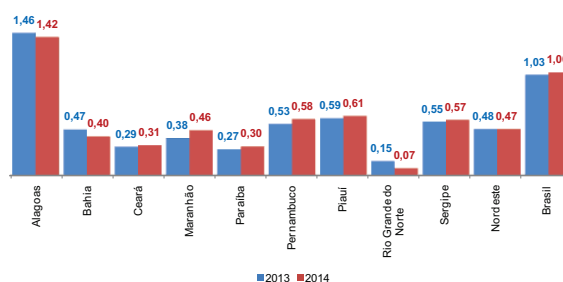
Novos governadores assumiram em 2015, diante de um quadro macroeconômico complexo e sujeito a mudanças no âmbito fiscal da União, que se refletirão no cenário regional. Nesse sentido, a equipe da Revista de Conjuntura elaborou dois indicadores sobre as finanças públicas estaduais, a seguir especificados.

O grau de endividamento dos estados (GRE = Dívida Líquida Consolidada/Receita Corrente Líquida – RCL), que mostra a capacidade das unidades federativas em fazer investimentos. Quanto mais baixo o indicador, maior a autonomia dos Estados em gerar recursos para investimento ou tomar empréstimos. Por sua vez, o Índice de Independência Financeira (IDF = 1 - Transferências da União¹/RCL), define a condição do estado em gerar receitas a partir de sua economia, sendo que, quanto mais próximo de um, menor a dependência do estado das transferências federais.

A análise do GRE mostra que, apesar do crescimento do endividamento em alguns estados nordestinos, à exceção de Alagoas, as unidades federativas ainda mantêm um indicador baixo, menor que 60%. Os principais estados do Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem um indicador acima de 1,5. Alagoas é o Estado que gera maior preocupação, com um GRE de 1,42, mas que sinaliza uma leve queda, tendo em vista que em 2013 seu indicador era 1,46. Vale salientar a situação do Rio Grande do Norte, que tinha um GRE reduzido em 2013, 0,15 e que caiu ainda mais em 2014, 0,07, por força da diminuição em sua Dívida Líquida Consolidada em 48,3% (de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 555 milhões em agosto de 2014). Cabe observar que o GRE da Região Nordeste representa 45,0% do GRE médio brasileiro, em 2014 (0,47 e 1,06, respectivamente).

O projeto de mudança do indexador da dívida dos Estados e municípios, que tramita no congresso, deve favorecer, principalmente, as unidades federativas do Sudeste, à exceção do Espírito Santo. Alagoas, também, será favorecida.

Gráfico 1 - Grau de endividamento – GRE dos Estados do Nordeste



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Nota: os dados para 2014 são até agosto para oito estados (Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Roraima).

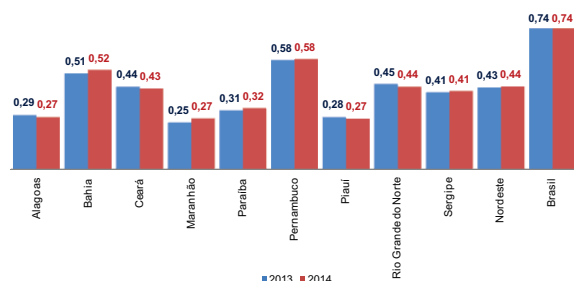
O Índice de Independência Financeira – IDF permite vislumbrar a necessidade dos estados nordestinos no que se refere às transferências da União. O IDF médio da Região é 0,44, quando a média nacional é 0,74, representando 59,0% dessa média². Isto quer dizer que os estados nordestinos geram 44,0%, das receitas a partir das atividades econômicas internas, e 56,0% são oriundas de transferências, principalmente as constitucionais, enquanto estas representam apenas 26,0% na média brasileira. Os dois estados com IDF acima de 0,5, Bahia e Pernambuco, são os que estão no grupo dos dez maiores em arrecadação do imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS. Cabe atentar para os estados nordestinos com extrema dependência das transferências da União:

1 Transferências Constitucionais Legais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) e Transferências Voluntárias da União para estados e municípios.

2 Nada incomum quando comparamos a média regional com a nacional. O PIB per capita da Região Nordeste representa apenas 48,8% da média nacional (R\$ 11.045 para R\$ 22.646, dados de 2012).

Alagoas, Maranhão e Piauí, os dois primeiros com IDF inferior a 0,30 e Paraíba, com IDF de 0,32.

Gráfico 2 – Índice de Independência Financeira – IDF do Nordeste



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Nota: os dados para 2014 são até agosto para oito estados (Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Roraima).

6.2 Transferências constitucionais

A Tabela 1 apresenta as transferências do Fundo de Participação dos Estados – FPE, para a Região Nordeste. Observa-se um crescimento de 9,0%, no período analisado, 2014 com relação a 2013. Em termos reais ocorreu um crescimento de 2,5%³, que reflete um desempenho acima do crescimento do PIB brasileiro para 2014, quando se espera uma variação real próxima de zero. Sinaliza que a arrecadação tributária federal, imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados, tem um descolamento da atividade econômica real.

As transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para o Brasil tiveram crescimento exatamente igual ao FPE, 9,0%. Para a Região Nordeste, o crescimento foi similar, 9,2%, conforme indicado na Tabela 2. A dispersão da variação do FPM foi pequena, sendo que Bahia teve maior crescimento, 9,4% e Maranhão e Pernambuco os menores, 9,0%.

As transferências voluntárias da União para os entes federados decorrem da celebração de convênios, acordos e ajustes ou outros instrumentos similares. Não estão incluídos os recursos do Sistema Único de Saúde, nem as transferências para pagamento de pessoal. No ano de 2014 foram de R\$ 11,2 bilhões, conforme mostra a Tabela 3. Os estados nordestinos captaram 36,5% dessas transferências, R\$ 4,1 bilhões. As

transferências para a Região caíram em 10,8%, em termos nominais, comparado com 2013.

Tabela 1 – Fundo de Participação dos Estados – FPE, 2014 (R\$ Milhões)

Estados/Região	2013	2014	Participação %
Alagoas	2.218	2.416	4,2
Bahia	5.009	5.458	9,4
Ceará	3.911	4.262	7,3
Maranhão	3.848	4.193	7,2
Paraíba	2.553	2.782	4,8
Pernambuco	3.678	4.008	6,9
Piauí	2.303	2.510	4,3
Rio Grande do Norte	2.227	2.427	4,2
Sergipe	2.215	2.414	4,2
Nordeste	27.961	30.469	52,5
Brasil	53.304	58.086	100,0

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 2 – Fundo de Participação dos Municípios – FPM, 2014 (R\$ Milhões)

Estados/Região	2013	2014	Participação (%)	Variação (%)
Alagoas	1.400	1.530	2,4	9,3
Bahia	5.372	5.876	9,2	9,4
Ceará	2.921	3.187	5,0	9,1
Maranhão	2.447	2.667	4,2	9,0
Paraíba	1.901	2.074	3,2	9,1
Pernambuco	2.899	3.159	4,9	9,0
Piauí	1.559	1.703	2,7	9,2
Rio Grande do Norte	1.482	1.616	2,5	9,1
Sergipe	877	958	1,5	9,2
Nordeste	20.858	22.772	35,5	9,2
Brasil	58.878	64.158	100,0	9,0

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em termos reais, a queda foi de 16,1%⁴. Detalhando-se a queda das transferências para a Região, observa-se uma redução de 3,7% nas transferências para os municípios (R\$ 124,6 milhões) e de 30,9% para os estados (R\$ 369,2 milhões). Uma única região obteve crescimento no período, o Sudeste com um aumento de 5,9%.

3 O índice de inflação utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, valores médios de 2013 e 2014.

4 O índice utilizado é o IPCA, da mesma forma que foi trabalhado para os fundos constitucionais.

Nas transferências voluntárias para o Nordeste, as perdas mais relevantes ocorreram em Sergipe, Paraíba e Pernambuco, com reduções de 26,7% (R\$ 50,7 milhões), 25,8% (R\$ 109,7 milhões) e 17,9% (R\$ 124,2 milhões), respectivamente. O único estado com crescimento foi o Piauí, com 1,0%, em função do crescimento das transferências para os municípios, 15,6% (R\$ 35,0 milhões), dado que as transferências para o Estado caiu 30,0% (R\$ 31,7 milhões). Observa-se que as transferências para os municípios são substancialmente maiores que as transferências para os estados. Em 2013 e 2014, as transferências para os municípios representaram 73,85 e 79,7%, respectivamente, do total das transferências para o Nordeste.

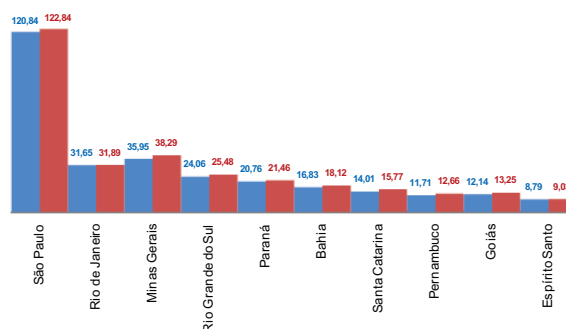
Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são educação básica, 68,6% das transferências; fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 17,0%; desenvolvimento produtivo, 3,8%; Bolsa Família, 3,4%; Gestão de riscos e resposta a desastres, 1,8%; e segurança alimentar e nutricional, 1,1%.

6.3 Arrecadação de ICMS

O ICMS é um indicador macroeconômico que segue a tendência de concentração da dinâmica econômica do País. Dez estados concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS. O Gráfico 3 apresenta este grupo, em que aparecem dois estados da Região Nordeste, Bahia e Pernambuco, com 4,7% e 3,3% do total da arrecadação em 2014, respectivamente.

Observa-se que todos os estados das regiões Sul e Sudeste fazem parte desse bloco, sendo Goiás o representante do Centro-Oeste. Houve uma leve desconcentração da arrecadação entre os dois períodos. Em 2013, os dez principais estados arrecadadores de ICMS detinham 80,6% do total. Em 2014, detinham 79,7% e se observa uma pequena elevação nos dois estados do Nordeste, Bahia: 4,6% (2013) para 4,7% (2014) e Pernambuco; 3,2% (2013) para 3,3% (2014).

Gráfico 3 – Principais Estados arrecadadores do ICMS em 2014, Participação (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

As taxas de crescimento da arrecadação do ICMS do Nordeste vêm superando os números do Brasil. Enquanto a Região cresceu em 2014, com relação a 2013, 8,6% (arrecadação de R\$ 62,4 bilhões em 2014) e 2,1% em termos reais (O índice utilizado é o IPCA, da mesma forma que foi trabalhado para os fundos constitucionais),

Tabela 3 – Transferências Voluntárias da União, 2014 (R\$ Milhões)

Estados/Nordeste/ Brasil	Municípios		Estados		Total das transferências					
	2013	2014	2013	2014	2013	Participa- ção (%)	2014	Participa- ção (%)	Variação (%)	
	A		B		A + B		A + B		Nominal	Real
Alagoas	183	167	106	99	289	2,5	266	2,4	(8,1)	(13,6)
Bahia	831	796	194	166	1.025	8,8	962	8,6	(6,1)	(11,7)
Ceará	591	560	127	107	718	6,2	668	6,0	(7,0)	(12,6)
Maranhão	511	514	85	51	596	5,1	565	5,1	(5,2)	(10,9)
Paraíba	246	246	179	69	425	3,6	315	2,8	(25,8)	(30,2)
Pernambuco	472	417	223	154	695	6,0	571	5,1	(17,9)	(22,8)
Piauí	224	259	106	74	330	2,8	334	3,0	1,0	(5,0)
Rio Grande do Norte	194	184	98	63	292	2,5	248	2,2	(15,3)	(20,3)
Sergipe	111	97	78	42	190	1,6	139	1,2	(26,7)	(31,1)
Nordeste	3.365	3.241	1.195	826	4.560	39,2	4.066	36,5	(10,8)	(16,1)
Brasil	8.102	8.093	3.539	3.058	11.641	100,0	11.151	100,0	(4,2)	(9,9)

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

o Brasil cresceu em termos nominais e reais 4,9% (arrecadação de R\$ 387,3 bilhões em 2014) e -1,4%, respectivamente (Tabela 4). O ICMS pode ser visto como um dos indicadores antecedentes da atividade econômica, dado sua estreita relação com o comércio e a produção industrial. Observa-se uma atividade econômica em queda no Brasil, um indicativo do que deve acontecer com o PIB. Enquanto isso, a atividade econômica da Região destoa do ritmo brasileiro, o que também é sinalizado pelas instituições de pesquisas estaduais.

Todos os estados nordestinos tiveram crescimento real, mas com uma dispersão elevada. Enquanto Sergipe teve um crescimento real de apenas 0,2%, Paraíba evoluiu em ritmo diferenciado, 9,1%.

Os Estados com destaque para a arrecadação positiva, acima do percentual da Região (8,6%) são Paraíba e Piauí. O interessante a se observar na Paraíba é que os principais setores arrecadadores tiveram crescimento acima da média estadual, 8,6%, mas ficaram abaixo do crescimento médio do Estado, 16,0%. A arrecadação do setor secundário cresceu 14,1% (R\$ 84,9 milhões) e deteve 15,6% da arrecadação. Petróleo, combustível e lubrificantes cresceu 14,9% (R\$ 130,6 milhões) e respondeu por 23,0% da arrecadação. O destaque fica para “outras fontes de receitas” que não teve nenhuma arrecadação em 2013 e alcançou em 2014 o valor de R\$ 136,1 milhões.

No caso do Piauí, os setores primário, secundário, terciário e petróleo, combustível e lubrificantes, que representaram 91,4% da arrecadação, cresceram acima da média estadual, 14,3%, 13,2%, 12,3% e 14,3, respectivamente, o que compensou a perda em energia, -14,9%.

As menores arrecadações de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, foram Sergipe e Alagoas. Em Sergipe, a maior arrecadação veio do setor primário, 25,5%, o que representa 5,7% da arrecadação estadual. No entanto, não foi suficiente para cobrir o baixo crescimento do principal setor arrecadador, terciário, com apenas 5,1% de crescimento e peso de 44,1% do total. Associado a isto, apesar de representarem pouco, 1,5% da arrecadação, a dívida ativa e outras receitas caíram em 25% sua arrecadação. Em Alagoas, o setor secundário, que representa 31,0% da arrecadação estadual, teve um surpreendente crescimento de 49,1%, mas não conseguiu assegurar o crescimento do Estado na média regional, em função da queda observada, nos setores terciário, petróleo, combustível e lubrificantes e outras receitas, que representam 60,5% da arrecadação. Estes setores declinaram, 5,7%, 6,1% e 11,2%, respectivamente.

Tabela 4 – Arrecadação do ICMS no Nordeste em 2014 (R\$ Milhões)

Estados/Região	2013	Participação (%)	2014	Participação (%)	Variação (%)	Variação real (%)
Alagoas	2.731,18	0,7	2.927,85	0,8	7,2	0,8
Bahia	16.831,54	4,6	18.116,51	4,7	7,6	1,2
Ceará	8.705,39	2,4	9.455,73	2,4	8,6	2,2
Maranhão	4.390,31	1,2	4.715,63	1,2	7,4	1,0
Paraíba	3.787,50	1,0	4.391,93	1,1	16,0	9,1
Pernambuco	11.711,61	3,2	12.659,80	3,3	8,1	1,7
Piauí	2.676,76	0,7	2.979,36	0,8	11,3	4,7
Rio Grande do Norte	4.033,48	1,1	4.389,46	1,1	8,8	2,3
Sergipe	2.551,10	0,7	2.717,09	0,7	6,5	0,2
Nordeste	57.418,87	15,5	62.353,36	16,1	8,6	2,1
Brasil	369.263,89	100,0	387.309,73	100,0	4,9	-1,4

Fonte: Ministério da Fazenda, Confaz, Cotepe.

Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

Notas:

(1) Alguns estados têm valores estimados: Acre, Rondônia, Sergipe e Paraná.

(2) Inflação, IPCA médio de 2013 e 2014.

Referências

BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: março.2015a.

_____. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: março. 2015b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras intergovernamentais. **Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias**. Disponível em:

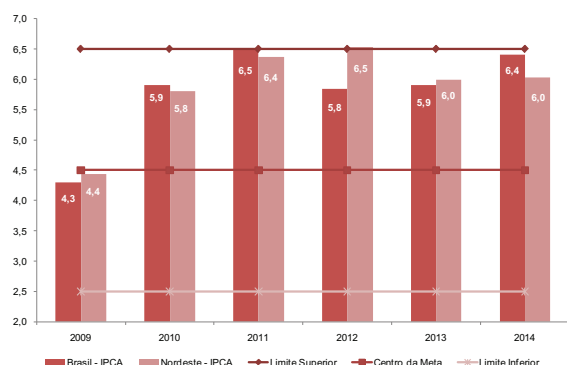
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: março. 2015c.

7 - MOEDA E CRÉDITO

7.1 Inflação do Nordeste

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que é utilizado como indicador oficial de inflação no Brasil, situou-se acima da meta de 4,5%, entretanto, dentro da margem estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Brasil e Nordeste de 2009 a 2014



Fonte: IBGE e ETENE (2015).

No âmbito regional, a inflação do Nordeste¹ registrou 6% no ano passado, apresentando estabilidade em relação a 2013, bem como reverteu uma situação inflacionária superior à do Brasil, observada nos últimos dois anos. O melhor resultado da Região, em comparação com o indicador em nível nacional, foi fortemente influenciado pelo índice de Salvador (5,76%),

Região Metropolitana que possui o maior peso no cálculo realizado pelo Etene para o Nordeste. As Regiões Metropolitanas de Recife e Fortaleza apontaram elevação de preços de 6,32% e 6,03%, respectivamente.

Analisando os resultados do Nordeste de forma detalhada, observa-se que a Região apresentou indicadores abaixo do nível nacional em seis dos nove grupos pesquisados pelo IBGE. Os resultados do grupo Alimentação, do qual possui maior peso na composição do índice, apresentou melhores resultados do que o Brasil, haja vista a Região ter registrado 6,8%, ante 8,0% em nível nacional, apresentando consonância com os resultados da cesta básica regional, também calculado pelo Etene. O grupo Habitação foi o que apresentou maior elevação em 2014, tanto em nível nacional (8,8%), quanto na Região Nordeste (10,3%), sendo este último influenciado pelo aumento de preços da energia elétrica residencial.

Sob os efeitos do dólar norte-americano, bem como pelo realinhamento de preços, em especial dos chamados preços administrados, a inflação não deverá convergir para o centro da meta (4,5%) em 2015.

¹ Índice criado pelo ETENE, a partir dos dados de inflação divulgados pelo IBGE. A metodologia criada pelo Etene para o índice regional utiliza modelo metodológico similar ao índice nacional. Na próxima edição da Revista BNB Conjuntura Econômica divulgaremos a metodologia de construção do referido índice de inflação do Nordeste.

Tabela 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Brasil e Nordeste, por grupo – 2009 a 2014

IPCA - Var. % 12 meses por Grupo	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação	3,2	2,9	10,4	9,5	7,2	6,5	9,9	11,9	8,5	8,8	8,0	6,8
Habitação	5,7	5,9	5,0	3,4	6,7	7,1	6,8	6,4	3,4	2,7	8,8	10,3
Artigos de residência	3,1	3,1	3,5	2,6	0,0	2,6	0,8	-0,4	7,1	5,8	5,5	5,5
Vestuário	6,1	8,7	7,5	9,9	8,3	10,1	5,8	3,7	5,4	6,3	3,6	2,9
Transportes	2,4	2,6	2,4	2,4	6,0	4,7	0,5	1,9	3,3	3,4	3,8	2,7
Saúde e cuidados pessoais	5,4	4,5	5,1	5,0	6,3	4,9	5,9	5,4	6,9	6,2	7,0	7,0
Despesas pessoais	8,0	8,9	7,4	5,7	8,6	9,9	10,2	9,9	8,4	7,5	8,3	7,5
Educação	6,1	6,0	6,2	7,7	8,1	7,9	7,8	8,2	7,9	8,6	8,5	7,9
Comunicação	1,1	-0,2	0,9	0,6	1,5	1,5	0,8	1,2	1,5	1,7	-1,5	-0,4
Geral	4,3	4,4	5,9	5,8	6,5	6,4	5,8	6,5	5,9	6,0	6,4	6,0

Fonte: IBGE e ETENE.

7.2 Cesta Básica Regional

A cesta básica regional² da Região Nordeste alcançou R\$ 273,42 ao final de 2014, quando era R\$ 266,09 em dezembro de 2013. Cresceu 2,8% com relação a dezembro de 2013 e foi a menor variação entre todas regiões, conforme a Tabela. A cesta básica do Centro-Oeste aumentou 10,7% na mesma base de comparação. A variação média do ano de 2014, comparada com 2013, foi de 2,0% para a cesta nordestina, a segunda menor. Apenas a Região Norte cresceu menos, 1,4%.

Na análise da variação do valor médio da cesta básica de 2014, comparado com 2013, as capitais que mais influenciaram o crescimento da cesta básica nordestina foram: Fortaleza, 3,2%; Recife, 3,5% e Salvador, 1,7%. A cesta básica de Aracaju cresceu apenas 0,5% enquanto que João Pessoa e Natal obtiveram redução de 0,4% e 0,5%, respectivamente.

A Tabela 3 apresenta as variações dos preços dos produtos que compõem a cesta básica nordestina, média de 2014 com relação à média de 2013. Observa-se que o baixo crescimento,

2,0%, se deve às quedas nos preços do feijão, farinha, banana, açúcar e óleo, associados ao pequeno crescimento na manteiga, 0,8% e arroz, 0,9%. Estes produtos respondem por 31,7% da cesta regional e compensaram o crescimento da carne, 13,0% e pão, 10,4%, que juntos respondem por 49,5% da cesta. A área do ETENE que estuda a agropecuária aponta alguns fatores que ajudam a explicar o crescimento dos preços da carne e a queda dos preços do feijão: na produção da carne ocorreram problemas climáticos, estiagens prolongadas, o abate de fêmeas, diminuindo a produção de bezerras para engorda e causando problemas na negociação do boi gordo com os frigoríficos, e o bom desempenho das exportações, o que reduziu a oferta interna. Assim, a seca reduziu o abate de bovinos nos Estados de maior área semiárida (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, média de 11,2% de queda de abate). Tocantins e Goiás, importantes fornecedores para o Nordeste reduziram também o abate em (3,4%) e (1,6%), nesta ordem.

Com relação ao feijão, pode-se citar: a produção nordestina em 2014 foi 57,1% maior que a safra anterior (Companhia Nacional de Abastecimento – Conab), fazendo com que ocorresse, também, uma redução nas importações (100 mil toneladas em 2014, quando foram 304,4 mil toneladas em 2013). Ainda segundo a Conab, os dados de consumo

² Cestas básicas regionais calculadas a partir da pesquisa do Dieese em 18 capitais brasileiras, a partir de metodologia desenvolvida pelo ETENE/BNB com o apoio do Dieese. A cesta básica é composta pelos seguintes produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata (exclusive no Norte e Nordeste), legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga.

alimentar domiciliar mostram uma tendência de queda no consumo de feijão pela população brasileira, que está aumentando o consumo de alimentos industrializados.

A produção de farinha no Brasil tem o Paraná como o principal produtor e, no Nordeste, o estado da Bahia. A produção nordestina cresceu 14,7% e a produtividade 17,2%. No Maranhão, segundo maior produtor da Região, os indicadores foram ainda melhores para a produção e produtividade, 22,2% e 23,2%, respectivamente. A tendência é de preços em baixa, inclusive para 2015.

Cabe ainda destacar que alguns produtos

têm uma dispersão muito grande, caso do tomate, banana, óleo, manteiga e arroz, com coeficientes de variação acima dos 100,0%.

Tabela 2 – Variação da cesta básica regional no Brasil e Regiões (Dezembro de 2014)

Valor da cesta (R\$)	Regiões					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
(R\$)	315,26	273,42	318,27	344,42	333,04	319,20
% mês	2,5	2,8	2,3	2,4	0,4	2,3
% mês ano ant.	4,1	2,8	10,7	7,0	6,0	6,0
% mês (-1) ano ant.	1,6	1,5	11,5	4,8	7,1	4,5
% mês (-2) ano ant.	2,0	3,3	6,6	6,0	7,3	5,1
% ano	1,4	2,0	5,1	5,4	8,4	4,3
% 12 meses	1,4	2,0	5,1	5,4	8,4	4,3

Fonte: Dieese. Elaboração: BNB-ETENE.

Tabela 3 – Variação média da cesta e produtos em 2014/2013 (%)

Produtos	Nordeste ¹	Fortaleza	Aracaju	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Média ²	Desvio ²	CV (%) ²
Carne	13,0	12,9	11,8	13,7	16,4	18,6	8,9	13,7	3,4	25,0
Leite	2,6	9,7	10,1	4,7	0,9	1,7	1,1	4,7	4,3	90,5
Feijão	(28,6)	(35,5)	(31,8)	(35,8)	(34,2)	(37,0)	(13,9)	(31,4)	8,7	-27,9
Farinha	(15,7)	(27,7)	(15,6)	(21,3)	(22,7)	(16,4)	(2,7)	(17,7)	8,6	-48,4
Tomate	3,5	9,9	(6,3)	(1,3)	(0,8)	8,1	(2,3)	1,2	6,4	522,5
Pão	10,4	13,5	11,0	9,9	6,5	7,8	10,3	9,8	2,5	25,0
Café em pó	4,5	3,7	12,2	6,5	6,1	4,7	3,1	6,1	3,3	54,4
Banana	(1,4)	0,3	(1,6)	(17,6)	(13,5)	8,5	(0,4)	(4,1)	9,7	-239,0
Açúcar	(7,2)	(4,5)	(2,9)	(6,1)	(6,6)	(6,0)	(11,6)	(6,3)	2,9	-46,7
Óleo	(5,2)	(2,4)	(0,6)	(2,5)	0,4	(3,3)	(12,7)	(3,5)	4,7	-133,7
Manteiga	0,8	0,5	0,9	3,3	2,0	4,0	(1,8)	1,5	2,1	141,4
Arroz	0,9	3,8	2,1	3,6	9,4	4,1	(7,5)	2,6	5,5	214,3
Cesta básica	2,0	3,2	0,5	-0,4	-0,5	3,5	1,7	1,3	1,8	132,8

Fonte: Dieese. Elaboração: Equipe Conjuntura Econômica.

Notas:

(1) Média ponderada pelas populações das capitais.

(2) Média: Média simples; Desvio; desvio padrão; CV: Coeficiente de variação.

7.3 Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

Informações extraídas do Banco Central (2015a), apontam que o Sistema Financeiro Nacional³ atingiu, no final de 2014, o estoque total das operações de crédito, no montante de R\$ 3.017,4 milhões, registrando uma elevação de 11,3%, quando comparado ao ano anterior.

O crescimento do crédito no Brasil vem sendo fundamentalmente influenciado nos

últimos anos pelas operações financiadas com recursos direcionados. Nesse contexto, no ano de 2014, permaneceu com esta tendência, de forma houve crescimento da ordem de 19,5% para a referida variável, frente ao mesmo período de 2013, mais que quatro vezes a expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (4,7%). Vale salientar a trajetória ascendente da relação Crédito/PIB, que em dezembro último alcançou 58,9%, ante 56,0% registrado em dezembro de 2013.

Apesar dos resultados positivos, houve retração da taxa de crescimento das operações de crédito desde o primeiro semestre de 2011, apresentando uma tendência mais sustentável de expansão da carteira no longo prazo. Nesta perspectiva, os bancos públicos ganharam participação no crédito total, de maneira que no ano de 2013 superou a marca de 50% de participação de mercado, entretanto, nos últimos meses de 2013 e início de 2014, observou-se uma mudança nessa tendência.

O crédito direcionado, que sustentou parte do crescimento do crédito nos últimos anos, deverá apresentar trajetória de redução na

3 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

Tabela 4 – Brasil. Saldo das operações de crédito do sistema financeiro . Usos e fontes dos recursos e controle de capital. Dezembro de 2013 e 2014 (R\$ bilhões correntes)

Discriminação	Dezembro		Variação nominal	Participação - Dez. 2014(%)	Crédito/PIB(1) (%)	
	2013	2014			Dez./13	Dez./14
Destinação por tomador	2.711,3	3.017,4	11,3	100,0	56,0	58,9
Pessoas físicas	1.245,8	1.412,9	13,4	46,8	25,7	27,6
Pessoas jurídicas	1.465,5	1.604,5	9,5	53,2	30,2	31,3
Fontes dos recursos	2.711,3	3.017,4	11,3	100,0	56,0	58,9
Livres	1.506,8	1.577,7	4,7	52,3	31,1	30,8
Direcionados(2)	1.204,5	1.439,7	19,5	47,7	24,9	28,1
Controle de capital	2.711,3	3.017,4	11,3	100,0	56,0	58,9
Instituições financeiras públicas	1.390,6	1.623,2	16,7	53,8	28,7	31,7
Instituições. financeiras privadas nacionais	898,8	953,1	6,0	31,6	18,6	18,6
Instituições financeiras estrangeiras	421,9	441,1	4,6	14,6	8,7	8,6

Fonte: BACEN (2015b).

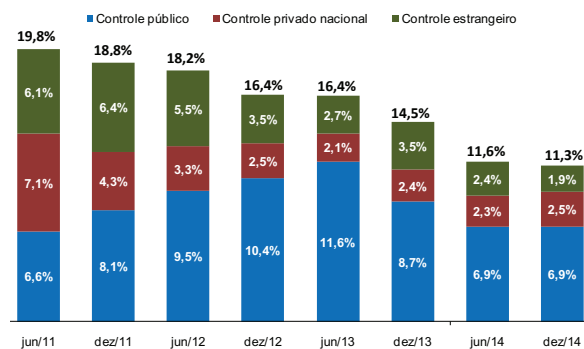
Notas:

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

velocidade de expansão no ano de 2015, tendo em vista que o Governo sinalizou a redução dos aportes do Tesouro Nacional no BNDES. Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos deverá ser mais moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

Gráfico 2 – Contribuição ao crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional por controle de capital de Junho de 2011 a Dezembro de 2014 (mês/mesmo mês do ano anterior)



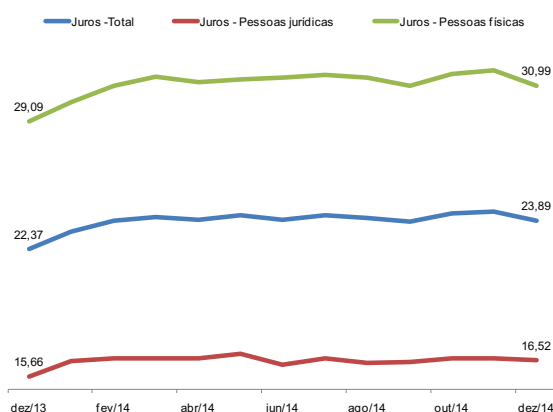
Fonte: Banco Central (2015a).

O crescimento mais moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado, em grande medida, devido ao aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros, quanto no âmbito externo, como a dificuldade de aceleração econômica global após a crise financeira de 2008, em especial na Zona do Euro.

Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma melhora no período analisado, muito embora a taxa de juros para pessoa física (30,99%) e pessoa jurídica (16,52%) registrada em dezembro último, tenha apresentado elevação nos últimos meses. O prazo utilizado na concessão de crédito registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 99,4 meses

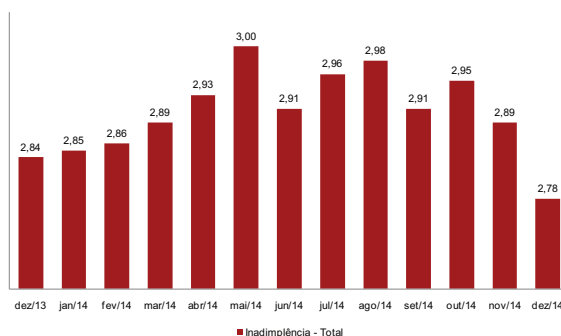
em dezembro de 2013, para 107,0 meses em dezembro último. A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), embora tenha apresentado trajetória de alta, nos últimos meses apresentou arrefecimento, de forma que reduziu de 2,84%, em dezembro de 2013, para 2,78%, em dezembro de 2014, sobretudo devido à queda na taxa de inadimplência das famílias, de 4,06% para 3,74%. Em sentido contrário, a taxa de *spread* (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) apresentou elevação de 11,0% para 12,1% no período considerado, em razão da elevação das taxas de juros.

Gráfico 3 – Taxas de juros total, pessoas físicas e jurídicas.



Fonte: Banco Central (2015b).

Gráfico 4 – Taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito)



Fonte: Banco Central (2015a).

Conforme indica o Relatório de Estabilidade Financeira (BACEN, 2015d), o mercado de crédito brasileiro apresenta menor ritmo de crescimento, acompanhado pela manutenção de práticas e critérios saudáveis na concessão de novas operações de crédito. O relatório aponta o baixo risco de liquidez, apesar da alocação de recursos no crédito habitacional, o que resulta no alongamento do prazo nas carteiras de crédito, bem como ressalta o patamar elevado de solvência do sistema bancário brasileiro. As análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN, demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, mesmo diante de possíveis mudanças bruscas de taxas de juros, câmbio e inadimplência, decorrentes de um cenário de deterioração da condição macroeconômica do País.

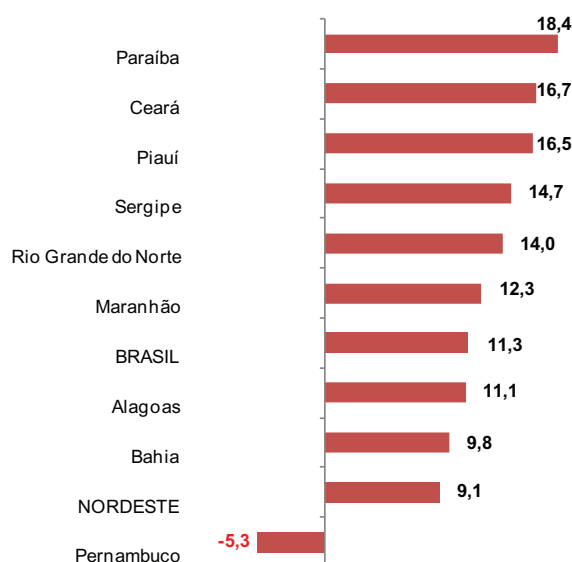
7.4 Saldo das operações de crédito e depósitos do sistema financeiro nordestino

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino atingiu R\$ 385,3 bilhões⁴, no final de 2014, apontando um crescimento da ordem de 9,1%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo abaixo da média nacional (11,3%), segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2015a).

Entre os Estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu na Paraíba (18,4%), acompanhado pelo Ceará (16,7%) e Piauí (16,5%). O único Estado que registrou variação negativa foi Pernambuco (-5,3%), em grande medida, devido à transferência de saldo de crédito para outro

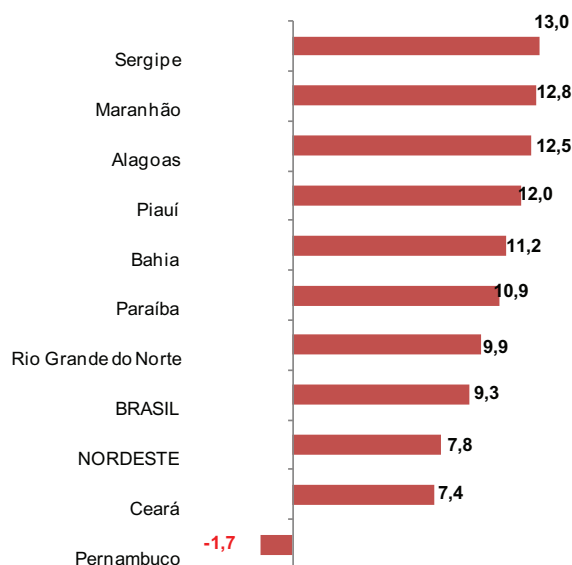
estado da Federação.

Gráfico 5A – Variação percentual dos saldos das operações de crédito no Brasil e nos estados do Nordeste (Dez. 2013/Dez. 2014)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2015a).

Gráfico 5B – Variação percentual dos saldos dos depósitos bancários no Brasil e nos estados do Nordeste (Dez. 2013/Dez. 2014)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2015a).

4 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste. A inadimplência da Região apresentou leve redução no final do ano de 2014, 3,32%, ante 3,49% no final do ano passado. A inadimplência registrada para as pessoas físicas (4,13%) foi superior à das pessoas jurídicas (2,32%), muito embora a primeira venha apresentando trajetória descendente nos últimos períodos.

O crescimento do crédito em nível regional foi, em grande medida, motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado fundamentalmente para o consumo, onde registrou avanço de 15,5%, ao passo que pelo lado das operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionado para a produção, registrou crescimento anual de 2,1%. Em termos de participação, no final de dezembro

de 2014, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (55,3%) do total, cabendo a parcela restante (44,7%) às empresas, estrutura diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (53,2%), comparativamente às famílias (46,8%).

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário no Nordeste atingiu R\$ 191,6 bilhões, em dezembro de 2014, apontando um crescimento de 7,8%, comparativamente ao ano anterior, sendo em nível abaixo da expansão verificada em nível nacional (9,3%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central (2014e). A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se, sobretudo, aos resultados obtidos pelos estados de Sergipe (13,0%), maior em variação percentual, e pelo estado da Bahia (11,2%), que registrou a maior alteração absoluta na captação de depósitos, R\$ 5,3 bilhões.

Tabela 5 - Estados do Nordeste e Regiões brasileiras: saldo das operações de crédito(1) e saldo dos depósitos do sistema financeiro(2) – posições em 2013 e 2014

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Variação nominal (b)/(a) em %	Participação (%) dez/14	Saldo Depósitos. R\$ milhões		Variação nominal (b)/(a) em %	Participação (%) nov/14
	Dezembro 2013 (a)	Dezembro 2014 (b)			Dezembro 2013 (c)	Dezembro 2014 (d)		
Maranhão	31.235	35.070	12,3	9,1	10.612,2	11.973,8	12,8	6,2
Piauí	14.695	17.122	16,5	4,4	6.740,5	7.551,6	12,0	3,9
Ceará	50.182	58.581	16,7	15,2	37.617,0	40.408,5	7,4	21,1
R.G. Norte	24.816	28.282	14,0	7,3	9.364,4	10.292,4	9,9	5,4
Paraíba	21.180	25.085	18,4	6,5	10.406,6	11.545,3	10,9	6,0
Pernambuco	76.418	72.340	-5,3	18,8	38.863,5	38.199,1	-1,7	19,9
Alagoas	17.669	19.627	11,1	5,1	7.671,1	8.630,1	12,5	4,5
Sergipe	15.624	17.922	14,7	4,7	8.825,1	9.973,2	13,0	5,2
Bahia	101.384	111.346	9,8	28,9	47.694,6	53.034,6	11,2	27,7
Nordeste	353.203	385.375	9,1	12,8	177.795	191.609	7,8	5,4
Norte	103.334	113.032	9,4	3,7	43.387	47.075	8,5	1,3
Centro-Oeste	261.659	306.173	17,0	10,1	374.448	465.155	24,2	13,0
Sudeste	1.420.600	1.600.520	12,7	53,0	2.399.426	2.578.012	7,4	72,3
Sul	483.334	536.905	11,1	17,8	265.673	282.783	6,4	7,9
Brasil	2.711.371	3.017.450	11,3%	100,0	3.260.728	3.564.633	9,3	100,0

Fonte: BACEN - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - 2015a. / ESTBAN - 2014e.

Notas:

- (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil;
 (2) Para o saldo dos depósitos, foram considerados os saldos dos depósitos à vista, do governo e setor privado, depósitos em caderneta de poupança e os depósitos interfinanceiros.

7.5 BNB: taxas de juros, saldo dos depósitos e operações de crédito

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, principal órgão de fomento sediado na Região Nordeste, além da relevância no atendimento dos agentes produtivos no crédito de longo prazo, também tem se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros competitivos em relação aos executados pelas instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central (2015f), cobrindo o período de 24 a 31 de dezembro último, em que acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito, junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional (Tabela 6).

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em segundo lugar por praticar

uma das menores taxa de juros no País nas operações de desconto de cheques. Foi também o décimo segundo colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial e décimo quarto em crédito consignado privado. Nas operações com as empresas, as taxas de juros cobradas pelo BNB nas operações de cheque especial e conta garantida, que foram as mais baixas entre os bancos pesquisados no País. Destaque-se também as operações de capital de giro com prazo superior a 365 dias, que estão na sexta colocação em termos de taxas de juros no rol dos bancos pesquisados. As operações de descontos de cheques ficaram entre as dez melhores praticadas do mercado de crédito nacional. Nas operações de capital de giro com prazos até 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a oitava mais baixa entre as instituições financeiras pesquisadas. Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas nas operações de crédito

Tabela 6 – Taxas efetivas de juros das operações de crédito: posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em relação ao mercado brasileiro de crédito. Período da pesquisa do BACEN: 24/12 a 31/12/2014

Modalidade da operação	Posição do BNB	Taxas efetivas ao mês (%)				Bancos pesquisados (N)
		BNB	Média do mercado	Mínima do mercado	Máxima do mercado	
Pessoa Física						
Desconto de Cheques	2º	2,20	3,52	1,70	6,20	11
Cheque especial	12º	4,09	6,27	1,45	12,66	31
Crédito pessoal consignado privado	14º	2,20	2,53	0,10	6,73	42
Crédito pessoal não consignado	16º	3,78	8,11	1,10	21,43	56
Crédito pessoal consignado INSS	16º	2,20	2,06	0,10	6,73	42
Pessoa Jurídica						
Cheque especial	1º	3,00	7,13	3,00	12,78	18
Conta garantida	1º	1,43	3,11	1,43	7,48	37
Capital de giro prazo superior 365 dias	6º	1,49	2,16	1,11	5,58	34
Desconto de cheque	7º	2,23	2,74	1,79	5,53	24
Capital de giro prazo até 365 dias	8º	1,53	2,26	0,58	4,28	42

Fonte: BACEN (2015f).

Nota: as taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas ao mês resultam da capitalização das taxas efetivas ao dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o dia útil subsequente.

comercial, de maneira geral, foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

Sob a ótica da captação de recursos, no final de dezembro de 2014, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 11,9 bilhões, correspondendo ao avanço de 9,42% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (62,5%), vindo em seguida o depósito de poupança (16,4%) e os depósitos interfinanceiros (12,0%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, em termos percentuais, no ano de 2014, ocorreram na Paraíba (29,3%), Piauí (21,5%) e Rio Grande do Norte (17,6%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, no final de 2014, alcançou R\$ 11,7 bilhões, registrando-se acréscimo de 15,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os estados que apresentaram os melhores resultados foram Espírito Santo (108,0%) e Rio Grande do Norte (53,6%). Por outro lado, verificou-se redução

do saldo de crédito em São Paulo (-16,4%) e Alagoas (-2,7%).

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), do qual é operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 44,5 bilhões, em dezembro de 2014, correspondendo a um crescimento no saldo de 11,7% sobre igual posição do ano passado. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 56,2 bilhões, no acumulado do ano, posição em dezembro de 2014, de maneira que o FNE participa com 79,1% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Durante o ano de 2014, foram realizadas contratações de 468,9 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos na área de atuação do BNB no montante de R\$ 13,4 bilhões.

No total contratado com recursos do FNE, a maior parcela foi para a agropecuária (38,3%), vindo em seguida a indústria (28,0%), serviços (17,9%) e comércio (14,1%). Por porte do

Tabela 7 – BNB: valor das contratações e participação dos Estados da área de atuação do BNB no FNE, CREDIAMIGO e PRONAF. Acumulado no período Janeiro-Dezembro de 2014 (Milhões de R\$)

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Contratações - UF/NE	Participação - UF/NE	Contratações - UF/NE	Participação - UF/NE	Contratações - UF/NE	Participação - UF/NE
Maranhão	1.327,7	9,9%	844,1	11,8%	243,1	11,6%
Piauí	1124,8	8,4%	790,0	11,1%	209,9	10,0%
Ceará	1664,4	12,4%	2171,6	30,5%	291,9	13,9%
Rio Grande do Norte	901,9	6,7%	432,6	6,1%	120,9	5,8%
Paraíba	549,6	4,1%	557,6	7,8%	154,3	7,4%
Pernambuco	1893,5	14,1%	478,6	6,7%	261,3	12,5%
Alagoas	574,6	4,3%	365,0	5,1%	100,8	4,8%
Sergipe	1180,8	8,8%	316,7	4,4%	81,9	3,9%
Bahia	3467,4	25,8%	866,5	12,2%	433,8	20,7%
Espírito Santo	215,2	1,6%	21,9	0,3%	11,0	0,5%
Minas Gerais	553,9	4,1%	280,2	3,9%	188,6	9,0%
Total	13.453,7	100,0%	7.124,8	100,0%	2.097,6	100,0%

Fonte: BACEN (2015f).

Nota: as taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas ao mês resultam da capitalização das taxas efetivas ao dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o dia útil subsequente.

tomador, a fatia maior foi destinada às grandes empresas (39,1%), sendo na sequência os mini produtores (18,8%), as pequenas empresas (18,0%), as médias (13,5%), pequeno-médio (8,5%) e as micro empresas (2,1%).

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no ano de 2014, contratou 3.871,8 mil operações, envolvendo desembolso de recursos da ordem de R\$ 7.124,8 milhões, apresentando elevação de 23,7% nos valores contratados, comparativamente ao anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (67,0%), possuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.397,89) e exibir um reduzido índice de inadimplência (0,84%), abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (4,13%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou no período analisado, 432,8 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.097,6 milhões.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 09 março 2015a;

_____. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 09 Março 2015b;

_____. **Nota para a Imprensa 27.01.2015:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/bc-divulga-nota-de-politica-monetaria-e-operacoes-de-credito-27-01-2015.aspx>>. Acesso em: 03 fevereiro 2015c;

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira – Setembro 2014 – Volume 13, Número 2.** Brasília, DF, 2014. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201409>>. Acesso em: 03 Março 2015d;

_____. **Estatística Bancária por Município – ESTBAN.** Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 09 março 2015e;

_____. **Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 11 março 2015f;

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza, 2015a.

_____. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo:** caderno mensal de dezembro de 2014. Fortaleza, 2015b.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em abril.2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Disponível em: <http://jboss.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em fev.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.** Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm >. Acesso em: 10 abril 2015a.



**Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bloco A2 térreo, CEP: 60.743-
902, Fortaleza, Ceará. Fone: (85) 3299.3455, 3299.5544, 3251. 5544**